



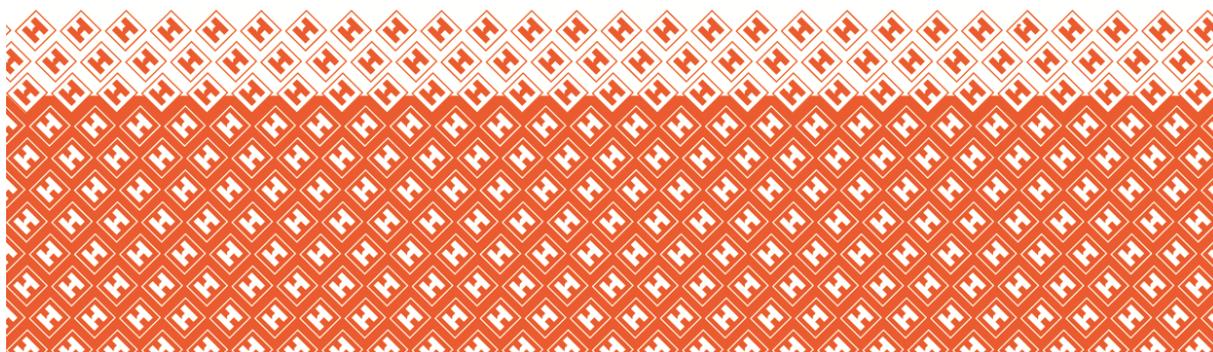
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

WELMA AVELINA ROCHA REIS

**LETRAMENTO EM HISTÓRIA:
PROPOSTA DE APRENDIZAGEM COM O LIVRO *UMA COMUNIDADE RURAL
DO BRASIL ANTIGO*, DE LYCURGO SANTOS FILHO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
SETEMBRO / 2022



Welma Avelina Rocha Reis

**LETRAMENTO EM HISTÓRIA:
PROPOSTA DE APRENDIZAGEM COM O LIVRO *UMA COMUNIDADE RURAL
DO BRASIL ANTIGO*, DE LYCURGO SANTOS FILHO**

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade do Estado do Sudoeste da Bahia. Área de concentração: Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dr^a Grayce Mayre Bonfim Souza

Vitória da Conquista – Bahia

Setembro de 2022

R298I

Reis, Welma Avelina Rocha.

Letramento em história: proposta de aprendizagem com o livro *Uma comunidade rural do Brasil antigo*, de Lycurgo Santos Filho. / Welma Avelina Rocha Reis, 2022.

94f. il.

Orientador (a): Dr^a. Grayce Mayre Bonfim Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2022.

Contém guia de apoio pedagógico

Inclui referência F. 88 - 94

1. Ensino de história - Letramento histórico. 2. Aprendizagem histórica - História do Alto Sertão da Bahia. 3. Didática reconstrutiva da história. 4. Aula histórica. I. Souza, Grayce Mayre Bonfim. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em Ensino de história- ProfHistória. III. T.

CDD 907

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

Bibliotecária UESB – Campus Vitória da Conquista-BA

Welma Avelina Rocha Reis

Letramento em História: proposta de aprendizagem com o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, de Lycurgo Santos Filho

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional ProfHistória, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Área de concentração: Ensino de História.

Aprovada em 30 de setembro de 2022.

Banca examinadora:

Prof. ^a Dr. ^a Grayce Mary Bonfim Souza (Orientadora)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Prof. ^a Dr. ^a Maria Cristina Dantas Pina
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Prof. ^a Dr. ^a Antonieta Miguel
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Vitória da Conquista

2022

Para minha avó Izabel (*in memoriam*), dona das melhores histórias.
Para meus pais, Wilson e Cleonice, porto seguro de todas as minhas conquistas.

Agradecimentos

O que mais tenho a fazer é agradecer. Este trabalho não seria possível desde o momento que ainda era um sonho, sem a contribuição de inúmeras pessoas, instituições, políticas públicas e, principalmente, sem o cuidado e proteção de um Deus maravilhoso.

Agradecimento especial tenho para meus pais por sempre acreditarem e apoiarem o meu desenvolvimento enquanto pessoa e como profissional da educação. Todo o esforço de minha mãe para se tornar professora e o exemplo de meu pai em se manter sempre informado e lutando pelos seus direitos, forjaram quem eu sou. Assim como eles são motivos de orgulho para meus irmãos e eu, acredito que tenho conseguido retribuir um pouco desse sentimento.

Agradeço aos meus irmãos, Wilson Filho e Aline; a minha cunhada Sthefany e aos meus sobrinhos Alícia, José Vicente e Isabel por serem válvulas de escape dos momentos de angústia e estresse. Agradeço também por todos os pedaços de bolo e outros lanches a minha espera tão logo as aulas online chegavam ao fim. E peço desculpas pelos momentos de ausência, como no dia que meu sobrinho José Vicente queria uma folha de ofício e eu estava tão envolvida numa aula que não parei para pegar e ele teve que expressar sua arte na parede.

Agradeço aos meus primos e tios, em especial para minha Tia Irani, que orou e ora todos os dias para que eu fique bem. Agradecimento especial a todos os meus amigos e amigas que torceram, apoiaram e aceitaram, mesmo com birras, os momentos que desmarquei ou mudei datas de encontros porque eu tinha reunião, orientação, aulas ou trabalhos para entregar. Milena e Patrícia, obrigada por me segurarem nos bons e maus momentos; Janete, Narla e Jéssica, obrigada por estarem sempre ao meu lado, demonstrando confiança, paciência e sendo suporte importante em todos os momentos. À Sol, minha irmã de vida, agradeço por esse mestrado: você sonhou e acreditou antes que eu acreditasse, apoiou, abriu sua casa em Vitória da Conquista, esteve ao meu lado e puxou minhas orelhas sempre que necessário.

Com muito carinho agradeço aos professores e colegas da graduação na UNEB de Caetité. Este trabalho sem dúvidas é uma forma de retribuir todo o amor e dedicação de vocês com a escrita da história. Em especial agradeço a professora Fátima Pires pelo incentivo em prosseguir estudando e por ter me presenteado com o livro *Uma comunidade rural do Brasil antigo*, obra base para este trabalho, ainda nos primeiros anos de minha graduação. Entre os amigos conquistados naquela época, agradeço em especial à Napoliana Santana, minha Polinha, que além de estar presente com sua pesquisa sobre a escravidão, esteve o tempo todo ao meu lado, sorrindo e me dando força para desenvolver este trabalho mesmo estando no

árido processo de escrita de sua tese de doutorado. Que em 2023 a gente finalmente consiga fazer nossa viagem de comemoração pelos títulos!

Aos colegas do mestrado agradeço o acolhimento, as trocas, o apoio constante. Sinto que finalmente encontrei em vocês a minha turma! Mesmo tendo nos encontrado pessoalmente em apenas duas semanas antes de decretada a pandemia de covid-19, sinto que nos conectamos para além dos aplicativos. Aquele agradecimento especial a Thaíse, parceria de trabalho e amizade para a vida; Osmundo, grande companheiro de orientação; Deise, as melhores resenhas e risadas; Fábio, apoio constante no estudo e na vida; Vinícius, amigo querido, sua música e sua risada são acalantos para a minha alma; Cilmara, presença constante e cheia de afeto nos momentos mais desesperadores. De tanto ela falar que eu sei ser leve, acabei por acreditar e conseguir terminar sem enlouquecer!

Apesar de não ter sido contemplada com a bolsa de pesquisa, agradeço a CAPES pela manutenção de tão valioso curso que é o ProfHistória. Agradeço a todos os professores do ProfHistória e, em especial aos da UESB por lutarem pelo curso e por todo o conhecimento compartilhado. À Fabíola, fica o agradecimento pela boa vontade constante em nos ajudar em qualquer questão. Aos professores e colegas do LAPEH, em especial Maria Cristina Pina, Valter Soares, Ednalva Aguiar, Nallyne Celene e Izis Pollyana, deixo um abraço com muita gratidão pelo acolhimento, paciência e exemplo de luta e respeito com o ensino de história.

Agradeço de forma imensurável à minha orientadora Grayce Mayre Bonfim Souza, por todo cuidado, companheirismo e dedicação. Acredito que todos que já passaram por uma universidade já tenham escutado histórias de orientadores maldosos que insistem em perseguir e dificultar a vida de seus orientandos. Grayce é o extremo oposto. Apaixonada pela pesquisa histórica e ser humano excepcional, ela fez de todas as reuniões de orientação um momento de encantamento e acolhimento. Serei eternamente grata pelos momentos de estudos e carinho, muitas vezes enriquecida com a presença do professor Belarmino e da charmosa Brigitte.

De forma nenhuma posso deixar de agradecer a todos os meus colegas professores, funcionários e equipes diretivas e de apoio da Escola Joselita Meira ao longo desses 10 anos de docência. Além do privilégio de poder melhorar a cada dia enquanto docente ao lado de cada um de vocês, ainda posso contar com toda a ajuda daqueles que já nem lecionam mais na escola, como Marlete. À Mabenne, amiga querida, obrigada pelo companheirismo, fé e apoio incondicional. Aos meus antigos, atuais e futuros alunos: meu muito obrigada por tudo, afinal é por vocês e com vocês que meu desenvolvimento é possível!

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objeto o letramento histórico de estudantes da Educação Básica utilizando como ponto base o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, de Lycurgo Santos Filho. Partindo da premissa de que os professores enfrentam dificuldade sempre que solicitado aos alunos o trabalho com fontes históricas ou com textos historiográficos mais complexos, este trabalho é justificado pela necessidade de promoção do letramento em história dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental. O desenvolvimento das propostas didáticas com ênfase no letramento histórico produzidas nesta pesquisa, tem início com uma reflexão sobre o letramento e o letramento histórico, chegando à proposição do letramento alicerçado na Didática Reconstitutivista da História e na Aula Histórica, conforme a tese de Schmidt (2020). As propostas de aprendizagem, produto desta pesquisa, se baseiam no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* de Lycurgo Santos Filho, que versa sobre o Brejo do Campo Seco, atualmente parte do município de Brumado-BA, principalmente no que se refere aos temas da escravidão e da presença e sociabilidades de um Familiar da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. O uso deste livro que apresenta várias fontes históricas sobre a região onde hoje está situado o município de Brumado, articulado com textos de outros historiadores que se debruçaram sobre o Alto Sertão da Bahia, possibilita ao aluno compreender os processos de produção da narrativa histórica, bem como o desenvolvimento do letramento histórico.

Palavras-chave: Ensino de História, aprendizagem histórica, letramento histórico, Didática Reconstitutivista da História, Aula Histórica, História do Alto Sertão da Bahia.

ABSTRACT

This research has as its object the historical literacy of Basic Education students using as a base point the book *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*, by Lycurgo Santos Filho. Starting from the premise that teachers face difficulties whenever students are asked to work with historical sources or with more complex historiographical texts, this work is justified by the need to promote literacy in history among students in the Final Years of Elementary School. The development of didactic proposals with an emphasis on historical literacy produced in this research begins with a reflection on literacy and historical literacy, reaching the proposition of literacy based on the Reconstructivist Didactics of History and the Historical Class, according to Schmidt's thesis (2020). The learning proposals, product of this research, are based on the book *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* by Lycurgo Santos Filho, which deals with the Brejo do Campo Seco, currently part of the municipality of Brumado-BA, mainly with regard to the themes of slavery and the presence and sociability of a Familiar of the Portuguese Inquisition in Colonial Brazil. The use of this book, which presents several historical sources about the region where the municipality of Brumado is located today, articulated with texts by other historians who have focused on the Alto Sertão da Bahia, allows the student to understand the processes of production of the historical narrative, as well as the development of historical literacy.

Keywords: Teaching History, historical learning, historical literacy, Reconstructionist Didactics of History, Historical Classroom, History of the Alto Sertão of Bahia.

Lista de ilustrações

Figura 1 - Proposta de análise de documentos em situação pedagógica	29
Figura 2 - Primeira Matriz da Aula Histórica.....	32
Figura 3- Segunda Matriz da Aula Histórica.....	32
Figura 4 - Capa da edição facsimilar do livro <i>Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo</i> lançada pela Prefeitura Municipal de Brumado	35
Figura 5 - Folha de rosto da edição facsimilar com carimbo de doação à Escola Municipal Professora Joselita Meira de Carvalho	36

SIGLAS

APMRC – Arquivo Público Municipal de Rio de Contas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EMPJMC – Escola Municipal Professora Joselita Meira de Carvalho

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1- ENSINO DE HISTÓRIA E LETRAMENTO: CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS	18
1.1 - Considerações sobre alfabetização, letramento e letramento histórico.....	18
1.2 - Fontes históricas e historiografia em sala de aula	24
1.3 - A Didática Reconstitutivista da História e a Aula Histórica como uma possibilidade para o letramento histórico.....	30
2- “UMA COMUNIDADE RURAL DO BRASIL ANTIGO”: O LIVRO E A HISTORIOGRAFIA	34
2.1 Considerações sobre o livro <i>Uma comunidade rural do Brasil Antigo</i> de Lycurgo Santos Filho	34
2.2 O Alto Sertão da Bahia e o Brejo do Campo Seco na historiografia contemporânea	40
3. “UMA COMUNIDADE RURAL DO BRASIL ANTIGO”: PROPOSTAS DE APRENDIZAGEM COM ÊNFASE NO LETRAMENTO HISTÓRICO	48
3.1 Proposta 1 – O caso do Familiar do Santo Ofício	49
3.2 Proposta 2 – A escravidão no Alto Sertão	65
3.3 Outras possibilidades de práticas de letramento com o uso do livro <i>Uma comunidade rural do Brasil Antigo</i> em sala de aula: apontamentos.	81
3.3.1 Luta entre famílias: O rapto de Pórcia de Castro por Leolino Canguçu	82
3.3.2 – A tipologia das fontes históricas	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	86

INTRODUÇÃO

A ideia inicial do desenvolvimento dessa pesquisa vem dos desafios encontrados com a prática do ensino de história em sala de aula, onde minha experiência é relativamente curta. Na graduação, as experiências de ensino se resumiram aos estágios supervisionados, pois realizei monitoria no Arquivo Público Municipal de Caetité, lidando com o trato de documentos e acompanhamento de pesquisadores, durante quase todo o período do curso. Como regente de classe, possuo nove anos de trajetória enquanto professora do Ensino Fundamental - Anos Finais na Escola Municipal Professora Joselita Meira de Carvalho - EMPJMC, situada na Fazenda Tamboril, município de Brumado¹.

Ao longo dos anos, sempre busquei trabalhar os conteúdos históricos associados a outros textos – literários ou historiográficos -, e as fontes que fossem possíveis serem disponibilizadas aos alunos, mas sempre foi uma tarefa difícil por vários motivos. Em uma escola da área rural do município é comum ficarmos alguns dias com dificuldades para tirar cópias caso a impressora apresente defeito, a logística de visitação a espaços de memória² é dificultada pela burocracia de liberação de ônibus e outros entraves. Os livros didáticos adotados costumam trazer algumas fontes históricas em suas páginas, mas sempre de caráter geral, com pouca ou nenhuma ênfase à história local.

Outra questão que marca a trajetória de ensino de qualquer professor da Educação Básica é a questão do “saber ler, saber escrever”, principalmente, no que diz respeito à falta dessas competências no alunado. É esperado que os estudantes cheguem ao Anos Finais do Ensino Fundamental sabendo ler, escrever e calcular. A chamada alfabetização na língua vernácula e alfabetização matemática nas séries iniciais acaba por gerar um sobrepeso aos pedagogos que ministram as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, levando os professores das demais disciplinas do currículo também sejam orientados a trabalhar de forma a enfatizar a leitura e produção de textos, deixando o conhecimento das disciplinas como algo secundário.

¹ Brumado é um município baiano situado a 540 km de Salvador. Está localizado na mesorregião do Centro-Sul Baiano, no Território de Identidade do Sertão Produtivo e conta com uma população estimada em 67.335 pessoas de acordo com os dados do IBGE de 2020.

² O município de Brumado conta com um arquivo histórico em sua sede. O Arquivo Histórico Municipal Memória de Brumado foi fundado no ano de 2010 e, conforme informações no site do CONARQ, “custodia documentos originados dos poderes executivo e legislativo municipal, do judiciário nacional e estadual; bibliográficos diversos, oriundos da Biblioteca Municipal da cidade; vasto acervo iconográfico, bem como documentos privados (pecuniários, cartas, contábeis, de trabalho, móveis, entre outros) adquiridos através de doação de membros da sociedade brumadense” (CONARQ - site).

O discurso sobre a importância de ensinar a ler e interpretar tem chegado a cada dia com mais ênfase aos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Na EMPJMC, no ano de 2019, foi detectado que muitos alunos matriculados no 6º ano apresentavam disfunção idade/série, além de outros problemas principalmente no que se refere à capacidade de leitura e escrita. Assim, os professores da turma se organizaram para o desenvolvimento de atividades diferenciadas para os alunos, de forma a seguir com o conteúdo previsto, com uma abordagem que privilegiasse a alfabetização.

Naquela ocasião, os professores envolvidos com a turma começaram a perceber que, ainda que alguns alunos tivessem dificuldade em leitura e/ou escrita, eles conseguiam demonstrar nas interações orais que conheciam e até dominavam alguns conceitos das disciplinas trabalhados em sala. Este reconhecimento veio de encontro com as constatações de Magda Soares, que nos alerta que “a alfabetização não precede o letramento, os dois processos são simultâneos” (SOARES, 2004. p. 15). Assim, o trabalho realizado com a turma do 6º ano B de 2019 que exigia o desenvolvimento do letramento histórico em conjunto com atividades alfabetizadoras me fizeram pôr em xeque a minha prática, no sentido de pensar como desenvolver o letramento histórico com os alunos com déficit de alfabetização, bem como com aqueles que não apresentavam tal distorção, mas que precisavam, pelas exigências da escolarização, ter a capacidade de leitura e escrita ampliada.

Neste sentido, o trabalho com imagens surge como uma possibilidade exitosa. Os alunos, muito provavelmente pela prática desenvolvida nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ficam mais confortáveis com a leitura de uma fotografia ou pintura. Com esse tipo de fonte histórica, eles conseguem captar com mais facilidade as mudanças e permanências dos espaços e sujeitos históricos analisados. Mas as fontes históricas são variadas e, da mesma forma que os historiadores não trabalham com uma só tipologia documental, o ensino de história também não pode ser limitado. A própria escolarização preocupada com uma formação que dê conta das demandas da vida cotidiana, precisa garantir aos educandos um desenvolvimento amplo e não excludente.

Pensando necessariamente no ensino de história, é preciso levar em consideração que não é somente na escola que os alunos experienciam a história. Eles tem contato com as demandas do passado em suas casas, na comunidade, nos meios de comunicação. Assim, é preciso instrumentalizá-los para que compreendam como é realizado a produção da narrativa histórica de forma que não sejam levados a acreditar em revisionismos elaborados sem o aparato da ciência histórica. Pensamos que uma boa maneira de realizar essa instrumentalização é com o letramento histórico, familiarizando os alunos com a pesquisa

histórica desenvolvida pelos historiadores e mostrando o caminho por eles percorridos, principalmente no que diz respeito ao trato com as fontes.

A escolha da obra *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal do sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX* de Lycurgo Santos Filho³ para produção de uma proposta de aprendizagem não é mero fruto do acaso. Em 2012, por ocasião do aniversário de 135 anos de emancipação política de Brumado, o livro de Lycurgo Santos Filho foi lançado numa edição facsimilar e distribuído para todas as escolas do município. Desde que o livro chegou à escola, busquei formas de trabalhar com ele nas aulas de História. Em alguns momentos trabalhando de forma conectada aos conteúdos curriculares, em outros trabalhando com questões mais ligadas ao local, numa abordagem mais próxima à Micro História ou até mesmo como forma de trabalhar as variadas tipologias textuais. É certo que nessas ocasiões eu não possuía ainda o conhecimento das discussões sobre letramento histórico, o que só veio a acontecer nas aulas do Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória.

Partindo do princípio de que o letramento diz respeito à capacidade do indivíduo ler e escrever os diversos tipos de textos e fazer uso desse aprendizado no seu dia a dia. Transcende a alfabetização, apesar de também ser constituído por ela, o objetivo deste trabalho foi construir uma proposta de aprendizagem⁴ que contribuísse para o desenvolvimento do letramento histórico de alunos do Ensino Fundamental do município de Brumado, tendo como suporte o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* de Lycurgo Santos Filho. A proposta foi elaborada de forma a articular o estudo da História Local por meio do uso das fontes presentes no livro em questão e na historiografia acadêmica disponível, tendo como sustentação teórica e metodológica os estudos sobre letramento e sobre a Didática Reconstitutivista da História.

Esta dissertação foi desenvolvida em três sessões. Na primeira seção, intitulada “Ensino de História e Letramento: caminhos teóricos e metodológicos”, é apresentada uma revisão dos estudos e debates mais recentes sobre o letramento e, principalmente, sobre o letramento

³ Lycurgo Santos Filho foi um médico brasileiro que, apaixonado pela história, escreveu livros sobre a história da medicina no Brasil, tendo inclusive, colaborado no que tange a saúde na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda. Casado com uma herdeira da documentação do Sobrado do Brejo do Campo Seco, teve acesso a documentação que ele utilizou na escrita do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*.

⁴ Com a pandemia do COVID-19, as aulas foram suspensas em todo o Brasil. O retorno aconteceu em formato remoto ainda 2020, mas nas escolas municipais de Brumado as aulas acontecem de forma assíncrona por meio do Sistema Bravo de Ensino. Assim, devido à dificuldade de troca entre professores e alunos, esta pesquisa não apresenta resultados analíticos quanto a aplicação das propostas sugeridas. Superado o momento pandêmico, haverá a possibilidade de aplicação e apresentação de resultados em outras formas de publicações acadêmicas.

histórico realizado por Helenice Rocha, Marco Antônio Silva, Peter Lee, entre outros. Nesta seção, é discutido também como as fontes históricas e a historiografia têm sido utilizadas em sala de aula desde a Revolução Francesa da Historiografia⁵ e quais suas possibilidades de uso quando inseridas na reflexão teórico metodológica da Didática Reconstructivista da História⁶.

Na segunda seção são apresentados os caminhos para a escolha do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* de Lycurgo Santos Filhos e o quanto este livro é de suma importância para a historiografia brasileira. Além de apresentar a obra e suas potencialidades para a escrita da história do sertão baiano, é realizado um levantamento sobre as produções historiográficas que versam de forma direta ou indireta sobre o Brejo do Campo Seco.

Na terceira e última seção são elaboradas algumas propostas de aprendizagem baseadas no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* que deem ênfase ao desenvolvimento do letramento histórico de estudantes que estejam cursando o Ensino Fundamental - Anos Finais. As propostas serão destinadas às turmas de 7º e 8º ano. Para as turmas de 7º ano, é sugerido a proposta “O caso do Familiar do Santo Ofício”. Para as turmas de 8º ano temos a proposta “A escravidão no Alto Sertão”. Por fim, segue uma subseção com apontamentos de outras possibilidades do uso do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* nas salas de aula da Educação Básica. Primando pelo desenvolvimento do letramento histórico a partir de fontes, sejam elas o livro de Lycurgo Santos Filho ou outras fontes e estudos historiográficos, estas propostas são assim o produto educacional exigido pelo programa de pós-graduação em Ensino de História - ProfHistória.

⁵ O termo “Revolução Francesa da Historiografia” foi cunhado por Peter Burke para se referir as mudanças historiográficas associada à Revista dos Annales. (Burke, 1997). Sobre a influência dos Annales nos processos de ensino de História no Brasil ver Joana Neves, 2003. Sobre o uso de fontes em sala de aula analisamos ver, entre outros: Bittencourt (2004), Caimi (2008), Pereira & Seffner (2008 e 2010) e Azevedo (2016).

⁶ A *Didática Reconstructivista da História* é proposta por Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt em sua tese de titular na Universidade Federal do Paraná. Lançado em livro em 2020 pela editora CRV, a autora, a partir do pensamento de Jorn Rüsen, apresenta um contraponto a transposição didática ao sugerir a Matriz da Didática da História e a Aula Histórica como uma metodologia para a Didática Reconstructivista da História.

1- ENSINO DE HISTÓRIA E LETRAMENTO: CAMINHOS TEÓRICOS-METODOLÓGICOS

Aprender é a elaboração da experiência na competência interpretativa e ativa, e a formação histórica nada mais é do que uma capacidade de aprendizado especialmente desenvolvida. Essa capacidade de aprendizado histórico precisa, por sua vez, ser aprendida. (RÜSEN, 2010a.)

Para iniciarmos nossa jornada de estudo com o intuito de produzir uma proposta de aprendizagem para alunos em curso dos Anos Finais do Ensino Fundamental, que tenha como ponto de partida uma obra historiográfica que traz em seu corpo textual uma série de fontes, é preciso discutir teórico e metodologicamente os referenciais e as práticas adotadas no ensino de história. Assim, nesta primeira seção da dissertação, desenvolveremos uma reflexão das pesquisas e debates mais recentes acerca do letramento e do letramento histórico, sobre o uso das fontes históricas e da historiografia em sala de aula e de como essas práticas podem contribuir para o letramento histórico. Por fim, analisaremos a possibilidade da Didática Reconstitutivista da História ser um caminho para o letramento nas salas de aula de História.

1.1 - Considerações sobre alfabetização, letramento e letramento histórico

É quase unanimidade em conversas entre professores que lecionam nos Anos Finais do Ensino Fundamental e mesmo do Ensino Médio a reclamação que os alunos “não sabem ler”, que a cada ano a deficiência de leitura e escrita têm se tornado algo generalizado. A queixa costuma vir acompanhada de questionamento sobre como ensinar as disciplinas específicas do currículo para alunos com grau elevado de deficiência no que diz respeito à leitura e interpretação de textos. Por outro lado, os debates educacionais mais recentes a respeito do ensino na Educação Básica já internalizaram que o desenvolvimento de uma competência leitora não está restrito a uma etapa inicial do aprendizado escolar; ela se estende por todo o período de escolarização e, portanto, tem que ser objeto de reflexão e prática dos professores de todas as áreas. É válido notar também as características de leitura impostas por cada disciplina. Neste sentido, Patrícia Azevedo, em um trabalho em que discute as práticas de letramento na história ensinada, nos informa:

As práticas de letramento no espaço escolar são múltiplas e distintas, sofrendo um forte impacto estilístico das disciplinas de origem. Nas diferentes disciplinas, que compõem o currículo escolar, estas práticas muitas vezes apresentam características diferentes e procedimentos distintos. (AZEVEDO, 2011, p. 7).

Selva Fonseca, ao desenvolver pesquisa sobre o ensino de história nas séries iniciais do Ensino Fundamental, apresenta o entendimento de que não é necessário alfabetizar para ensinar história, haja vista a possibilidade real e imprescindível de alfabetizar com a história ou ensinar história alfabetizando (FONSECA, 2009). A nós, interessa agora tentar compreender como a História ensinada nos anos finais do Ensino Fundamental pode ajudar no processo de alfabetização, ou melhor, no processo de letramento e no desenvolvimento do letramento histórico. O ponto de partida para essa compreensão é diferenciar os três conceitos: alfabetização, letramento e letramento histórico.

Magda Soares, em artigo intitulado *As muitas facetas da alfabetização* (2004), nos mostra que o aparecimento do termo letramento como algo parecido ao conceito que usamos nos dias atuais, surge simultaneamente, nos anos 1980, em pesquisas de educadores de vários países, incluindo o Brasil⁷. O fenômeno que ela chama de “invenção do letramento” teria surgido da “necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita” (SOARES, 2004, p. 6). Deste modo, enquanto a alfabetização seria algo relacionado ao aprendizado do código escrito, o letramento estaria em um campo maior, lidando com as práticas sociais em uma sociedade grafocêntrica. No livro *Letramento: um tema em três gêneros*, Soares nos mostra uma clara diferença entre alfabetização e letramento, entre ser alfabetizado e ser letrado:

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele que sabe ler e escrever; já o indivíduo letrado, o indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente as demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2009, p. 39-40).

Ângela Kleiman, que também tem dedicado seus estudos ao tema da alfabetização e do letramento, nos traz o seguinte conceito em relação ao primeiro termo:

O conceito de alfabetização também denota um **conjunto de saberes** sobre o código escrito da sua língua, que é mobilizado pelo indivíduo para participar das práticas letradas em outras esferas de atividades, não necessariamente escolares. [...] O conceito de alfabetização refere-se também ao **processo de aquisição** das primeiras letras e, como tal, envolve sequências de operações cognitivas, estratégias, modo de fazer. Quando dizemos que uma criança está sendo alfabetizada, estamos nos

⁷ Muitos artigos e livros que fazem um histórico do conceito letramento em uso aqui no Brasil, tem mostrado como a dificuldade do uso do termo ou da compreensão do que seja letramento vem do fato da palavra *Literacy* ter vários significados e traduções em nosso país. Ver, entre outros: GRAFF, Harvey J. *Em busca do letramento: as origens sociais e intelectuais dos estudos sobre letramento*. Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 233-252, jan./abr. 2016 e ROCHA, Helenice. *Letramento(s) histórico(s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História*. IN: Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.13, n.2, jul.-dez., 2020. p. 275 – 301.

referindo ao processo que envolve o engajamento físico-motor, mental e emocional da criança num conjunto de atividades de todo tipo, que tem por objetivo a aprendizagem da língua escrita. (KLEIMAN, 2005, p. 13 – grifos da autora).

Deste modo, alfabetizar seria levar o aprendiz à busca do domínio da língua escrita, não só para uso no ambiente escolar, mas na sociedade em geral. Aqui, podemos perceber uma diferença clara entre os dois conceitos, mas nem sempre foi assim. Em um momento em que os termos alfabetização e letramento ainda eram tomados como sinônimos, Harvey J. Graff alertou sobre o que seria o mito do alfabetismo (1990)⁸. O autor nos mostra como o alfabetismo ocorre de forma diferente em vários lugares, onde o código escrito é utilizado e como esta característica – ser letrado, ser alfabetizado – está longe de ser definidor de desenvolvimento e/ou de inclusão social. É neste sentido que Graff afirma ser necessário

[...] enfatizar, sublinhar o fato de que o alfabetismo é, acima de tudo, uma tecnologia ou conjunto de técnicas para a comunicação e a decodificação e reprodução de materiais escritos ou impressos; ele não pode ser tomado como nada mais, nem nada menos. [...] O alfabetismo deve ser visto como uma base, um fundamento, não como um fim ou conclusão. [...] (GRAFF, 1990, p. 35).

Seguindo o pensamento de Graff, a inserção de um sujeito no aprendizado de leitura e escrita precisa ser encarado como técnicas que levem ao domínio do código e não como algo de transcendência social. Saber ler e escrever não garante desenvolvimento tecnológico, inclusão e ascendência social ou aprimoramento democrático às sociedades grafocêntricas. Pensar o indivíduo alfabetizado atuando em sua comunidade de forma crítica, fazendo uso do seu aprendizado é o que faz a necessidade de entender o letramento como algo que transcende a alfabetização, apesar de também ser constituído por ela. Segundo Quiossa, “entender um texto envolve além da decodificação do código linguístico a mobilização de um campo de competências específico ao tema lido. Envolve a capacidade de compreender e interagir com os diferentes gêneros textuais que estão postos na sociedade contemporânea.” (QUIOSSA, 2009. Não paginado).

Neste caminho de pensamento, vários pesquisadores começaram a utilizar o termo letramento de forma mais abrangente, permeada ao contexto social e ideológico ao qual o ser se relaciona. O pesquisador Brian Street, por exemplo, propõe analisar o letramento em uma perspectiva intercultural, situando as práticas de letramento no campo do poder e da ideologia e não apenas como uma habilidade técnica. É interessante também o alerta de que o

⁸ O artigo *O mito do alfabetismo* foi publicado no Brasil na revista Teoria e Educação em 1990, mas o livro *The literacy myth: cultural integration and social structure in the nineteenth century*, foi publicado originalmente em 1979. Para uma melhor compreensão das pesquisas e publicações de Harvey Graff sobre letramento ver GRAFF, Harvey J. *Em busca do letramento: as origens sociais e intelectuais dos estudos sobre letramento*. Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 233-252, jan./abr. 2016.

letramento encarado apenas como uma prática da educação formal é limitante, ou, nas palavras do autor: “Há mais práticas de letramento do que sonha a vã filosofia ocidental” (STREET, 2007, p. 473).

Outra questão interessante é apresentada pela pesquisadora Ana Regina Terra a respeito dos Novos Estudos do Letramento com o foco das pesquisas girando em torno das “práticas de letramento” e “eventos de letramento” para iluminar os usos do letramento na vida cotidiana das pessoas. Ou, nas palavras da pesquisadora,

[...] o que constitui um repertório individual (capacidades letradas já apropriadas), dentro e dentre comunidades, depende das oportunidades a que o sujeito tem de acesso, assim como do proveito que delas ele consegue tirar, para participar ativamente em experiências sociais e culturais de uso da escrita, tão presentes no mundo contemporâneo”. (TERRA, 2013, p. 53).

No livro *Preciso “ensinar” o letramento? Não basta a ensinar a ler e a escrever?* Ângela Kleiman propõe o uso do cotidiano dos alunos e toda uma contextualização como recursos para a alfabetização e o letramento, enfatizando a leitura do mundo. Marco Antônio Silva, em dissertação de mestrado defendida em 2009 na UFMG, analisa a importância do desenvolvimento da competência leitora dos estudantes nas aulas de história, tomando como base os livros didáticos da disciplina e como referencial as avaliações sistêmicas da Educação Básica aplicadas por órgãos governamentais ou não. Este autor define o letramento como “o *estado* ou *condição* cognitiva adquirida pelos indivíduos e que lhes possibilitam exercer práticas de leitura e escrita de acordo com as necessidades demandadas socialmente” (SILVA, 2009, p 77).

Passando da ideia de letramento de caráter amplo para o campo disciplinar, surge a necessidade de (re)pensar o ensino de História, refletindo sobre a necessidade de um letramento histórico e das possibilidades de seu desenvolvimento em sala de aula. Se, em linhas gerais, entendemos o letramento como a capacidade do indivíduo ler e escrever os diversos tipos de textos e fazer uso desse aprendizado no seu cotidiano social, o que afinal seria o letramento histórico e qual a sua serventia? De acordo com a professora Helenice Rocha (2020), para responder a estas questões, devemos, antes de tudo, estabelecer qual o nosso objetivo quando ensinamos história. Para além do que é proposto pelo Estado, qual o anseio genuíno dos professores de história, historiadores por formação, ao ensinar a disciplina histórica em sala de aula e qual a relação de tudo isso com o letramento?

Obviamente, esta resposta vai variar de lugar e momento. Neste sentido, Helenice nos alerta que:

As respostas possíveis envolverão o currículo e os fins da história escolar, como também as mediações entre o que se pretende e o que acontece entre o ensino e a

aprendizagem da História. Como o letramento está relacionado aos processos de inserção nas culturas históricas valorizadas em determinadas sociedades, a definição de finalidades e mediações do ensino de História constitui parte relevante para sua definição, seus processos e efeitos. (ROCHA, 2020, p. 276).

A autora segue seu artigo analisando as pesquisas que lidam com o letramento histórico no Brasil e faz um levantamento dos sentidos do termo letramento e de algumas proposições sobre seu uso, que se traduzem em propostas pedagógicas, teóricas e de pesquisa. A autora estabelece diálogo com um dos principais interlocutores da Educação Histórica no Brasil: Peter Lee, autor britânico que, fundamentado na consciência histórica de Jörn Rüsen, propõe o desenvolvimento de Estruturas Históricas Utilizáveis, o que cooperaria para o letramento histórico e para o desenvolvimento da consciência histórica (ROCHA, 2020). A respeito deste diálogo, Helenice Rocha conclui:

O autor nos provoca a considerar algo subjacente às discussões feitas até aqui. O letramento histórico possui uma faceta de internalização do conhecimento social pela mediação cultural. Concordando com ele, sustentamos que o letramento histórico ocorre quando o conhecimento histórico concretizado narrativamente e a reflexão sobre o tempo transformam aquele que aprende, através de mediações culturais em que a escrita é constituinte. Assim, não existe um, mas possíveis letramentos históricos. Ele poderá ser mais ou menos estruturado de acordo com as dimensões que forem mobilizadas em seu desenvolvimento. [...]. Como essa transformação envolve um conjunto de conhecimentos em apropriação individual e coletiva, abre-se um terreno teórico, metodológico e pedagógico fértil e multidisciplinar para a denominação, proposição e pesquisa do letramento histórico. (ROCHA, 2020, p. 287).

Compreendendo o letramento como não linear e, também, não exclusivista aos indivíduos letrados (visto as interações não verbais), Rocha nos propõe uma perspectiva pluralista de letramento histórico que se estrutura em dois eixos - o do conhecimento histórico e o da linguagem⁹ – e em quatro dimensões que se interligam: temporal, narrativa, conceitual e procedimental. Os dois eixos são postos de forma fundamentais e, segundo a autora, “a aprendizagem de uma leitura com o refinamento da crítica histórica, que contextualiza as fontes e a partir disso constrói significados para elas, não só contribui para a aprendizagem histórica, mas, por paralelismo, contribui para a formação de leitores mais exigentes”. (ROCHA, 2020, p. 300).

⁹ A ênfase na linguagem como eixo fundamental ao letramento é seguido e incentivado de forma relevante por um grupo de pesquisadoras brasileiras. Vale o destaque para algumas obras e autoras: Maria Lima com a tese *Relações entre língua escrita e consciência histórica em produções textuais de crianças e adolescentes* (2007); Patrícia Bastos de Azevedo com a tese *História Ensinada: produção de sentido em práticas de letramento* (2011), além da tese de Helenice Rocha intitulada *O Lugar da Linguagem no Ensino de História* (2006), além de vários outros artigos publicados pelas citadas pesquisadoras.

Voltemos ao trabalho desenvolvido por Peter Lee. A construção do conceito de literacia histórica vem sendo desenvolvido por ele e se enquadra no campo de estudos da Educação Histórica. A respeito deste campo de estudos, Schmidt e Urban (2018) nos informa:

[...] a Educação Histórica pode ser vista como uma das maneiras de se lidar com os processos de ensino e aprendizagem da História que circulam em todos os âmbitos da sociedade, seja dentro ou fora da escola. Mas, para além desta constatação formal, a Educação Histórica também pode ser apreendida como um recorte específico no campo do ensino e aprendizagem da História, com uma tradição e um arcabouço teórico próprio e original. [...] Do ponto de vista teórico, o campo da Educação Histórica sugere a opção e adesão aos fundamentos teóricos e filosóficos da ciência da História como referenciais para reflexões, investigações e debates. (SCHMIDT; URBAN, 2018, p. 10).

No que compete ao uso do conceito de consciência história nas pesquisas no campo da Educação Histórica, Schmidt pontua:

Apesar de polivalente e polissêmico, o conceito de consciência histórica (ou pensamento histórico) é aqui apreendido a partir de Rüsen (2001), para quem ela é o fundamento da ciência da história e pode ser considerada como a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência de evolução no tempo de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo (RÜSEN, 2001, p. 57). (SCHMIDT, 2009, p. 12)

Ao conectar a história com a vida prática, seguindo o referencial de Rüsen, Lee desenvolve a compreensão de que a relação história/vida prática possa ser apreendido pelos estudantes. Visto que o aprendizado da disciplina precisa ir além do conhecimento de um emaranhado de fatos ou de conceitos básicos¹⁰, é preciso criar as oportunidades para o desenvolvimento de um “pensar historicamente”, onde a consciência histórica seria um tipo de literacia histórica (LEE, 2016). A respeito do que seria o “pensar historicamente” Peter Lee nos orienta a observar alguns critérios que qualquer indivíduo que afirme conseguir tal realização deva demonstrar: produzir os melhores argumentos “*relativamente as suas questões e pressuposições* apelando a *validade* da história e à *verdade* das afirmações de fatos singulares”; aceitar a obrigatoriedade de contar histórias diferentes daquelas que prefere e “chegar mesmo ao ponto de questionar suas próprias pressuposições”; respeitar o passado e as pessoas que o viveram, “*não saqueando* o passado para servir a fins do presente” (LEE, 2008, p. 13 – grifos do autor).

¹⁰ A respeito do uso de conceitos no ensino de História, pesquisadores ingleses na linha de Peter Lee nos delimitaram o que seriam os conceitos substantivos e conceitos de segunda ordem: “Por conceitos substantivos entende-se os conteúdos da História, por exemplo o conceito de industrialização, renascimento, revolução. [...] Entre os conceitos de segunda ordem, estão os que se referem a natureza do conhecimento histórico, tais como explicação, interpretação, empatia e compreensão” (RIBAS, et al. 2018, p. 48).

No que diz respeito às características mínimas da literacia histórica, Lee (2008) indica duas características que os estudantes deverão demonstrar: conhecimento histórico do passado e compreensão acerca da construção do conhecimento histórico. Nas palavras do autor:

Se os estudantes são capazes de fazer sentido do passado e adquirirem algum conhecimento do que podemos dizer acerca dele, e em simultâneo ser capaz de utilizar esse conhecimento de modo a que tenha claramente uma utilidade/aplicabilidade, se tal acontecer talvez possa afirmar-se que os estudantes são historicamente letrados. (LEE, 2008, p. 11).

Claudia Azevedo, em dissertação desenvolvida no ProfHistória da UERJ, apontou a possibilidade de encarar o letramento histórico em via dupla, sendo possível “pensar o tema do letramento no ensino de história tanto do ponto de vista de um letramento histórico, entendido aqui como relativo ao campo discursivo da história, quanto do ponto de vista linguístico, relativo à compreensão leitora e à habilidade de produzir textos”. (AZEVEDO, 2016, p. 40). De forma semelhante, Marco Antônio Silva, também orienta para a compreensão do letramento no ensino de história como uma junção de uma leitura proficiente em história (amparada no campo da linguagem) e no desenvolvimento de uma Estrutura Histórica Utilizável, como estabelecida por Peter Lee¹¹ (SILVA, 2011). No desenvolvimento das propostas de letramento em história desta pesquisa, operamos com a compreensão de Silva a respeito do letramento no ensino de história:

[...] o sujeito historicamente letrado não se limita apenas a estabelecer conexões entre as informações novas e uma série de fatos históricos, objetivos durante os processos de leitura das narrativas históricas. Para além disso, o letramento em História exige uma interação mental durante as leituras das narrativas históricas com uma estrutura histórica utilizável, estabelecendo uma orientação temporal e permitindo a construção de novos significados para o sujeito. (SILVA, 2011, p. 124).

Entendendo que o letramento histórico também é um caminho para a compreensão de textos historiográficos mais complexos, faremos agora um pequeno exercício reflexivo sobre o uso de fontes históricas e da historiografia em sala de aula.

1.2 - Fontes históricas e historiografia em sala de aula

Ao escrever *Apologia da História ou o ofício do historiador*, Marc Bloch reconheceu que a “simplicidade tão apurada é privilégio de alguns raros eleitos” que conseguem escrever

¹¹ Marco Antônio Silva nos informa que, para Peter Lee, alicerçado no âmbito da consciência histórica, “o conhecimento histórico do passado tornar-se-ia uma ferramenta de orientação poderosa e flexível denominada Estrutura Histórica Utilizável – Utilisation Historical Framing (UHF)” (SILVA, 2011, p. 122). Para maior entendimento acerca da UHF ver LEE (2006).

ao mesmo tempo para os doutores e para os estudantes (BLOCH, 2004, pág. 41). Com efeito, escrever para todo e qualquer público, não é tarefa fácil. Trilhar a pesquisa histórica com fontes, trabalhá-las de forma a construir sentido na narrativa, perpassa inevitavelmente por um grande debate epistemológico que pode gerar dificuldades ao leitor menos familiarizado com as teorias e metodologias de produção do conhecimento histórico, mas isto não pode ser fio condutor para o afastamento de alunos e público em geral da boa pesquisa historiográfica.

Nem sempre o uso de fontes históricas e da historiografia em sala em aula teve a finalidade de desenvolvimento do letramento, ou mesmo foi visto como algo necessário. Devemos nos lembrar que, baseado em uma Didática da História que foi sendo distanciada da ciência de referência e lançada as cátedras da pedagogia (RÜSEN, 2010b; SCHMIDT, 2020), por muito tempo o ensino de história na Educação Básica foi metodologicamente visto como um processo de transposição didática. Incluído como verbete do *Dicionário de Ensino de História*, Ana Maria Monteiro nos informa a respeito da transposição didática:

Chevallard afirma categoricamente a diferença entre o ‘saber sábio’ (*savoir savant*) e o saber ensinado. Para que o ensino seja possível, o elemento de saber deverá ter sofrido certas “deformações” que o tornarão apto a ser ensinado. O termo “deformações” é utilizado pelo autor para indicar a ocorrência de mudanças, transformações nos saberes, sem denotar o aspecto pejorativo que esse significante assume na língua portuguesa. (MONTEIRO, 2019, p. 220).

Este conceito desenvolvido por Chevallard para a área do ensino de matemática foi amplamente utilizado para pensar o ensino das mais variadas disciplinas do currículo escolar. No que se refere ao ensino de história, ele sofreu severas críticas, principalmente no que diz respeito a um apagamento do processo axiológico de produção dos saberes escolares e pela não percepção das influências da história pública na formação desse saber. (MONTEIRO, 2019; SCHMIDT, 2020).

Estas considerações a respeito do conceito de transposição didática, caminharam também de forma a apontar a ideia errônea de hierarquia de saberes entre a história produzida na academia e a história escolar. Partindo da premissa de que o conhecimento histórico é produzido na universidade, aos alunos e professores da Educação Básica caberiam simplesmente à reprodução da narrativa, visto que sua produção é tido como algo desqualificado ou mesmo inexistente. Mais do que um debate, este tem sido um posicionamento acadêmico que vem desde a instituição da disciplina no Brasil, como apontado por Salgado Guimarães (1998) e Marieta Ferreira (2012).

Esta relação entre a academia e a Educação Básica foi sofrendo modificações ao longo do tempo. Ao tratar sobre conhecimento histórico escolar no *Dicionário de Ensino de História*, Cristiani Bereta da Silva nos alerta que “apesar de sua natureza complexa e específica, o conhecimento histórico escolar não abdica de aproximações, diálogos e tensões com a historiografia, com a teoria da história etc.” (SILVA, 2019, p. 52). Assim, se durante muito tempo essas aproximações trabalharam em uma perspectiva de transposição didática do conhecimento acadêmico para o ambiente escolar de forma pura e simples, agora os professores da Educação Básica já não estariam reféns de uma hierarquização do conhecimento – a universidade como único lugar do saber – mas sim, de uma diferenciação dos saberes.

É neste sentido que entra em evidência a Didática da História¹². Para os estudiosos deste campo de pesquisa, a escola não pode ser encarada como lugar de reprodução do conhecimento histórico acadêmico e sim como espaço onde professores e alunos são sujeitos centrais na construção de conhecimento. Nas palavras de Cláudia Azevedo,

Se o conhecimento escolar não é, então, simples cópia ou subproduto do científico, a didática da disciplina nas escolas não deveria se limitar a preocupações com conteúdos e com as melhores técnicas de transição dos mesmos. Um dos principais pensadores desta nova perspectiva da didática da História, Rüsen (2010b) enfatiza a ideia de que o conhecimento histórico tem a função de orientar a vida prática, conferindo sentido à experiência temporal: é através da narrativa histórica, procedimento mental básico de qualquer pensamento histórico, que é possível interpretar o passado, compreender o presente e esperar certo futuro. (AZEVEDO, 2016, p. 21-22).

No artigo *Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas*, Selva Guimarães Fonseca e Marcos Antônio da Silva, abordam sobre as lutas políticas e teóricas que marcaram o ensino de história na Educação Básica brasileira. Do sempre presente embate em torno do currículo, passando pela formação do professor, das discussões em torno da implementação da LDB e PCN's, até as mais novas legislações baseadas em conquistas sociais, todo o texto é extremamente rico, mas, destacamos aqui, o que os autores informam ser os fetiches que marcaram/marcam o ensino de história: fetiche dos novos objetos, da última moda, da cultura escolar isolada de outras culturas, da academia como único lugar de saber e, finalmente, fetiche da lei ou Estado como salvador da nação. (SILVA; FONSECA, 2010).

¹² Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, “[...] as reflexões de Jörn Rüsen acerca da Didática e funções do saber histórico, trazem o pressuposto da Didática como a ciência da aprendizagem histórica, bem como a assertiva de que ‘o ensinar e aprender história são da alçada de uma disciplina especializada, a didática da história’”. (SCHMIDT, 2020, p. 14).

Analisando mais atentamente esses fetiches, podemos observar que dois deles – ver a escola como uma ilha e o Estado que ignora as vontades e anseios dos atores sociais diretamente envolvidos na educação por se performar como salvador e detentor dos rumos da nação - é algo que, infelizmente, envolve o processo de ensino de todas as disciplinas. Outros dois fetiches vêm diretamente das discussões da ciência da história, principalmente com a virada epistemológica ocorrida no século XX. Tal qual na historiografia, o ensino passou a valorizar novos objetos e novas formas de interpretação e se esmigalhou no caminho. A pós-modernidade chegou forte na história ensinada, levando “à perda de questões gerais de conhecimento histórico” (SILVA; FONSECA, 2010, pág.15) e gerando ainda mais debates na construção do currículo.

Os problemas gerados pela Nova História e pelas falhas das grandes teorias interpretativas e que aparecem também no ensino é trabalhado no artigo *Reflexões sobre o ensino de história: discussão de algumas proposições de Jacques Le Goff* de autoria de Joana Neves. Segundo a autora, com a eliminação do fato para inclusão de processos impessoais, corremos o risco de uma história ensinada que acabe por se transformar em “estranhos ruídos de um discurso vazio.” (NEVES, 2003, pág.165). Se o historiador abriu o leque do que pode ser usado como fonte para a criação da sua narrativa historiográfica, também os professores passaram a utilizar essas fontes em sala de aula. Todavia, o alargamento da noção do que seria fontes históricas pela historiografia francesa será visto, no âmbito educacional, como a possibilidade da utilização delas como recurso ao ensino da disciplina. Flávia Eloisa Caimi analisou como o uso de documentos em sala de aula como material pedagógico foi inserido e percebido no Brasil ao longo do tempo. Neste sentido, ela nos informa:

O que mudou nas últimas décadas foi o entendimento quanto as suas finalidades nas aulas de história. Na atual compreensão do tema, é imprescindível o trabalho do professor e do aluno na problematização e significação dos documentos, utilizando-os de modo a extrapolar meras funções de ilustração, motivação, informação ou prova, ainda que essas possam ter relativa importância. O desafio é, tomando os documentos como fontes, entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contém saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor. (CAIMI, 2008, p. 147).

Assim, o grande dilema do uso pedagógico de fontes na sala de aula é saber se distanciar da expectativa de tornar o aluno um historiador mirim, que se encantaria com essa aula mais interessante por ter contato com variados documentos históricos, ou mesmo do erro de utilizar essas fontes como prova do que o professor está tentando ensinar. Nas palavras de Nilton Pereira e Fernando Seffner,

O trabalho com fontes em sala de aula pode ser bastante produtivo, desde que o objetivo seja a complexidade, não a facilitação. [...] Ensinamos os estudantes a ler o relato histórico e ensinamos a ler as representações sobre o passado que circulam na sua sociedade. Ensinar utilizando fontes não quer dizer ensinar a produzir representações através das fontes, mas ensinar como os historiadores produzem conhecimento sobre o passado a partir das fontes disponíveis e quais os problemas implicados nessa produção. (PEREIRA; SEFFNER, 2008, p. 126 – 127).

Não podemos perder de vista, entretanto, que o trato com as fontes não é algo fácil. Também os historiadores, durante a graduação, foram letrados na arte de problematizá-las e criar sentido no texto historiográfico que desenvolvem. É neste sentido que Patrícia Bastos de Azevedo nos informa que “a ação do historiador é uma prática de letramento” e, assim, “aprofundar e compreender a escrita da história é clarear um pouco o processo que constitui as práticas de letramento na ciência história e permeiam a história ensinada.” (AZEVEDO, 2011, p. 66). Quanto a especificidade dos textos produzidos por historiadores, Patrícia Azevedo ainda nos aponta:

A historiografia destina-se a um público leitor alvo e, em sua construção discursiva, apresenta uma pretensão de validade sobre o passado investigado e a uma redação da história que busca em seu leitor a corroboração desta pretensão. Logo, o público-alvo desse texto deve conseguir transitar com certa desenvoltura no gênero discursivo e na estética composicional que os enunciados imprimem. (AZEVEDO, 2011, p. 64).

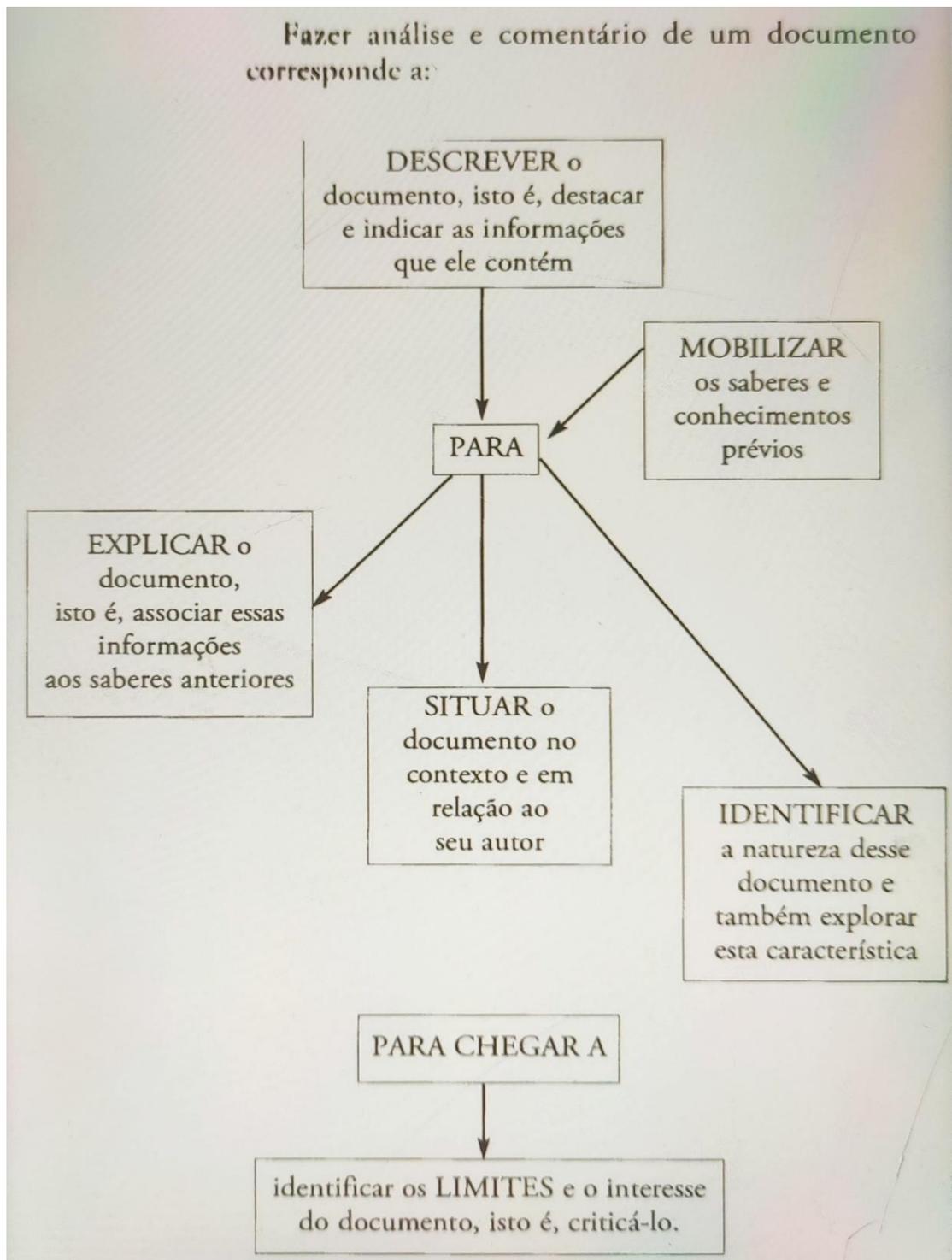
Levando em consideração a variedade de gêneros e de tipos textuais que são fontes do próprio trabalho do historiador na sua escrita historiográfica e do professor de história que encara a sala de aula como local privilegiado de aprendizagem histórica, é preciso desenvolver a capacidade específica de lidar com cada um deles. Neste sentido, ao desenvolver pesquisa sobre letramento em ensino de história, Marco Antônio Silva nos lembra que é preciso levar em conta que,

[...] o leitor proficiente em História é desafiado a interagir e decifrá-las de forma consciente e coerente. Entretanto, a exploração de todo este “acervo” exige uma metodologia de ensino complexa, já que o aprendizado da leitura não é um processo de ação espontânea. Um professor ou especialista em determinada matéria deve ensinar, ao leitor incipiente, estratégias de leitura que ainda lhe são inacessíveis. (SILVA, 2011, p. 120).

Afinando o olhar para o uso de fontes e de textos historiográficos nas aulas de história da Educação Básica, as possibilidades se desdobram em várias direções: pinturas, fotografias, documentos oficiais, jornais, livros, cartas, revistas, revistas em quadrinhos, cordéis, etc. Todos eles, obviamente, devem ser trabalhados de forma explícita quanto à historicidade de sua produção: porque e quando foi produzido, quem o produziu, qual a ideologia envolvida. É importante também esclarecer aos alunos que toda fonte ou texto historiográfico é um resquício de um tempo vivido e, portanto, representações de uma época.

Ao refletir sobre o uso didático dos documentos, Circe Bittencourt (2008) nos alerta sobre a necessidade de unir os métodos historiográficos com métodos pedagógicos, articulando procedimentos aos objetivos. A autora apresenta o seguinte esquema como proposta de análise básica para qualquer documento a ser utilizado em situação pedagógica:

Figura 1 - Proposta de análise de documentos em situação pedagógica



Circe Bittencourt também analisa o uso dos livros didáticos, perpassando por toda a cadeia produtiva até a análise do conteúdo histórico apresentado. Como o conhecimento histórico desse material didático “resulta em um texto impositivo que impede uma reflexão de caráter contestatório” (BITTENCOURT, 2008, p. 314), a autora propõem um trabalho com os alunos que seja baseado na comparação de livros de diferentes épocas: comparar os textos, imagens apresentadas, autores citados, etc. Nossa proposta parte do pressuposto de que é necessário ir além das fontes e do conteúdo presente no livro didático; utilizando outros livros e trabalhos acadêmicos.

Para além do livro didático ou do conhecimento histórico que os alunos têm contato não só na escola, mas também fora dela, é preciso que o letramento histórico dos estudantes os habilitem a operar com a história em qualquer circunstância em que estejam inseridos. Desta forma, Isabel Barca discorre sobre a importância de os alunos aprenderem a usar critérios de validade sobre as versões e fontes a qual tenham acesso, de forma a distinguir quais produções sobre o passado são historicamente válidas (BARCA, 2006)¹³. Segundo a autora, “se considerarmos que a aprendizagem é contextualizada socialmente, as experiências, o enfoque e os métodos de ensinar afectam necessariamente o nível de pensamento histórico” (BARCA, 2006, p. 108).

Nosso próximo passo é refletir sobre um caminho, um método para o desenvolvimento do letramento histórico e da aprendizagem histórica, que esteja situado na ciência de referência. Neste ponto iremos analisar as possibilidades apresentadas não por uma Didática enquanto campo separado da ciência histórica, mas por uma Didática Reconstrutivista da História.

1.3 - A Didática Reconstrutivista da História e a Aula Histórica como uma possibilidade para o letramento histórico

A professora Maria Auxiliadora Schmidt, dona de uma longa trajetória de pesquisa sobre a Didática da História no Brasil; em consonância com os debates do campo da Educação Histórica no qual também desenvolve trabalhos, em sua tese de livre docência que foi lançada em formato de livro em 2020, nos alerta para a urgência de um ensino de história

¹³ Pesquisadora portuguesa do campo da Educação Histórica, Isabel Barca desenvolve pesquisa sobre consciência histórica. No artigo “*Literacia e consciência histórica*” (2006) a pesquisadora se debruça para compreender a progressão do pensamento histórico em estudantes universitários de História.

que esteja focado na aprendizagem ancorada na ciência da história e não puramente na educação. Esta aprendizagem aconteceria sobre a égide do que Schmidt vem a denominar como Didática Reconstitutivista da História. Neste sentido, ela nos afirma:

Se o indicativo da Didática não é novo, o que qualifica a novidade é a denominação de Reconstitutivista. Trata-se da adesão ao princípio fundamental da aprendizagem ou cognição histórica situada na própria História para a formulação do método e ensino e de que, nas aulas de História, professores e alunos percorrem o caminho da relação presente, passado e futuro, reconstituindo-a, desafiados pela possibilidade de produzir novas compreensões e novas narrativas históricas. [...] Assumir este desafio é aceitar os limites e possibilidades da formação do pensamento histórico, de forma científica e de fazer acontecer nas aulas de História, os princípios da metodização do conhecimento histórico [...]. (Schmidt, 2020, p. 15).

Tendo desenvolvido algumas reflexões em torno do conceito de literacia histórica proposto por Peter Lee¹⁴, Maria Auxiliadora Schmidt chega a afirmar que “a literacia histórica pode ser caracterizada como a função da Didática Reconstitutivista da História de formar sujeitos historicamente letrados” (SCHMIDT, 2020, p. 82). Como metodologia para o ensino de história que realmente tome para si a incumbência de desenvolvimento da literacia histórica, a autora propõe a Aula Histórica¹⁵, onde professores e alunos são orientados a “realizar o percurso da produção do conhecimento histórico em suas aulas” (SCHMIDT, 2020, p.133).

A proposta da “Aula Histórica” indica algumas possibilidades, tais como a superação da “didática da cópia”, em que os alunos são receptores passivos de um conhecimento histórico transmitido pelo professor, bem como a utilização de manuais didáticos como referência para o ensino da “verdadeira história” a ser aprendida. (SCHMIDT, 2020, p. 147).

Com uma concepção de aprendizagem situada na ciência de referência, Schmidt lançou a Matriz da Aula Histórica tomando como ponto de partida a matriz disciplinar da história e a matriz da Didática da História de Jörn Rüsen. Esta Matriz se estrutura nos seguintes fatores:

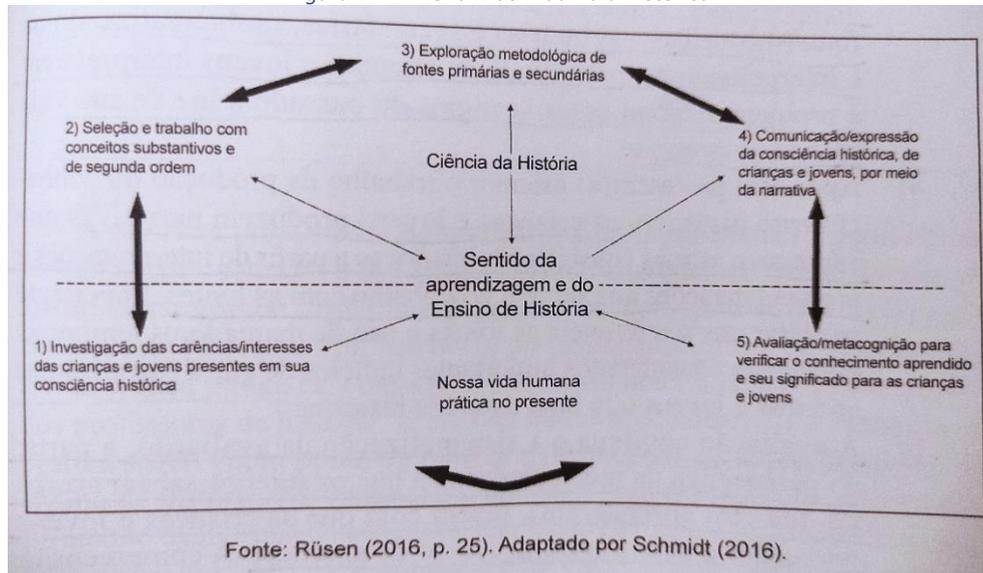
- 1) Investigação das carências/interesses das crianças e jovens presentes em sua consciência histórica;
- 2) Seleção de trabalho com conceitos substantivos e de segunda ordem;
- 3) Exploração metodológica de fontes primárias e terciárias.

¹⁴ Além do livro *Didática Reconstitutivista da História* (2020), Schmidt vem refletindo sobre o conceito de literacia histórica ao longo de muito tempo. Ver, entre outros: SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Literacia Histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI*. IN: História & Ensino, Londrina, v. 15, p. 09-22 ago. 2009.

¹⁵ Sobre a proposição da Aula Histórica, ver: GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. *Metodologia da Aula Histórica: inovação no currículo e nas práticas pedagógicas*. IN: Revista REUNINA, vol.1, nº1. Pag.: 113-127.

- 4) Comunicação/expressão da consciência histórica, de crianças e jovens por meio da narrativa;
- 5) Avaliação/metacognição para verificar o conhecimento aprendido e seu significado para as crianças e jovens. (Curitiba, 2016^a, p.7).

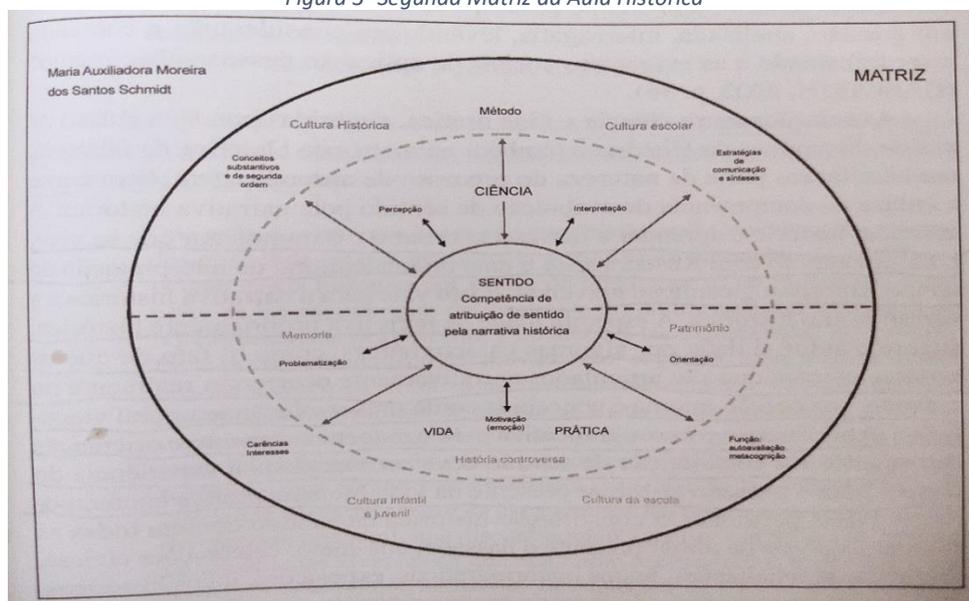
Figura 2 - Primeira Matriz da Aula Histórica



SCHMIDT, 2020, p. 133

De acordo com as necessidades e fatores observados na prática da sala de aula, Maria Auxiliadora Schmidt reestruturou a Matriz da Aula Histórica inserindo a categoria de cultura porque ela ser considerada como articuladora “dos processos que formam as relações entre a vida prática (práxis) e a ciência” (Schmidt, 2020, p. 135).

Figura 3- Segunda Matriz da Aula Histórica



Podemos observar que a atribuição de sentido é questão central na estrutura da Aula Histórica sugerida pela Didática Reconstructivista da História, com a prática social sendo vista como ponto de chegada e de partida para a aprendizagem e o ensino de História. A respeito da vida prática e da produção de sentido para o letramento histórico, Patrícia Bastos de Azevedo nos diz:

As práticas de letramento, sejam na história ensinada sejam no mundo, são circunstanciadas e validadas pelo contexto de vida, não podendo ser analisadas, categorizadas ou compreendidas fora da produção de sentido que as constitui e estrutura seus atos. Em virtude disso, tais práticas são sempre sociais e marcadas pelo tempo-espço que as compõe enquanto materialidade e validade. No caso, na história ensinada, elas são constituídas pela perspectiva escolar, histórica, social e filosófica que recobre seus atos e, assim, os sentidos produzidos em práticas de letramento. (AZEVEDO, 2013, p.44).

Assim, seguindo o percurso sugerido pela matriz da Aula Histórica – vida prática / conhecimento científico / vida prática –, que as propostas de aprendizagem com ênfase no letramento histórico serão desenvolvidas tomando como base no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal do sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*, de Lycurgo Santos Filho.

2- “UMA COMUNIDADE RURAL DO BRASIL ANTIGO”: O LIVRO E A HISTORIOGRAFIA

Esta é a HISTÓRIA de uma fazenda de criação dos sertões da Bahia, num lapso de tempo de 150 anos, dentro dos séculos XVIII e XIX. É uma reconstituição da fazenda do “Brejo do Campo Seco”, nos seus aspectos social, econômico e histórico. Trata-se de uma propriedade rural que existiu, outrora, em terras do município de Bom Jesus dos Meiras, hoje denominado Brumado. (LYCURGO, 1956).

Em 2012, por ocasião do aniversário de 135 anos de emancipação política de Brumado, a obra *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal do sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX* de autoria do médico e historiador Lycurgo Santos Filho foi lançado em edição facsimilar e distribuída para todas as escolas do município (FIGURA 4 E 5). O livro, lançado originalmente em 1956, retrata a fazenda Campo Seco, situada onde hoje é parte do município de Brumado, na Bahia. Escrito com base em uma extensa documentação, a publicação é um marco nos estudos historiográficos sobre o Alto Sertão da Bahia¹⁶. Nesta seção, vamos conhecer sobre o autor, a obra e as novas pesquisas que de alguma forma dialogam com o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*.

2.1 Considerações sobre o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* de Lycurgo Santos Filho

Lycurgo de Castro Santos Filho nasceu em 1910 na cidade do Rio de Janeiro, onde se formou em medicina em 1934. Boa parte de sua carreira médica foi exercida no estado de São Paulo, em especial na cidade de Campinas, tendo lecionado as disciplinas Urologia, História da Medicina e História da Cultura e História da Arte em universidades locais¹⁷. A paixão de

¹⁶ Sobre o Alto Sertão da Bahia o historiador Erivaldo Fagundes Neves, nos informa em suas pesquisas que “[...] Diante de tantas possibilidades de referências espaciais, este estudo prefere utilizar essa antiga e vaga espacialidade ‘Alto Sertão da Bahia’, pela sua historicidade, na consciência de pertencimento de sua população, que foi até usada como epígrafe do jornal ‘A Penna’, editado por João Gumes em Caetitê, entre as décadas de 1880 e 1930, com algumas interrupções. [...]” (NEVES, 2008, p. 26). Ainda segundo Neves: “A designação de Alto Sertão da Bahia referencia-se, pois, na sua distância do litoral, talvez com os reforços da posição relativa ao curso do rio São Francisco e do relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil” (NEVES, 2008, p. 28).

¹⁷ Em boletim publicado pela Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp sob autoria do professor Sérgio Luiz Saboya Arruda, Lycurgo Santos Filho era especialista em patologia clínica e urologia, tendo chegado a chefiar o Serviço de Urologia da Santa Casa de Misericórdia de Campinas. Quanto à docência, trabalhou ativamente na

Lycurgo pela História e a seriedade e rigor metodológico que ele confere a disciplina pode ser observado nos programas dos cursos por ele ministrado nas faculdades de medicina¹⁸ e em toda a sua vasta obra. Lycurgo Santos Filho possui cerca de 150 publicações, dentre as quais se destacam: *Uma comunidade rural no Brasil antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX* (1956), *Campinas: evolução histórica* (1966), *História geral da medicina brasileira* (1977/1991) e o capítulo de medicina colonial da coleção *História geral da civilização brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda (ARRUDA, 2008, p. 1).

Figura 4 - Capa da edição facsimilar do livro *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo* lançada pela Prefeitura Municipal de Brumado

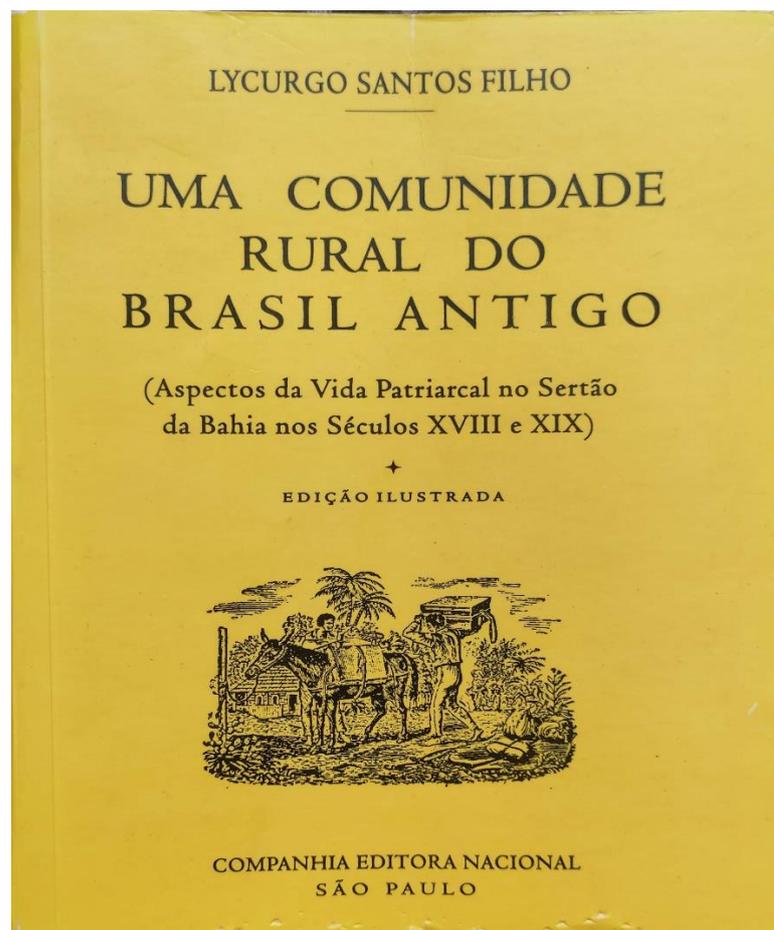


Foto por Welma Reis

atual PUC-Campinas, havendo também lecionado como professor convidado de História da Medicina para as primeiras turmas da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. (ARRUDA, 2008, p. 1).

¹⁸ Lycurgo Santos Filho ministrou o curso de História da Medicina na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Segundo reportagem publicada no Boletim FCM volume 12, nº 3 de 2019, “No programa de 1966, o curso iniciava-se pela Metodologia da História da Medicina (fundamentos ou bases, fontes periodização; estudos médico-históricos no mundo e no Brasil) e fazia um longo percurso desde os tempos pré-históricos, Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Medicina no Brasil e Medicina Americana”. (Boletim FCM, 2019. Sem paginação).

Figura 5 - Folha de rosto da edição facsimilar com carimbo de doação à Escola Municipal Professora Joselita Meira de Carvalho

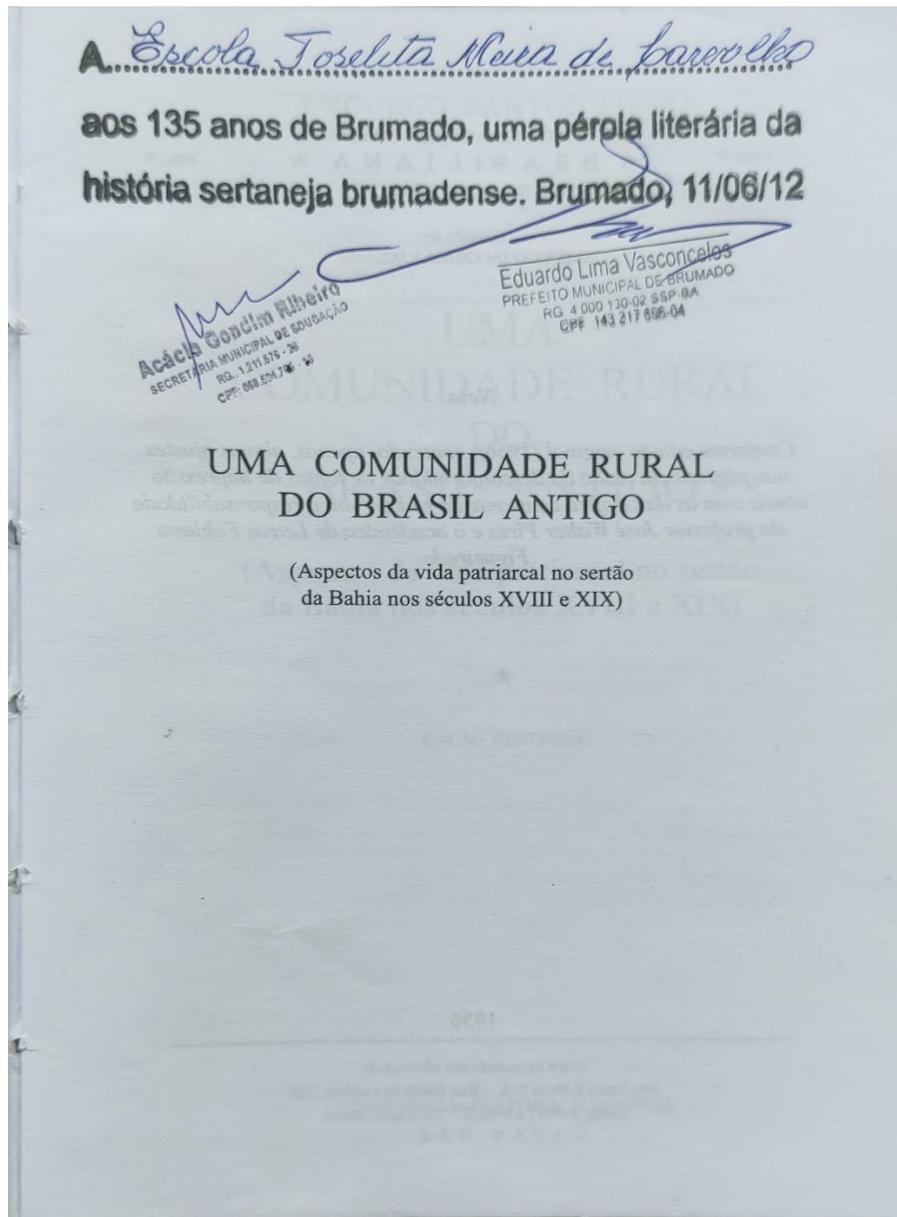


Foto por Welma Reis

Lycurgo Filho teve como primeira esposa uma bisneta de Exupério Canguçu, o último senhor do Brejo do Campo Seco e assim, graças ao parentesco, teve acesso a quase toda a documentação que utilizou na escrita da obra *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* (SANTOS FILHO, 1974). Outros documentos utilizados pelo autor na feitura do livro são cartas enviadas pelos moradores do Brejo e que se encontram na posse de familiares ou institutos de guarda de documentos dos destinatários¹⁹ ou em entrevistas realizadas com os

¹⁹ Em relação aos institutos de guarda temos, como exemplo, a correspondência entre Exupério Pinheiro Canguçu e Rui Barbosa que foi consultada por Lycurgo Santos Filho no arquivo da Casa de Rui Barbosa.

descendentes de familiares do Brejo do Campo Seco ou de famílias que tiveram relações com eles.

Na Introdução do livro, o autor nos informa a respeito dos documentos que o permitiram escrever o que ele qualifica como “uma síntese historiográfica e informativa da evolução material e cultural da região sertaneja do ‘Campo Seco’” (SANTOS FILHO, 1956, p. XXI). Nas palavras do autor:

O arquivo do ‘Sobrado do Brejo’ era, até princípios do século XX, um volumoso repositório de centenas de papéis. Constituíam o arquivo da família Pinheiro Canguçu e compunha-se de livros comerciais e memoriais, patentes militares, documentos relativos ao Santo Ofício, testamentos, instrumentos de doações, papéis referentes a escravos, papéis contendo a descrição de limites ou ‘estremas’ de algumas propriedades rurais, certificados de aquisição de ações de estradas de ferro, recibos, cartas e outros documentos concernentes a negócios de pecuária, de algodão e de outras diversas transações comerciais, letras de câmbio, recibos de pagamento de impostos, recibos de assinaturas de jornais, cópias e originais de papéis forenses, incluindo os relativos a processos judiciais originados de uma luta entre famílias, cartas, bilhetes e documentos outros referentes à mesma luta de morte travada entre Mouras e Canguçus, papéis e cartas de natureza política e social, cópias de receitas para preparação de doces e vinhos, cópias de receitas médicas, fotografias. (SANTOS FILHO, 1956, p. XIX e XX).

Em toda a obra, Santos Filho vai mostrando a farta documentação que foi utilizada, numa forma de deixar acessível a todos²⁰. Esta disposição em preservar e permitir o acesso aos documentos é perceptível quando, no VII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, realizado em 1973 na cidade de Belo Horizonte, ele apresenta a comunicação intitulada *Os livros e papéis do Brejo do Campo Seco (Bahia)* com o “intuito de prestar algum serviço aos pesquisadores” ao fazer um levantamento onde “são arroladas todas as peças do arquivo do Sobrado do Brejo que permanecem em poder desse autor em Campinas [...] os quais se encontram, naturalmente, a disposição dos interessados em consultá-los”. (SANTOS FILHO, 1974, p.1304). A documentação ainda está em posse da família do autor e parte dela foi digitalizada por alunos de pós-graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana, sob a coordenação dos professores Jorge Viana, da UESB e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, ambas da UEFS (JESUS, 2021).

²⁰ O autor apresenta trechos da documentação ao longo do livro, mas vai além ao inserir apêndices com a transcrição completa de alguns por ele selecionados ou produzidos, tais como: Testamento de Ana Francisca (esposa do primeiro senhor do Brejo), Translado dos privilégios aos familiares do Santo Ofício, cartas, receitas, recenseamento das “gentes do Sobrado do Brejo” no censo de 1872 e um artigo do engenheiro e economista José Alfredo Marsillac, escrito à pedido de Lycurgo, contendo coeficiente de preços para calcular correspondência dos valores praticados entre os séculos XVIII e XIX no sertão da Bahia com o ano de 1954 em que o autor escrevia *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*.

O livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* é dividido em quatro partes – I. Personagens e cenário; II. Aspectos da vida patriarcal; III. A vida rural; IV. A vida comercial e a indústria. Na primeira parte, o autor apresenta os processos de fundação da fazenda do Brejo do Campo Seco e os quatro homens que foram os chefes da família. A começar por Miguel Lourenço de Almeida, o patriarca que possuía o título de Familiar do Santo Ofício²¹, passando pelo seu genro Antônio Pinheiro Pinto, o neto Inocêncio Pinheiro Canguçu e finalizando com Exupério Pinheiro Canguçu. Nesta primeira parte há seis capítulos: um capítulo para cada senhor do Brejo do Campo Seco, fazendo uma espécie de biografia desses homens. Como Familiar do Santo Ofício, o patriarca foi tema de um segundo capítulo no qual o autor fala a respeito da instituição da Inquisição em Portugal e sobre o processo de habilitação de Miguel Lourenço ao cargo de Familiar; nesta parte, Lycurgo também nos mostra a ocasião em que o patriarca usou de seu título para afastar a obrigação de exercer cargo público em Rio de Contas. Para finalizar a Parte I. Personagens e cenário, o autor apresenta e analisa as anotações realizadas por Pinheiro Pinto no Livro de Razão sobre a construção do Sobrado do Brejo, esta imponente obra arquitetônica, representativa do poderio econômico da família analisada.

Na parte II. Aspectos da vida patriarcal, Lycurgo Santos Filho começa por nos apresentar dois documentos de grande valia para estudo dos sujeitos históricos que viveram ou se relacionaram com os moradores do Brejo do Campo Seco: o “Livro do Gado” e o “Livro da Razão”. Nosso autor os descreve como “dois livros de idêntico aspecto e igual formato, medindo ambos 30 e meio centímetros de altura por 21 de largura. [...] Um deles, o mais delgado, contém 57 folhas, numeradas, e o outro, 195” (SANTOS FILHO, 1956, p. 110). Estes livros foram produzidos pelos três primeiros senhores do Brejo: Miguel Lourenço, Antônio Pinheiro Pinto e Inocêncio Pinheiro Canguçu. O último senhor do Brejo, Exupério Pinheiro Canguçu, não utilizou dos livros para fazer anotações e a documentação a respeito de sua gestão familiar está relacionado a cartas e outros escritos por ele produzido.

²¹ De acordo com Fábio Küh “Os familiares eram os oficiais leigos do Santo Ofício, escolhidos entre as pessoas reputadas e de bom cabedal, residentes tanto em Portugal quanto no Brasil colonial. As suas funções eram detectar e identificar, nas terras onde viviam, qualquer eventual prática de crime punível dentro da alçada da Inquisição. Eram, conforme notou Jaime Contreras, a ‘imagem externa do Santo Ofício’. No título XXI do Regimento da Inquisição portuguesa de 1640 ficaram estabelecidos os pré-requisitos necessários para pleitear o cargo de familiar. Deveriam ser ‘pessoas de bom procedimento e de confiança e capacidade reconhecida’, que tivessem ‘fazenda de que possam viver abundantemente’. Além disso, como os demais ministros e oficiais do Santo Ofício português, deveriam ser ‘naturais do reino, cristãos-velhos, de limpo sangue, sem raça de mouro, judeu ou gente novamente convertida à nossa santa fé e sem fama em contrário” (KÜH, 2010, p. 179).

A respeito dos livros as professoras Mariana Lacerda e Zenaide Carneiro, que coordenam o projeto CE-DOHS - *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão* da UEFS²², nos informa:

O Livro de Razão é mais espesso do que o Livro do Gado; este tem 57 folhas, com registros de operações pastoris, de campo, como a marcação de bezerras, de poldros e poldras e de muares, a distribuição de animais pelas várias fazendas etc., e aquele, 195 folhas, com registros de dívidas e empréstimos, de vendas de tecidos, roupas feitas, ferramentas, gêneros alimentícios, armas de fogo, negócios de gado, aquisição de escravos, pagamento de dízimos, gastos com a construção do Sobrado do Brejo, ajuste de empregados, receitas médicas etc. [...] Os livros não trazem somente registros usuais referentes às transações da fazenda, mas também informações valiosas do cotidiano da fazenda e de seus ocupantes. (LACERDA; RIBEIRO, 2016, p. 154).

O “Livro do Gado” e o “Livro da Razão”, são analisados com esmero por Lycurgo Santos Filho, que percebe a potencialidade historiográfica deles e consegue captar não só dados contábeis da Fazenda do Brejo, mas também, alcançar a própria dinâmica social da fazenda. Na parte II do livro é dado destaque à militarização do sertão e às lutas entre famílias, às questões religiosas, à medicina da época e à escravidão. Como apêndice ao capítulo sobre medicina, o autor nos apresenta partes do folheto impresso com os termos de compromisso referente à fundação da Santa Casa de Misericórdia de Caetité, da qual Exupério Canguçu foi irmão-fundador. No que diz respeito à escravidão, apesar de ter um capítulo especial, o tema acaba por atravessar boa parte da obra, visto que o autor nos fala de uma sociedade que mantém suas relações sociais e econômicas à base do trabalho escravo. Lycurgo traz dados como compra, aluguel, atividades desenvolvidas pelos escravos, as tentativas de sair do cativeiro por meio de fugas ou na busca pela alforria pelos cativos do Campo Seco. Como a obra caminha por mais de um século, podemos perceber as oscilações do preço dos escravos ao longo do tempo, bem como a diminuição na quantidade de cativos ocasionada por questões como a seca, o fim do tráfico transatlântico e mesmo as leis de abolição.

Na parte III. A vida rural, o autor discorre sobre a criação de animais, com atenção especial ao gado, equinos e muares; e a agricultura realizada na Fazenda do Brejo, em especial a cultura do algodão. Por fim, a parte IV trata sobre as atividades comerciais

²² O projeto CE-DOHS – Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão, como informado no site do projeto “disponibiliza, na rede mundial de computadores, com acesso livre e gratuito, extensa base documental para estudo do português do Brasil”. A documentação da Fazenda do Brejo do Campo Seco utilizada por Lycurgo Santos Filho para a escrita do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* foi emprestada aos pesquisadores do CE-DOHS por Lycurgo Santos Neto para criação de edição fac-similar e semidiplomática dos dois livros, além da disponibilização digital deles e de documentos avulsos de Exupério Pinheiro Canguçu. Fonte: CE-DOHS (site: <http://www5.uefs.br/cedohs/view/home.html> Acesso em: 05/01/2022).

realizadas pelos senhores do Brejo e a empreitada assumida por Exupério Canguçu de implantar uma indústria metalúrgica do local. Estas duas últimas partes do livro, tem o Livro do Gado e Livro da Razão como fontes principais e o autor vai estabelecendo um rico diálogo com a historiografia da época. Para finalizar a obra, Lycurgo traz um “Glossário” com palavras em desuso ou comuns ao Nordeste encontradas por ele nos livros ou documentos datados do século XVI ao XIX. Em alguns verbetes, além do significado, há a data e o nome de quem o escreveu.

Em suma, podemos afirmar que o trabalho realizado por Lycurgo Santos Filho é de grande importância para o estudo da História do Alto Sertão da Bahia. Apesar de estar em um lugar de vínculo direto com os herdeiros do sobrado do Brejo, não foi sem motivo que Erivaldo Fagundes Neves²³, em texto para a edição fac-similar de *Uma Comunidade Rural do Brasil Antigo*, lançada pela Fundação Pedro Calmon em parceria com a editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, se refere ao livro como “uma obra rara”, “uma das mais relevantes obras da historiografia sobre os sertões e a história agrária do Brasil. Pouco da documentação, talvez o que não se tinha acesso na sua época, passou à verve investigativa de Santos Filho” (NEVES, In: SANTOS FILHO, 1956. Edição Fac-similar: 2012, p.18).

Passada algumas décadas desde a publicação do livro, a forma dos historiadores conceber e escrever a história mudou, o acesso aos arquivos foram facilitados e mesmo a pesquisa sobre os sertões baianos teve uma grande virada com a chegada de universidades no interior do Estado da Bahia. (NEVES, 2002). O impacto causado por todas estas mudanças sobre a historiografia do Alto Sertão baiano é o que veremos no próximo tópico desta seção.

2.2 O Alto Sertão da Bahia e o Brejo do Campo Seco na historiografia contemporânea

Durante muito tempo, a escrita da história do Alto Sertão, assim como de outras localidades que não Salvador ou o Recôncavo, ficou limitada a relatos de memorialistas. Principalmente a partir dos anos 90, quando os cursos de licenciatura curta em Ciências

²³ Erivaldo Fagundes Neves é um historiador brasileiro com vasta obra a respeito dos sertões da Bahia. Dentre elas, se destacam: *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX* (2005), *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio - um Estudo de História Regional e Local* (2008), *Sertões da Bahia: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural* (2011), *Escravidão, pecuária, policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX* (2012), *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais nos sertões da Bahia* (2007); este último organizado em parceria com Antonieta Miguel, docente da UNEB Campus VI - Caetité/BA.

Sociais foram desmembrados em licenciaturas em História e Geografia e os professores dessas universidades passaram a cursar pós-graduação e a desenvolver pesquisas já embasadas pelas mudanças historiográficas, é o que o estudo do sertão entrou em foco (NEVES, 2002; PIRES, 2014). Esses novos pesquisadores se lançaram ao árduo trabalho de realizar pesquisa e ainda lutar para a construção de arquivos de guarda, preservação e difusão com os documentos históricos de seus lugares. A este respeito, Fátima Pires conclui que “o resultado é o ensaio de outros caminhos na nossa produção historiográfica, enriquecida com singularidades da vida social dos sertões, que agora se apresentam mais articuladas às províncias brasileiras e também às nações estrangeiras” (PIRES, 2014, p. 331).

As pesquisas se desenvolveram em muitos casos com o uso metodológico da história regional e local, trabalhando com novas temáticas como gênero, comportamento, dinâmicas sociais, entre outros; tirando, em certa medida, o foco de uma história política e econômica que se preocupava em encaixar a realidade em modelos econômicos. No Alto Sertão da Bahia, região onde o Brejo do Campo Seco (atual Brumado) está inserido, não foi diferente. Várias são as pesquisas realizadas sobre este pedaço do sertão e, de certa forma, lançando um novo olhar sob as relações sociais e de poder até então apontadas por Lycurgo Santos Filho no livro *Uma comunidade rural no Brasil Antigo*.

Ao desenvolver pesquisa sobre a vida material e cotidiano na Imperial Vila da Vitória (atual Vitória da Conquista), a professora Antonieta Miguel nos aponta, por exemplo, as inovações e algumas continuidades trazidas pela obra de Lycurgo sobre as dinâmicas do Alto Sertão.

A ideia de diversidade econômica já se apresentava em *Uma comunidade rural no Brasil Antigo*. A visão construída pelo autor consiste em integrar o interior ao Brasil e a Salvador, que torná-lo um espaço isolado sem contato com outros lugares. Rejeita também uma visão ufanista, em que o sertão é visto como um paraíso de couro. O que o autor chama de sertão é um espaço plural, diverso, em que várias atividades e diferentes classes sociais coexistem e se integram ao polo central, a Bahia, apesar de ser o gado o elemento principal desta paisagem. [...] Por outro lado, Santos Filho desenha um lugar sem contradições em que os homens se harmonizam e o conflito inexistente. Mesmo os capítulos que se dedicam ao trabalho escravo, as relações destacadas são de compadrio, de aproximação, sempre de negociação. (MIGUEL, 2000, p. 51)

Erivaldo Fagundes Neves (2002, 2005, 2008, 2012), nos traz estudos que contrariam a tese do isolamento do Alto Sertão da Bahia e difunde a importância do estudo da História Regional e Local, nos mostrando as “redes de comunicações” implementadas pelos sujeitos

que conduziam boiadas do sertão ao litoral²⁴. Toda a vasta obra do autor, ancorada em pesquisa documental em vários arquivos no Brasil e no exterior, é de uma contribuição relevante para o estudo do sertão baiano e da historiografia do estado da Bahia. Os estudos de Erivaldo Neves contempla desde a teoria e metodologia do trabalho do historiador até a cultura, a economia, a escravidão, a ocupação territorial do sertão e os caminhos coloniais; nos apresentando um sertão que não era e nem pode ser visto de forma isolada das demais regiões do país.

Estudando a América Portuguesa, Isnara Pereira Ivo reforça a ideia de um sertão que não está desconectado da sociabilidade de outros lugares. A pesquisadora utiliza dos valores teóricos e metodológicos da História Conectada para compreender as dinâmicas dos movimentos e conexões desenvolvidas pelos homens e mulheres de caminhos que transitavam suas mercadorias, cores, culturas e disputas para a conquista dos sertões “que não tem portas”. Ivo nos mostra como é frágil os rótulos estabelecidos para mulheres, escravos, pessoas dos mais variados fenótipos e cores e, principalmente, o conceito de sertão como algo isolado, atrasado e pouco povoado. Segundo a autora,

As constatações ilustradas pela pesquisa permitiram a compreensão de que os sertões estavam inseridos em movimentos e conexões que só podem ser compreendidos a partir da noção de universo cultural, conceito que ajuda a entender encontros culturais entre povos geograficamente distantes, mas que se deslocavam de um a outro canto do mundo. Os sertões são concebidos como em movimento constante por exigirem adaptabilidades e trocas culturais de acordo com as demandas e experimentos impostos cotidianamente (IVO, 2012, p. 21).

Observando as pesquisas históricas realizadas acerca do Alto Sertão da Bahia, aqueles que versam sobre a escravidão talvez sejam o de maior leva. Erivaldo Neves, autor cujos estudos iniciais sobre o sertão baiano tem como marco significativo o livro *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio*, lançado originalmente em 1998, retrata em especial a economia e sociedade local, através da pesquisa minuciosa em fontes documentais. Entretanto, o autor possui publicações exclusivamente focadas na escravidão, mostrando as relações entre senhores e escravos, as nações e etnias de origem dos escravizados, as dinâmicas das famílias cativas e as lutas de resistências e buscas por alforrias. O pesquisador nos traz uma boa visão sobre quem era e como era vida do escravo no Alto Sertão. Ao fazer uma análise da escravidão na bibliografia até então disponível, Neves (2012) lança o olhar sobre a obra de Lycurgo Santos Filho, e a este respeito nos diz:

²⁴ A respeito das dinâmicas de ocupação do sertão baiano, ver também: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. (orgs). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

Sobre a escravidão na pecuária e na policultura do Alto Sertão da Bahia, a bibliografia deixa muito a desejar. No estudo de um século e meio da fazenda Campo Seco, Lycurgo Santos Filho, pioneiro do estudo da escravidão no sertão da Bahia, discorreu sobre aspectos do cotidiano cativo numa fazenda pecuarista: meios de aquisição e preços de escravos, ofícios desempenhados, nações e referências étnicas, acumulação de alguns bens e formação de pecúlio, fugas, castigos, enfermidades, vestuário, casamentos e batizados, lazeres, alforria, atuação e remuneração de feitores. Talvez por ser casado com uma descendente dos senhores de Campo Seco, Santos Filho suavizou o escravismo dessa unidade agropecuarista sertaneja. [...] E quase em tom de lamento, concluiu que a libertação dos escravos determinou o fim da riqueza acumulada pela sucessão de senhores de Campo Seco. A lei Áurea teria assinalado o fim da fortuna daquela tradição sertaneja. Entretanto, o rigor de Pinheiro Pinto na administração de seus escravos evidencia-se na informação de encomendas de tronco para suplicá-los e nos registros de haveres de cativos e de permissão para que trabalhassem nas folgas, a fim de angariar meios para a formação de pecúlio, mas não tem o a mesma eloquência para comprovação de justiça e correção na relação com os escravos. De qualquer modo, pode-se supor que ele se comportara com severidade, como um típico senhor de escravo. Esse senhor de Campo Seco fora apunhalado por um escravo que ele submetera a castigo corporal e falecera, depois de algum tempo, em consequência desse ferimento. (NEVES, 2012, p. 55-56)

A respeito da escravidão e em especial sobre as dificuldades da vida de negros e forros no Alto Sertão baiano, temos as pesquisas realizadas pela historiadora Maria de Fátima Novaes Pires (2003 e 2010). Fruto de seus trabalhos de mestrado e doutorado, a autora trabalha em especial com documentos judiciais para captar as adversidades vivenciadas pelos cativos e forros na região. Em *O crime na cor*, livro de 2003, a autora mostra as tensões e violências a que estavam submetidos os escravos e seus descendentes. Assassínatos, suicídios, abortos, fugas e outras contendas vm à tona no cotidiano escravista sertanejo.

No livro *Fios da vida* (2010), Pires pontua seu objetivo de “perseguir trajetórias de escravos, forros e ex-escravos com a intenção de examinar possíveis significados das relações comunitárias para as suas vidas” (PIRES, 2010, p. 16). A autora cumpre com maestria, mostrando como o tráfico interprovincial marcou de muitas maneiras a vida dos cativos e forros que viviam no Alto Sertão. Orientanda de Pires no mestrado e doutorado²⁵, Napoliana Pereira Santana é outra pesquisadora com trabalho de destaque sobre as vivências escravas no sertão baiano. Em artigo publicado na Revista de História da UFBA, Santana analisa um inventário *post-mortem* de um rico fazendeiro de Caetitê e reflete como a partilha de bens acabava por afetar a estabilidade familiar dos escravos no Alto Sertão²⁶.

²⁵ Napoliana Pereira Santana defendeu a dissertação *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840-1880)* no ano de 2012 na UNEB, campus de Santo Antônio de Jesus. Atualmente cursa doutorado na UFBA, onde desenvolve a tese intitulada *Negras comunidades: ocupação de terras por escravos e libertos nas fazendas pecuaristas do sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1880-1930)*.

²⁶ Além dos trabalhos de Pires e Santana, a questão dos laços familiares entre escravizados no Alto Sertão aparece também em ORTIZ, Ivanice Teixeira da Silva. *Entre meu filho e minha “cria”: laços familiares no Alto*

A lista de historiadores que se dedicam a estudar sobre a escravidão no Alto Sertão da Bahia é longa; e os trabalhos desenvolvidos são de excelente qualidade. Para citarmos apenas mais uma pesquisadora, podemos nos referir a Kátia Lorena Novais Almeida que examina a população cativa do Alto Sertão, suas lutas pela liberdade, até a criação de um perfil dos alforriados de Rio de Contas do século XIX. Almeida, grande militante na luta pela preservação dos acervos documentais, é também organizadora de catálogo de fontes do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas, onde teve acesso a boa parte de documentação sobre o qual desenvolveu sua pesquisa. Explicando o desenvolvimento do montante documental presente no referido arquivo, a pesquisadora nos informa:

A criação da vila possibilitou à Coroa portuguesa criar órgãos da administração pública – Casa de Câmara e Cadeia, com o seu magistrado e pelourinho – para controlar e fiscalizar a atividade mineradora bem como para impor medidas de controle à população. A documentação gerada a partir da criação da vila atesta tanto a circulação de homens e mulheres – livres, libertos e escravos – quanto a de mercadorias não apenas pelos caminhos abertos entre a Cidade da Bahia, via Cachoeira, e as demais áreas de mineração da capitania, mas, também, as relações sociais, culturais e comerciais engendradas entre a Bahia e as demais capitanias da América portuguesa, a exemplo de Minas Gerais. Dessa forma, o Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (APMRC) possui um valioso acervo documental abrigando uma rica documentação que cobre os períodos Colonial, Imperial e da República. Como, no período colonial, o termo de Rio de Contas abrangia uma área geográfica significativamente maior do que o atual território do município, a documentação inclui várias das cidades que compõem a área hoje conhecida como Chapada Diamantina. (ALMEIDA, 2016, p. 5-6)

As relações sociais na colônia por mais que estivessem, em grande parte dos casos, transpassadas pela escravidão, não dizia respeito apenas a este tema. As questões da fé e do poder em vários momentos não só andaram juntos, como foi fator chave na articulação, obtenção e manutenção de status social. Neste aspecto, merece destaque a pesquisa realizada por Grayce Mayre Bonfim Souza (2014) sobre a presença do Santo Ofício da Inquisição portuguesa na Bahia colonial, realizada através da análise minuciosa de uma grande variedade de fontes no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Em sua tese de doutorado, posteriormente editada em livro, a autora se dedica a estudar sobre os agentes que desenvolviam a função de oficiais sacerdotes junto ao Tribunal, mas não deixa de nos informar a respeito daqueles sujeitos que detinham, tal qual Miguel Lourenço – o primeiro senhor do Brejo, o título de Familiar do Santo Ofício.

Sertão da Bahia escravista, Caetité 1930 – 1860. IN: CAMPOS, Adriana Pereira; et all (org). Anais do Seminário Internacional Brasil no Século XIX. SEO: Vitória/ES, julho de 2015. p. 1- 20. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Luana/IvaniceTeixeiraSilvaOrtiz.pdf> Acesso em:18/05/2022. Da mesma autora, com foco na infância e adolescência dos cativos ver a tese *Meus filhos e minhas “crias”: escravos “de leite e de pé” no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871)*, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFMG em 2020.

Em *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, Lycurgo Santos Filho nos mostra Miguel Lourenço pouco dedicado às atividades do Tribunal, o apresentando como “o Familiar do Santo Ofício que trocou a Inquisição pela colonização do Campo Seco” (SANTOS FILHO, 1956, p. 13) e chega a nos informar do momento em que o português usa dos privilégios do cargo para se esquivar de cumprir função na administração da vila do Rio de Contas. Todavia, esta pouca feição aos assuntos religiosos do cargo, mas a rapidez em usar dos benefícios, está longe de ser algo circunscrito apenas a Miguel Lourenço, como nos aponta Grayce Mayre Bonfim Souza ao analisar a atuação e articulação dos agentes inquisitoriais.

[...] as habilitações estavam mais próximas da necessidade de promoção social do candidato do que de uma necessidade repressiva do Tribunal. Uma habilitação representava o prestígio social não apenas para aquele que possuía a carta, mas indiretamente aos seus avós, pais e especialmente irmãos inteiros. Enfim, um título de familiar vem carregado de três elementos principais, bastante atrativos: “(I) a prova pública de limpeza de sangue que o título oferecia, (II) os privilégios inerentes ao título, e (III) o fato de os Familiares serem representantes e servidores em potencial de uma instituição metropolitana, a Inquisição”. (RODRIGUES, apud SOUZA, 2014, p. 189).

Lycurgo nos mostrou que Miguel Lourenço soube usar dos privilégios do título quando lhe foi conveniente, mas no que tange ao elemento I – limpeza do sangue, levantou a suspeita de que o fazendeiro poderia ter buscado o título para esconder uma origem em cristãos-novos. Entretanto, em pesquisas realizadas para o seu pós-doutoramento, Souza desmonta tal tese ao analisar o processo de habilitação de Miguel Lourenço, a qualidade de suas testemunhas e a ausência de qualquer suspeita sobre sua condição (SOUZA, 2020). Marcos Profeta Ribeiro ao pesquisar sobre a participação feminina na conquista e povoamento dos sertões, também trabalhou com os processos de habilitação de Miguel Lourenço e de sua esposa Ana Francisca. Ao analisar os caminhos percorridos pelo português em busca do título de Familiar e nos arranjos para o casamento, Ribeiro chega à seguinte conclusão:

[...] o conjunto dos eventos e informações relativos á movimentação de Miguel Lourenço nos possibilitam afirmar que sua ida para Portugal, em 1743, objetivou apenas a familiatura, e não a permanência no reino. Em outras palavras, tal viagem objetivou galgar mais um degrau na escalada social, além de fortalecer laços comerciais e ampliar negócios. O reinol rumou para Portugal com implícitas intenções de retornar para o sertão do São Francisco, e construir tratativas para o enlace vantajoso. (RIBEIRO, 2019, p. 168).

Baseado em um intenso e bem construído trabalho com as fontes, Marcos Profeta Ribeiro, trouxe ao palco e jogou luz no lugar de omissão a que foi relegada as ações femininas

na história da Fazenda do Campo Seco²⁷. Sua pesquisa nos mostra que, ao contrário da tese levantada por Lycurgo Santos Filho de que Miguel Lourenço tivesse comprado as terras do Brejo do Campo Seco para instalar sua morada no sertão, “a fazenda do Campo Seco foi originalmente uma propriedade da família materna de Ana Francisca, que nela se estabeleceu, juntamente com a mãe, antes da chegada do Familiar” (RIBEIRO, 2019, p. 157). O historiador também põe por terra a errônea percepção de que toda a administração do Campo Seco esteve relegada às mãos masculinas ao fazer uma releitura do Livro da Razão e Livro do Gado, exposto por Lycurgo, em conjunto com o inventário de Ana Francisca.

O Livro do Gado e outros documentos da Fazenda Campo Seco é objeto de estudo de pesquisadores do Departamento de Letras e Artes da UEFS, que desenvolvem os já citados projetos *Vozes do Sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro* e *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS)*. Para esses pesquisadores os documentos oferecem “um recorte diacrônico da transformação da língua portuguesa nas modalidades escritas e faladas pelas nações que constituíram as bases da população brasileira falante do português” (JESUS; OLIVEIRA, 2012, p. 1949). Atuante no CE-DOHS, a pesquisadora Elaine Brandão Santos (2019) desenvolveu seu mestrado em estudos linguísticos em torno do Livro do Gado, sobre o qual criou uma edição semidiplomática do material, oferecendo assim uma documentação confiável àqueles que se debruçam no estudo da língua portuguesa e da sociedade baiana do Alto Sertão no período colonial e imperial.

Dissertações, teses e artigos publicados em anais de eventos ou em revistas especializadas vão compondo uma história do Alto Sertão Baiano até bem pouco tempo visto como isolado. Novos documentos foram acessados, bem como o desenvolvimento de novas formas de encarar a documentação e proceder a criação da narrativa histórica. Ao levar o livro de Santos Filho e essas novas pesquisas para a sala de aula, pretendemos contribuir para que os alunos percebam que o conhecimento histórico não é acabado, mas algo que se constrói e

²⁷ A participação feminina em processo judicial que envolveu os moradores do Campo Seco foi analisada e apresentada em um congresso da ANPUH/PE por Larissa Cheyenne Nepomuceno de Jesus e Rui Marcos Moura Lima. Ver: JESUS, L. C. N.; LIMA, R. M. M. *Queixa-Crime contra a Família Canguçu: documentos judiciais e a presença/ausência do feminino em autos judiciais*. In: XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputas. Anais Eletrônico do XIII Encontro Estadual de História. Pernambuco: ANPUH, 2020. Atualmente Rui Marcos Lima cursa doutorado em História na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, onde desenvolve a tese intitulada “*Senhores do Brejo*”: laços familiares e estratégias sociopolíticas na Bahia (século XIX).

reconstrói de forma teórica e metodologicamente guiada pelas indagações e possibilidades do tempo presente.

Por último, vale lembrar que levada para a sala de aula na concepção de ser parte de um todo, a história local – campo no qual estão inseridos os estudos sobre o Alto Sertão da Bahia - tem o poder de atrair os estudantes por se perceberem como sujeitos da história estudada. Ao se debruçar sobre ser lugar de origem é despertado uma curiosidade investigativa que possibilita a produção de sentido pela prática da pesquisa histórica (MOITINHO; PINA, 2020). Para isso, obviamente, é preciso garantir aos alunos o contato com os objetos do passado que compõem a história local e o letramento necessário para desenvolvimento da cognição histórica.

3. “UMA COMUNIDADE RURAL DO BRASIL ANTIGO”: PROPOSTAS DE APRENDIZAGEM COM ÊNFASE NO LETRAMENTO HISTÓRICO

Pensamos tornar mais rica a leitura de textos historiográficos aos leitores diversos. Um leitor comum não pode apenas ler com entusiasmo e interesses obras escritas por historiadores como também, na medida em que lê tais livros, pode se tornar consciente dos procedimentos empregados pelos historiadores nas obras a cuja leitura se entrega. Para adquirir esse novo nível de consciência – em um patamar que lhe possibilitará não apenas ler o texto escrito por um historiador, mas também pensar como o próprio historiador -, tal leitor precisará compreender, antes de tudo, o que é uma fonte histórica, como os historiadores a utilizam, e por que são as fontes históricas, precisamente, aquilo que assegura uma cientificidade e confiabilidade à História produzida por historiadores profissionais. (José D’Assunção Barros, 2019).

Nesta seção, vamos construir duas propostas didáticas e sugerir alguns temas possíveis de serem trabalhados em sala de aula, fazendo uso do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, de forma a contribuir para o desenvolvimento do letramento histórico dos alunos. Vale lembrar que a obra em questão foi doada a todas as bibliotecas das escolas municipais de Brumado. Entretanto, levando em consideração a eventualidade de ter acontecido algum sinistro com os livros, ou mesmo a possibilidade de uso destas propostas por professores de outras redes de ensino, disponibilizaremos todos os trechos do livro que serão usados nas atividades de letramento.

Apesar do nosso posicionamento que compreende a BNCC como um documento que engessa muito mais que democratiza a Educação Básica²⁸, listaremos nas propostas todos os objetos de conhecimentos e as competências que dizem respeito aos conteúdos substantivos das atividades desenvolvidas, pois temos ciência da cobrança que recai sobre os professores no momento do planejamento e do registro de suas aulas. Neste sentido os conteúdos substantivos serão trabalhados conforme o indicado para cada ano escolar pela BNCC, mas não sem antes a realização de atividades que levem o professor a perceber as carências de orientação dos alunos.

²⁸ Para uma crítica sobre a BNCC, principalmente sobre os efeitos dela nos livros didáticos e no modo de abordar as ditaduras civil-militares no Brasil e na América do Sul, ver MORAIS, Thaíse Ludimilla Faria; REIS, Welma Avelina Rocha. *As ditaduras no Cone Sul: da BNCC ao livro didático*. In: XIX Semana de História da UFG, 2020, Goiânia. ANAIS ELETRÔNICOS DA XIX SEMANA DE HISTÓRIA: HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE: ANTICIENTIFICISMOS, NEGACIONISMOS, REVISIONISMOS, 2020. v. Único. Pág. 1657-1669.

Vale notar ainda que o distanciamento imposto pela pandemia de COVID-19 que suspendeu aulas presenciais em todo o país no ano de 2020 e em boa parte do ano de 2021, não nos permitiu pensar, na fase embrionária da pesquisa, o desenvolvimento integral das propostas no que diz respeito a aplicação e posterior análise de seus resultados. O que apresentamos aqui são proposições que podem e devem ser adaptadas pelos professores conforme as particularidades de suas turmas. De nossa parte, aplicaremos as propostas em momento oportuno, para termos a possibilidade de apresentar a análise das aplicações.

3.1 Proposta 1 – O caso do Familiar do Santo Ofício

Disciplina: História

Ano/série de aplicação: 7º ano do Ensino Fundamental

Conceito substantivo / Objetos de conhecimentos: Poder social e religiosidade na América Portuguesa / Reformas religiosas: a cristandade fragmentada; a conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação; a estrutura dos vice-reinos na Américas (BNCC, 2017).

Habilidades: EF07HI05 - Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América; EF07HI08 - Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências; EF07HI10 - Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial. (BNCC, 2017. p. 423).

Desenvolvimento

1º momento: investigação das carências dos estudantes sobre o conteúdo.

Recorte histórico: Familiares do Santo Ofício.

Objetivo: Identificar as carências de orientação e interesses dos alunos sobre o tema.

Exploração metodológica de fontes primárias e secundárias: Entregar o livro de Lyncurgo para a turma organizada em grupos de 3 ou 4 alunos²⁹. Solicitar que observem e leiam o material recebido e depois respondam as questões sugeridas.

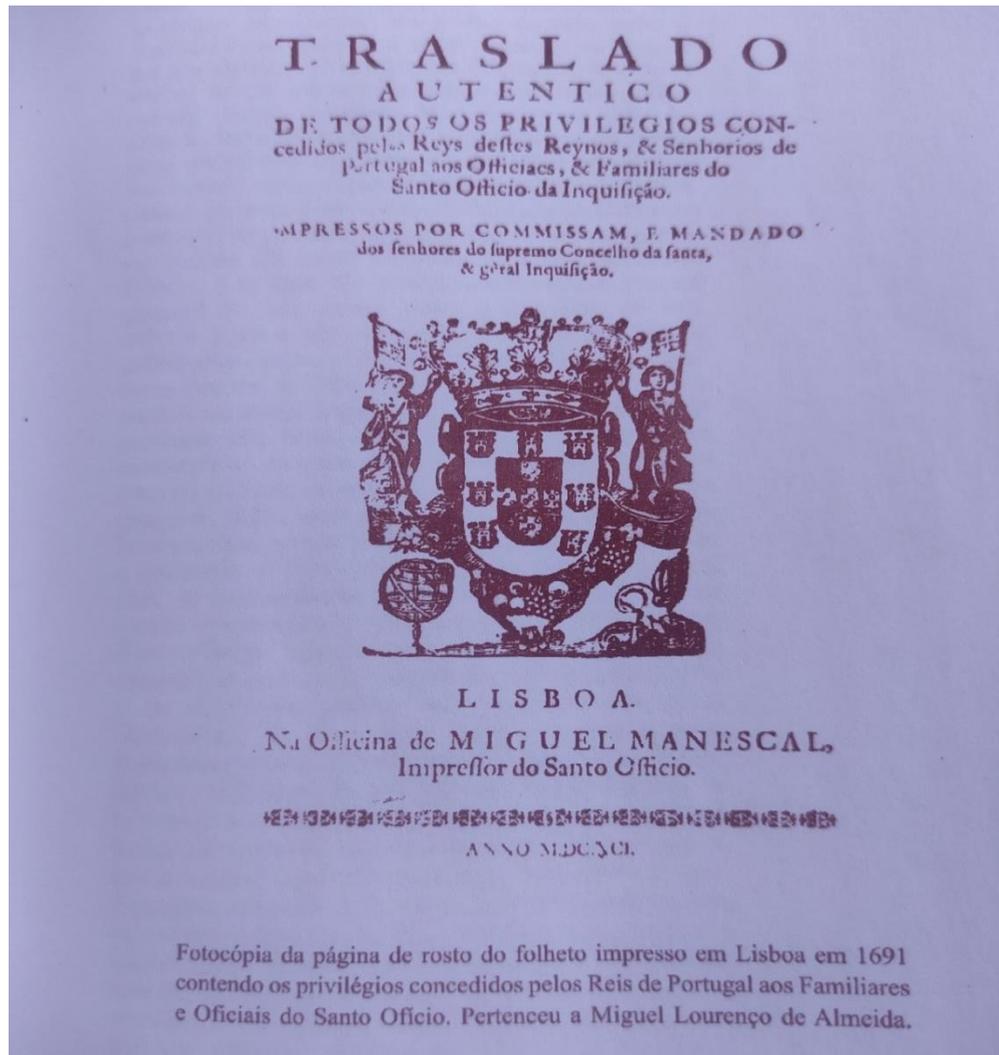
²⁹ Vai depender da quantidade de alunos na turma e dos livros disponíveis na escola. Há também a possibilidade de entregar o material xerocopiado, com todas as referências devidamente elencadas no material conforme deixaremos nas caixas textos “Material de estudos para os alunos”.

- Observação: Caso este seja o primeiro contato dos alunos com o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*, é interessante fazer uma pequena apresentação a respeito do autor e obra³⁰.

Material de estudo para os alunos

1- Observem com atenção as imagens abaixo e respondam as questões seguintes.

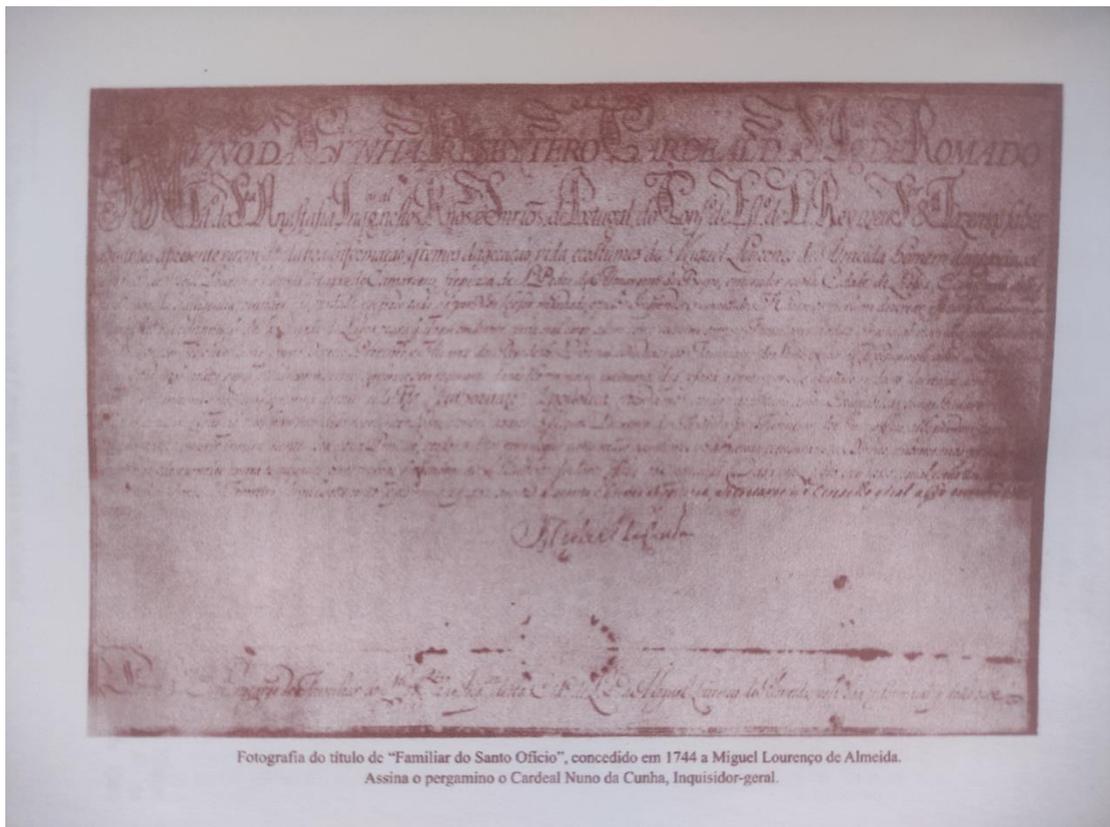
Figura 1 - _____



SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 25.

³⁰ Na Escola Municipal Professora Joselita Meira de Carvalho, local onde surgiu ideias e experiências para desenvolvimento deste trabalho, o livro de Lycurgo Santos Filho tem sido apresentado aos alunos ainda no 6º ano, em trabalhos como o sugerido no tópico 3.3.2 – *Tipologia das fontes históricas*, nesta dissertação.

Figura 2 –



SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 29.

Questões:

- “Santo Ofício”, “Inquisidor-geral”, “Familiar do Santo Ofício”. Observando o impresso e o manuscrito, bem como os termos acima, você sabe dizer a que eles se referem?
- Observando a imagem 1, quais poderiam ser os privilégios concedidos a um Familiar do Santo Ofício?
- Miguel Lourenço de Almeida após receber seu título de Familiar do Santo Ofício em Portugal, veio para o Brasil e firmou morada na Fazenda do Campo Seco, atual Brumado. Quais funções de Familiar ele poderia ter exercido por aqui?
- Crie um título para cada figura acima.

O que se espera: É provável que os alunos já possuam algum conhecimento sobre o Santo Ofício, visto a grande possibilidade de já terem estudado sobre a questão religiosa na

formação dos reinos ibéricos. A questão da Inquisição também aparece em filmes ou séries de caça às bruxas que quase sempre atrai a curiosidade de crianças e adolescentes. De toda forma, caso perceba uma dificuldade geral dos alunos para elaborar a resposta para a primeira questão é importante que o professor construa, a partir das falas dos alunos, um panorama a respeito da instituição.

2º momento: Seleção dos conceitos substantivos e fontes históricas.

Recorte histórico: Familiares do Santo Ofício na América Portuguesa.

Objetivo: Selecionar os conceitos substantivos e epistemológicos e as fontes primárias e secundárias a serem trabalhadas em sala³¹.

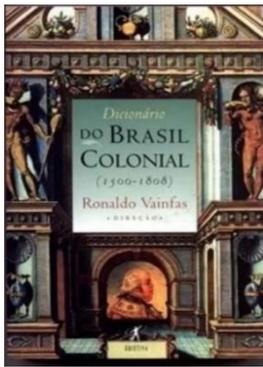
Procedimento: O professor/a deverá analisar quais conceitos substantivos e epistemológicos devem ser trabalhados de acordo com as carências e interesses dos alunos apresentados no momento anterior e, a partir daí, realizar a seleção das fontes para as atividades a serem realizadas em sala de aula.

De acordo com Isabel Barca, “a investigação sobre cognição histórica, preocupando-se com a conceptualização de ‘segunda ordem’, de carácter epistemológico, não esquece a compreensão da informação histórica a nível substantivo – é esta que alimenta aquela”. (BARCA, 2003, p. 5). Assim, fica a sugestão de trabalhar, como leitura complementar a ser realizada em sala de aula, o verbete “Familiares do Santo Ofício” presente no *Dicionário do Brasil Colonial*³².

Material de estudo para os alunos – leitura complementar

³¹ Vale lembrar que não aplicamos a atividade proposta para a investigação das carências e interesses dos alunos, logo, as atividades seguintes foram pensadas de forma a sanar as carências e interesses possíveis de serem apresentadas, bem como na perspectiva de desenvolvimento do letramento histórico.

³² O *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)* foi produzido sob a direção de Ronaldo Vainfas e publicado pela Editora Objetiva em 2001. Neste material para os alunos optamos por não utilizar o texto completo. Tal qual no Dicionário, vamos inserir as referências utilizadas pelo autor do verbete. Acreditamos ser de suma importância sempre lembrar aos estudantes que todo texto historiográfico é fruto de um processo de pesquisa e as referências nos mostram o caminho trilhado pelo autor.



O texto a seguir faz parte do verbete “Familiares do Santo Ofício” presente no Dicionário do Brasil Colonial. Vamos à leitura!

❖ Familiares do Santo Ofício

Oficiais leigos da Inquisição ibérica que, no caso português, tiveram seus deveres e privilégios especificados nos regimentos inquisitoriais do século XVII, com destaque para o Regimento dos Familiares do Santo Ofício da Inquisição, incluso no regimento inquisitorial de 1640. [...] As principais funções dos Familiares eram, no entanto, ligadas à máquina policial do Santo Ofício, cabendo-lhes executar as prisões de suspeitos de heresia, “em nome do Santo Ofício”, sequestrar os bens dos suspeitos nos crimes que implicassem confisco e efetuar diligências variadas a mando dos inquisidores.

[...] Os candidatos a Familiares deviam demonstrar “pureza ou limpeza de sangue”, isto é, ausência de nódoa de “raça infecta” de judeu, mouro, mulato, índio, negro, etc. conforme a linguagem dos estatutos de limpeza de sangue vigentes. Uma vez que a heresia era muito associada à ascendência infiel e impura do herege, o postulante ao cargo devia estar isento de máculas na ascendência. Outra condição era o habilitado não ter contra si rumor de conduta moral desviante, a exemplo de possuir amantes, de sorte a manter sua honorabilidade junto à comunidade em que atuaria em nome da Inquisição. Enfim, uma terceira condição essencial era a de que o postulante tivesse posses, seja para que resistisse a tentação de sequestrar os bens dos suspeitos em proveito próprio, seja para custear os longos e caros processos de habilitação.

Encontram-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo os processos de habilitação dos Familiares do Santo Ofício português, incluindo os da América Portuguesa. Eram processos que incluíam diligências exaustivas sobre o sangue e a conduta do postulante, de sua esposa, caso a tivesse, e dos seus parentes até os avós.

[...] Os que passavam pela prova obtinham, além da Familiatura, privilégios consideráveis, como a isenção de certos impostos. Talvez por isso, expressiva maioria dos Familiares luso-brasileiros tenha saído do grupo de comerciantes. Além de privilégios materiais, o cargo conferia prestígio, expresso na ostentação da medalha de Familiar, na credibilidade de ser alguém da confiança da Inquisição. A Familiatura era, assim, um caminho para a nobilitação de leigos sem título de nobreza, mas podia conferir nobreza mesmo a nobres titulados.

[...] A instituição dos Familiares do Santo Ofício é, portanto, um campo fértil para se compreender o cotidiano da ação inquisitorial, os estigmas raciais vigentes no Antigo Regime português e a confusão entre o público e o privado característica da época.

Texto escrito por Ronaldo Vainfas

Referências Bibliográficas: CALAINHO, D. B. Em nome do Santo Ofício: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial. (dissertação de mestrado) UFRJ, 1992; NOVINSKY, A. A Igreja no Brasil colonial: agentes da Inquisição. AMP. São Paulo, t.33: 1734, 1984; SIQUEIRA, S. Inquisição portuguesa e sociedade colonial. São Paulo, Ática, 1987.

3º momento: Desenvolvimento base do conceito de evidência histórica³³.

Recorte histórico: Familiares do Santo Ofício – o processo de habilitação, intencionalidade e a pureza do sangue de Miguel Lourenço e sua esposa Ana Francisca.

Objetivo: Perceber que as narrativas historiográficas são criadas a partir das fontes disponíveis aos historiadores do período; compreender que diferentes questões e posicionamentos em relação a uma fonte histórica dependem do peso de quando ela se reveste em evidência.

Exploração metodológica de fontes primárias e secundárias: Esta atividade será dividida em dois momentos. Primeiro os alunos terão contato com o livro de Lycurgo Santos Filho³⁴, especificamente na parte em que ele lança mão da tese de uma suposta ascendência judaica de Miguel Lourenço. Neste momento, os alunos deverão listar as fontes utilizadas pelo autor e refletir com base nas questões propostas. No segundo momento, os alunos receberão parte do texto da historiadora Grayce Mayre Bonfim Souza, no qual ela contesta a tese de Santos Filho

³³ Na preocupação de que os alunos tenham ciência da natureza da investigação histórica, a matriz da competência do pensamento histórico adaptado por Schmidt a partir dos estudos de Seixas; Peck (2004); Lee (2005) e Rüsen (2015) nos informa sobre dez conceitos de análise: argumentação, significância, evidência, mudança, empatia, interpretação, explicação, motivação, orientação e experiência (percepção). Neste terceiro momento de nossa proposta didática, trabalhamos para que os alunos percebam a importância das fontes para a escrita da história e, assim, construam a base para o desenvolvimento do conceito de evidência. Sobre a construção desse conceito, Schmidt nos informa: “3. Evidência: adquirir a capacidade de elaborar informações a partir do uso de fontes (vai além de aprender o uso das fontes) As evidências fornecem argumentos para o pensamento pós-narrativo”. (Schmidt, 2020. p. 106). Ainda sobre o conceito de evidência ver: ASHBY, Rosalyn. *O conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções de alunos*. In: BARCA, Isabel (org.). Educação histórica e museus. Braga: Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, 2003. p. 37-57.

³⁴ O livro de Santos Filho como já dito possui um glossário para palavras sertanejas em desuso por ele encontradas nas fontes. Ainda assim, é possível que os alunos desconheça algumas palavras utilizadas pelo autor por ser de cunho historiográfico ou não ser do contato habitual dos alunos. É interessante pedir que os alunos grifem essas palavras desconhecidas para que sejam trabalhadas e, paulatinamente, irem figurando no vocabulário dos alunos.

com base nos indícios documentais aos quais teve acesso ao pesquisar nos arquivos da Torre do Tombo.

Nos dois momentos é importante que o professor historiador informe aos alunos sobre a tipologia documental das fontes históricas e de como algumas ausências documentais também trazem informações aos historiadores. Vale também lembrar o quanto a internet facilitou o acesso à documentos que, no caso do Santo Ofício, estão guardados em arquivos da Europa.

Material de estudos para os alunos – primeiro momento:

Como sabemos o título de Familiar do Santo Ofício era algo muito desejado, mas também era muito difícil de ser conseguido. Aqui no Alto Sertão da Bahia temos Miguel Lourenço de Almeida como detentor do título de Familiar. Vamos conhecer um pouco mais sobre ele e sua esposa, Ana Francisca, no que diz respeito as questões ligadas a familiatura?

Neste primeiro momento vamos analisar o que escreveu sobre eles o médico e historiador Lycurgo Santos Filho no livro Uma comunidade rural do Brasil Antigo.

Miguel Lourenço de Almeida era português, “natural do lugar de Camarõens, freguesia de São Pedro do Almargem do Bispo”, no conselho de Sintra, distrito de Lisboa. Aí nasceu em 1708. Não era nobre, de alta linhagem, nem oriundo de família da pequena nobreza lusitana. E o certo é que seu sôbrenome jamais se inscreveu em qualquer arquivo nobiliárquico, não figurando “Lourenço de Almeida” no velho “tratado da Nobreza hereditária e política”, antigo e conhecido rol de sôbrenomes ilustres de Portugal.

O pai chamava-se José Lourenço, e a mãe, Domingas João. O “Almeida”, que Miguel ladinamente acrescentou ao nome, proveio do padrinho de batismo, Dom Lopo de Almeida, êste sim, nobre de quatro costados, senhor das terras da freguesia e, por certo, protetor dos Lourenços (1). Ora, neto de Lourenços e de Joões, nomes próprios por excelência, é

(1) O conservador do “Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo”, em Lisboa, onde se encontra o “Arquivo dos Registros Paroquiais”, assim expediu, em 06/10/1951, a certidão do batizado de Miguel Lourenço: “Certifico que a fôlhas dezoito verso do livro cinco de batizados da freguesia de Almargem do Bispo, concelho de Paroquiais, se encontra o assento do teor seguinte: – Aos quatorze dias do mez de Outubro de mil settecentos e oito annos baptizei a Miguel Filho de Joseph Lourenço e de sua molher Domingas João moradores no Lugar de Camarõens forão padrinhos Dom Lopo de Almeida, e Anna da Rocha. O cura João Simões”.

bem que Miguel descendesse de cristãos-novos, dos judeus conversos que abundaram em tôda a península ibérica. Pois a verdade é que grande parte da burguesia portuguesa daqueles tempos ou descendia ou estava ligada, pelos laços de sangue, aos cristãos-novos. E a circunstância de haver Miguel possuído um título de um tribunal que se dedicou principalmente à perseguição dos judeus, não invalida a hipótese – hipótese, entenda-se bem – de sua ascendência judaica, pois que o ouro tudo podia, e até mesmo limpar o sangue dos “marranos”, da gente de “infeta nação”.

[...]

Supõe-se que da vila da Barra haja Miguel regressado a Lisboa, onde, em Setembro de 1743, requereu habilitação para obter o título de “Familiar do Santo Ofício”. Declarou-se, então, “homem de negócio”, residente em Lisboa. Estava rico. Nessa ocasião, pretendia ele permanecer na Metrópole, porquanto conseguiu, em Setembro de 1744, tornar-se Familiar do Santo Ofício, designado para a cidade de Lisboa.

Na capital do Reino, Miguel Lourenço residiu por algum tempo. Quanto, não se sabe. Já em 1755 se encontrava novamente instalado no Brasil, senhor de grande gleba, transformado, de funcionário do Tribunal da Inquisição, em fazendeiro e criador. Convertera-se em proprietário da fazenda do Campo Sêco.

Situa

[...]

Viviam espalhados pelo distrito, nessa época, milhares, talvez, de cristãos-novos. Muitos, enredados em devassas, no Reino, ali estavam foragidos e escondiam-se até da própria sombra, assustados, temerosos, guardando-se de tudo e de todos. Mas o sertão era grande, e o ouro, abundante, amaciava a atuação dos agentes da Inquisição. A maioria lá permanecia tranqüila, folgada, rica, livre mesmo para a prática de heresias.

Que de sustos e receios não haveria provocado o aparecimento nesse meio, tão prenhe de suculentas prêsas, de um “Familiar do Santo Ofício”? Iria ele espionar, devassar palavras e atos de herética pravidade, delatar e apontar suspeitos?

Parece que não. Uma busca minuciosa na papelada mais importante do arquivo do Sobrado do Brejo, resultou negativa para qualquer ato ou mesmo

[...]

sinal de interferência de Miguel Lourenço, na vida e costumes dos cristãos-novos do Rio de Contas. É bem verdade que a missão dos oficiais da Inquisição exercia-se de maneira sigilosa, secreta. Mas tudo se fazia por escrito, tudo era passado para o papel, e não existe, nos documentos que pertenceram a Miguel Lourenço, indício algum de intromissão ou participação em qualquer processo do Santo Ofício. A menos que interessados houvessem promovido o sumiço de manuscritos comprometedores, ou que estes tivessem sido remetidos para Lisboa, a estada do Familiar no "Sertão do Rio de Contas" assinalou-se pela falta de qualquer iniciativa contra os cristãos-novos do distrito. Ali, procurou Miguel Lourenço apenas viver como criador e fazendeiro. Ali procurou transmutar-se, de simples burguês, em proprietário rural, uma espécie de senhor feudal, a quem repugnaria funções de beleguim da Inquisição.

Dois manuscritos existem, como adiante se verá, demonstrativos de que Miguel Lourenço se valeu de seu título do Santo Ofício, depois de instalado na fazenda do Campo Sêco, apenas para sua comodidade e vaidade. Num deles, buscou eximir-se de servir um cargo de Concelho, alegando seus privilégios de Familiar, e no outro, promoveu verificação de "limpeza do sangue" da mulher que desposara. Limpeza de sangue, naqueles tempos, não denotava sòmente vaidade... Significada tranqüilidade, salvo-conduto para uma vida despreocupada... Não se aventou, anteriormente, a hipótese de que o próprio Miguel Lourenço, fôsse de origem judaica?

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 4-7.

Questões:

- Na primeira parte do texto, o autor Lycurgo Santos Filho utiliza de um recurso muito comum aos historiadores: a nota de rodapé. Nas notas eles costumam informar sobre as fontes utilizadas na pesquisa. Releia a nota (1) e identifique:
 - a) Onde a fonte se encontra e quando (ano) ele teve acesso?
 - b) Qual a fonte consultada e quais informações são possíveis de retirar dela?
- Lycurgo Santos Filho lança a hipótese de Miguel Lourenço ser de origem judaica. Qual evidência utilizada pelo autor para levantar essa hipótese?
- Em que Lycurgo se baseia para acreditar que Miguel Lourenço não atuou perseguindo cristãos-novos na vila de Rio de Contas?

Agora vamos acompanhar o que o autor do livro Uma comunidade do Brasil Antigo, nos informa a respeito de Ana Francisca, a esposa do Familiar!

Ana Francisca da Silva, com quem Miguel Lourenço se casou, foi uma filha do sertão, barranqueira do Rio São Francisco, nascida e criada às margens desse extenso rio, que transpassa a Bahia, percorrendo-a de ponta a ponta. Do pequeno porto e freguesia de Urubu, uma das mais antigas vilas da região, atualmente chamada Paratinga, a sertaneja levou para a casa do Campo Sêco, para a companhia do Familiar, tôda uma nova vida, diversa nos costumes, diversa nos aspectos. Encardida pelo sol que a tostara na vila ribeirinha de duas praças, a jovem brasileira efetivou, através de seu corpo, a completa ligação de Miguel Lourenço ao chão americano. Deu-lhe oito filhos, dos quais seis mulheres e dois homens. À exceção de uma, que morreu solteira, casaram-se tôdas as filhas e os filhos com gente da região em volta. Raízes que o Familiar deitou na caatinga.

Ana Francisca era bem mais moça que o marido e sôbreviveu-lhe de muito. Supõe-se que ele faleceu em 1785, ano em que cessam por completo seus assentamentos no livro da fazenda. Teria então 77 anos, pois que nasceu em 1708. Ana Francisca viveu até fins de 1838/ou primeiros dias de Janeiro de 1839, sendo seu testamento aberto em 10 de Janeiro. Quando se casaram, não se sabe. Já o estavam, entretanto, em 1764. É dessa data o manuscrito seguinte (8):

“Os Senhores Inquizidores me ordenão avize a Vm. em como as diligencias da Sra. Anna Francisca da Silva com quem Vm se acha cazado, forão approvadas pelo Conselho Geral do S. Officio; cuj[a] [no]ticia participo a Vm. pa. ter cer[teza] que se acha habilitada.

Deus N. [S.] gde. a Vm. Lixa. no S. Offo. 16 de Fevero. de 1764

De Vm. Cro. venor.

Sr. Miguel Lourço de Almeida

Manoel Franco. ...[ilegível]

(8) Original, ao qual falta um pequeno pedaço de papel. Por êsse motivo, as sílabas ausentes, que foram acrescentadas pelo sentido, vão colocadas entre colchetes. Observe-se a grafia antiga de Lisboa. Escrevia-se com um “x”, em lugar do “s”, e abreviavam-se para “Lixa”.

Essas “diligências” requeridas pelo Familiar, quanto à religião, costumes e limpeza de sangue dos ascendentes de Ana Francisca, foram muito comuns nos séculos passados. Com ela, buscava-se provar ausência, na família, de judaísmo e outras heresias, de cumprimento de penas infamantes e outros castigos.

Aprovadas as diligências pelo Conselho Geral do Santo Ofício, ficou Ana Francisca “habilitada”, apta para fruir, sem constrangimento algum, dos privilégios concedidos aos Familiares da Inquisição, bem entendido, daqueles privilégios que el-Rei D. Sebastião tornou extensivos à família dos beneficiários. Dentre estes, um havia que permitia o uso de roupas de seda, conforme constava na Carta de concessão: ‘Item me apraz que eles e suas mulheres, e assim seus filhos, e filhas, enquanto estiverem debaixo de seu poder, possam trazer em seus vestidos aquela seda, que por bem de minhas Ordenações, podem trazer as pessoas que tem cavalos, pôsto que os eles não tenham, sem embargo das ditas Ordenações”.

Em Portugal, como nos demais países europeus, ao tempo dos barões feudais, era vedado, a quem não fôsse nobre, ostentar indumentária confeccionada em tecido de seda e servir-se de cavalos para montaria. No reino luso, inseriu-se a proibição no próprio código ou “Ordenações do Reino”. E derogá-la em favor de alguém, significou conceder-se ao beneficiado prerrogativas inerentes aos nobres.

Se, graças à fortuna aqui acumulada, muita gente viveu no Brasil como os fidalgos viviam em Portugal, pelo menos, para tal, Miguel Lourenço e sua família possuíram autorização real...

Tranquilidade, dinheiro, cavalos, sedas, de tudo isso gozou o Familiar na sua fazenda do Campo Sêco. Pequeno Torquemada frustrado, foi na fazenda que realizou os autos-de-fé, ateando fogueiras que abrasaram, não ressequidos e esmolambados corpos de sefardins, mas os verdes troncos e a ramaria das suas matas. Martelaram-lhe os ouvidos, no Campo Sêco, não os golpes dos açoites nos cristãos-novos em tortura, mas o estalo Sêco dos machados que lenhavam e derrubavam, enquanto que pelas narinas a dentro lhe entrou o cheiro de suor e sangue, não exalado dos cárceres inquisitoriais, mas cheiro de suor dos negros no eito e cheiro de sangue dos negros no tronco. Se devaneou alguma vez com autos-de-fé, outra não seria a quimera, outro não seria o sonho de Miguel Lourenço de Almeida, o Familiar do Santo Ofício que trocou a Inquisição pela colonização. Campo Sêco.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 12-13.

Questões:

- Faça uma leitura atenta do texto e identifique as fontes utilizadas por Lycurgo Santos Filho para escrever a respeito da vida de Ana Francisca.
- Que outras perguntas poderíamos fazer aos documentos citados pelo autor?
- O manuscrito inserido no corpo do texto, por ser datado de 1764 apresenta a Língua Portuguesa em uma escrita um tanto quanto diferente da nossa língua atual. Você teve dificuldade a realizar esta leitura? Comente a este respeito.

Atenção: os alunos devem anotar as repostas no caderno e antes de passar para o momento posterior, socializar as respostas com os demais colegas no intuito de criar um ambiente de reflexão e debate em sala de aula.

Material de estudos para os alunos – segundo momento³⁵:

Agora vamos observar o que nos traz a respeito das habilitações de Ana Francisca e Miguel Lourenço, a historiadora Grayce Bonfim Souza que estuda a presença de familiares do Santo Ofício no sertão da Bahia.

A tramitação do processo de Miguel Lourenço não foi demorada, sendo o primeiro despacho dado pelo Conselho Geral em 17 de dezembro de 1743, e a Carta de Familiar emitida em 20 de fevereiro do ano seguinte. No palácio Inquisitorial, na sala do despacho, perante os inquisidores Francisco Miranda e Manuel Varejão, Miguel Lourenço fez seu juramento em 20 de março de 1744.⁴⁰ No mesmo referido documento, na margem esquerda superior, podemos ler a informação escrita em 1764, dando conta de que havia sido aprovada a habilitação da esposa de Miguel, Ana Francisco da Silva, pelo Conselho Geral.⁴¹

Em seu processo de habilitação, Miguel Lourenço informa que um tio, do lado paterno, Antônio João Latoeiro, já falecido naquela altura, foi habilitado a Familiar pelo Santo Ofício. Essa informação costumava ser valiosa, pois parte da averiguação de limpeza de sangue já havia sido feita quando da habilitação de seu tio, sendo assim, a geração por parte de pai já estava certificada. Outro elemento que julgamos importante atentar é que o último nome do tio de Miguel Lourenço é uma referência à profissão que ele exercia. Latoeiro, conforme nos informa Raphael Bluteau

⁴⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Livros de provisões de nomeação e termos de juramento. Livro 114, fôlio l 173.

⁴¹ No momento da habilitação se o pleiteante já fosse casado, ocorreria também a habilitação de sua esposa, mas se fosse solteiro quando da emissão da carta, ao se casar deveria solicitar a habilitação da futura esposa. Processo que costumava demorar bastante e também muito dispendioso. A grande maioria dos Familiares casavam mesmo antes da informação da habilitação ou não de sua consorte.

³⁵ Vale lembrar que por ser um texto acadêmico é provável que os alunos possam apresentar alguma dificuldade. Cabe ao docente da turma acompanhar a leitura e ir mostrando os protocolos expostos nesse tipo de texto. Fica a sugestão das questões serem entregues aos alunos apenas depois de uma primeira leitura em conjunto com o auxílio do professor.

(1728), era um oficial que fazia caldeiras, candeeiros, bacias e tachos de latão ou cobre. Esse elemento reforça a defesa de que o Santo Ofício não exigia como critério para ingresso nos quadros a “limpeza de ofícios”, ao contrário das exigências para acesso à Ordem de Cristo, conforme analisado anteriormente.

As diligências para averiguar a pureza de sangue, vida e capacidade do habilitando, de seus pais e avós paternos e maternos foram todas realizadas no Reino, mais especificamente nas freguesias de São Pedro do Almargem do Bispo (lugar de Caneças) e de Santa Maria de Loures, terra natal de sua mãe. A realização dessas diligências foi do padre José Nunes Vieira, Reitor da Freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do lugar de Ameixoeira, termo de Lisboa, e Comissário do Santo Ofício. No entanto, as comissões direcionadas para apurar a limpeza de sangue e geração de Ana Francisca, de seus pais e avós maternos e paternos, que era correspondente à maior parte do processo,⁴² foram encaminhadas e realizadas nas freguesias de Nossa Senhora do Monte de Caparica, Mosteiro de São Marinho de Sande e São Simão de Gouveia (bispado do Porto) em Portugal e nas freguesias de Santo Antônio do Urubu – local em que a habilitanda era natural, iniciada em abril de 1755, na casa do Reverendo Vigário da Vara Manoel Gonçalves de Morais – e do Espírito Santo de Inhambupe de Cima, no arcebispado da Bahia. Esta última freguesia foi para averiguar os avós maternos de dona Ana. Essa documentação referente às diligências na Bahia é de extrema importância para a pesquisa que estamos desenvolvendo, pois, por meio dela, podemos perceber, não só os laços familiares, mas também relações econômicas, de poder e sociabilidade, sobretudo entre as diversas localidades desse vasto sertão baiano e de suas especificidades. Foi por meio dessa documentação que passamos a ter conhecimento que a mãe da habilitanda ficou viúva do Capitão Capitão-Mor José da Silva Ferreira, casou-se pela segunda vez com o também capitão José de Souza Meira, filho de Francisco de Souza Meira, fundador da cidade de Brumado.

⁴² O processo de Miguel Lourenço de Almeida é composto de 194 fôlios, sendo destes mais de 130 correspondentes a habilitação de Ana Francisca. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Habilitação do Santo Ofício, Miguel, Maço 11, documento 191.

Outro elemento que gostaríamos de apontar aqui, e que é também resultado dessas últimas pesquisas, diz respeito à informação ao estatuto social de Miguel Lourenço de Almeida. Durante mais de quatro décadas, os pesquisadores, especialmente os genealogistas, que trabalham com as famílias originadas de Miguel Lourenço,⁵² têm-no apontado como de origem cristã nova, devido, sobretudo a um questionamento de Lycurgo Santos Filho no livro *Uma comunidade rural no Brasil antigo*, quando faz referência ao significado de ser um Familiar do Santo Ofício, que geralmente designado a pessoas de boa família e cristãs velhas, mas que alguns cronistas afirmaram que tal honraria foi mais almejada por cristãos novos: “E êsse pequeno-burguês Miguel Lourenço de Almeida? Não seria, por acaso, um cristão-novo disfarçado, diluído, que por apadrinhamentos e propinas conseguiu tornar-se um Familiar do Tribunal da Inquisição?” (SANTOS FILHO, 1956, p. 19). Analisando o processo de habilitação, vimos que não há nenhuma alusão a qualquer suspeita de “cristã-novice”, reforçada mais ainda pela qualidade de suas testemunhas, pois vimos que foram depoentes a favor da boa geração do habilitando um nobre e um Qualificador do Santo Ofício.

Apesar de muitos outros agentes terem sido habilitados à Familiatura no sertão da Bahia, mas, assim como os casos aqui analisados, a participação de tais Familiares nos afazeres inquisitoriais foi de fato muito pequena. Para além da percepção da atuação inquisitorial no sertão baiano, a documentação aqui trabalhada é de grande relevância para o estudo das relações econômicas, capilaridade social e poder local nesta área da capitania da Bahia colonial.⁵³

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Capilaridade social e poder local: traços da presença da Familiatura do Santo Ofício da Inquisição portuguesa no sertão da Bahia colonial*. IN: SOUZA, Grayce Mayre Bonfim; MANSO, Maria de Deus Beite (orgs). *Difusão da fé por entre povos e lugares: instituições, religião e religiosidades no Império Português (Séculos XVI-XIX)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020, p. 96-97;102-103.

Questões:

- Pela leitura do texto, identifique as fontes utilizadas por Grayce Bonfim Souza.
- O que a historiadora aponta a respeito da tese de Lycurgo Santos Filho que supôs que Miguel Lourenço poderia ter solicitado a habilitação de Familiar do Santo Ofício para esconder uma condição de cristão-novo?
- Por qual razão a habilitação de Ana Francisca teria mais folhas que do seu esposo?
- Observe que Grayce Bonfim Souza escreve seu trabalho historiográfico em uma

distância de mais de 50 anos de Lyrurgo Santos Filho. De que forma a tecnologia desenvolvida nos últimos anos pode ajudar no trabalho dos historiadores?

- Produzam um texto a respeito do casamento e da habilitação de Miguel Lourenço e Ana Francisca, sem esquecer de mencionar a questão da limpeza do sangue. Fiquem à vontade para escolher o formato: texto comum, poesia, cordel, história em quadrinhos, etc.

O que se espera: Ao fim da atividade, esperamos que os alunos compreendam a dificuldade de se conseguir o título de Familiar do Santo Ofício devido a necessidade de provar a pureza do sangue. Almejamos também, com essa atividade, que eles observem o fazer historiográfico e compreendam que algumas questões da pesquisa podem e devem ser reanalisadas tão logo os historiadores tenham acesso a outras fontes, antes indisponíveis.

4º momento: fortalecimento do conceito de evidência e da motivação³⁶.

Recorte histórico: Familiares do Santo Ofício – privilégio social e a administração pública colonial.

Objetivo: Analisar e problematizar uma fonte histórica; refletir sobre práticas sociais que perduram no tempo.

Exploração metodológica de fontes primárias e secundárias: nesta atividade, os alunos receberão uma fonte manuscrita inserida por Santos Filho no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, serão encaminhados a fazer uma análise do material, para logo em seguida refletir sobre privilégios sociais. Antes de entregar o material para os alunos, é válido que o docente reforce com eles o conceito de privilégio, inclusive, mas não exclusivamente, com uma consulta ao significado da palavra no dicionário.

Material de estudos para os alunos:

A fonte histórica abaixo foi retirado do livro de Lyrurgo Santos Filho. Antes de chegarmos à leitura dela, devemos nos lembrar que participar da administração das vilas era não só um privilégio como uma obrigação dos “homens bons” residentes na colônia. Desta forma Miguel Lourenço foi chamado a participar da administração da Vila de Rio de Contas.

³⁶ “Motivação: aprender a inferir e relacionar a história com a atuação/experiência dos sujeitos, personagens individuais e coletivos. A partir delas eleger formas de agir no presente” (SCHMIDT, 2020, p. 106).

Vamos agora a análise do documento para descobrir como Miguel Lourenço lidou com tal convite.

Não se conhece o teor do despacho, mas foi a seguinte a petição dirigida aos governadores interinos, do governo-geral do Brasil (7):

“Illmos. Snres. Gov.

Diz Miguel Lourço. de Almeida mor. no certão. e destro. da Villa do Rio das contas, q’elle suppe. como consta da Sua Carta inclusa, he Famelliar do Sto. offo. e se acha sempre prompto pa. executar as ordens, do dito Sto. Tribunal; por cujo despho. não apresentado a da. sua carta de seus Previllegios, ao Ouvor. interino daquela Comca. e a Camera da Va. de seu Destre., e se lhe não tem cumprido.

P. a VV. Illmas. Snraz. Lhes facão Mce. mandar, selhe Cumprão seus Previllegios, debayxo das pennas que VV. Illaz. forem servidos, e de tudo.

eRMce”.

Essa a cópia fiel, com numerosas abreviaturas, que dificultam seu perfeito entendimento. Assim, então, deve ser lida: “Ilustríssimos Senhores Governadores. Diz Miguel Lourenço de Almeida, morador no sertão e distrito da Vila do Rio de Contas, que ele, suplicante, como consta da sua Carta inclusa, é Familiar do Santo Ofício e se acha sempre pronto para executar as ordens do dito Santo Tribunal, por cujo desempenho não deve ser constrangido a outros empregos. E porque o suplicante tem apresentado a dita sua Carta de seus privilégios ao Ouvidor interino daquela comarca e à Câmara da Vila de seu distrito, e se lhe não tem cumprido, pede a Vossas Ilustríssimas Senhorias lhe façam mercê mandar se lhe cumpram seus privilégios, debaixo das penas que Vossas Ilustríssimas forem servidas, e de tudo Espera Receber Mercê”.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 11.

Questões:

- Que tipo de fonte é esta apresentada no corpo do texto de Lycurgo? Quem a produziu e com qual intenção?
- Qual motivo apontado por Miguel Lourenço para se recusar a cumprir função na administração da vila de Rio de Contas?
- Levando em consideração que os historiadores até hoje não encontraram indícios de que Miguel Lourenço teria cumprido com obrigações frente ao Tribunal da Inquisição, na sua opinião qual seria o real motivo dele se negar a participar da administração da vila?
- Você conhece algum título ou condição que dê ao possuidor algum privilégio?

- Pesquisem na internet alguns privilégios existentes no Brasil atual para detentores de cargos políticos ou do judiciário.

No momento da discussão, ampliar o debate sobre grupos sociais privilegiadas no Brasil.

O que se espera: com esta atividade, esperamos que os alunos consigam analisar a fonte histórica apresentada e, a partir dela, refletir sobre a questão dos privilégios sociais aos quais desfrutaram alguns grupos específicos.

Outras questões ainda poderiam ser levadas para a sala de aula quando analisamos os papéis de Miguel Lourenço e Ana Francisca no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* e no trabalho de outros historiadores. Neste sentido, digno de nota seria o desenvolvimento de um debate a respeito do papel feminino no caminho do desenvolvido por Marcos Profeta Ribeiro em diálogo com a obra de Lycurgo Santos Filho.

3.2 Proposta 2 – A escravidão no Alto Sertão

Disciplina: História

Ano/série de aplicação: 8º ano do Ensino Fundamental

Conceito substantivo / Objetos de conhecimentos: Escravidão / A escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão; o escravismo no Brasil do século XIX: plantations, e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial (BNCC, 2017).

Habilidades: EF08HI14 - Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas; EF08HI19 - Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas. EF08HI20 - Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. (BNCC, 2017. p. 427).

Desenvolvimento

1º momento: Investigação das carências dos estudantes sobre o conteúdo.

Recorte histórico: Escravidão no Alto Sertão da Bahia.

Objetivo: Identificar as carências de orientação e interesses dos alunos pelo conteúdo.

Exploração metodológica: Iniciar a aula escrevendo a palavra escravidão no quadro e pedir aos alunos que falem o que sabem ou pensam a respeito do tema. Conforme os alunos forem falando, o docente vai anotando no quadro de forma a montar uma tempestade de ideias. Logo depois, questionar os alunos se toda à tempestade faria sentido se limitarmos a pensar a escravidão apenas no Alto Sertão da Bahia. Pedir que façam uma representação com palavras e imagens de como eles imaginam que tenha sido a escravidão nesta região.

O que se espera: Como esta proposta é indicada para ser aplicada no 8º ano do Ensino Fundamental é esperado que alunos consigam ir além do senso comum a respeito da escravidão no Brasil. As carências de orientação possivelmente serão mais significativas ao pensar a escravidão no Alto Sertão da Bahia. Foi com esse pensamento que selecionamos os conceitos substantivos e epistemológicos, bem como as fontes primárias e secundárias a serem trabalhadas nos próximos momentos.

2º momento: Desenvolvimento dos conceitos de evidência e empatia³⁷.

Recorte histórico: A violência e formas de resistência à escravidão no Alto Sertão da Bahia.

Objetivo: Conhecer as nuances das fontes judiciais; discutir sobre as formas de controle sobre a população escravizada no Alto Sertão; compreender o suicídio como uma forma de resistência a condição de escravizado, vítima de extrema violência.

Exploração metodológica de fontes primárias e secundárias: No geral, a violência da escravidão é algo que sempre povoa o imaginário dos alunos, seja pelo que é retratado em filmes e novelas, seja por este ser um assunto tratado desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Antes de iniciar com os estudantes a análise das fontes selecionadas, é importante trabalhar com eles a respeito das nuances das fontes judiciais, informando seus limites e possibilidades. Logo após, puxar uma roda de conversa sobre violência e resistência à escravidão. Só então, entregar o material de estudos com os alunos organizados em dupla e pedir que analisem e respondam as questões.

³⁷ “Empatia - Diferenciar valores das sociedades atuais com as sociedades do passado, percebendo as diferentes perspectivas dos diferentes sujeitos”. (SCHMIDT, 2020. p. 106).

Material de estudos para os alunos:

Grupo 1 de documentos

Veja algumas anotações que os senhores do Brejo do Campo Seco fizeram no Livro de Razão, e Lycurgo Santos Filho transcreveu no livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*.

“Fogio me o Crioulo Joao a 14 de junho era de 1795”
 “P dro. q’ dey ao Guilherme pa. prender o escravo do Alferes
 Mel. José da Cunha pg 2\$000”
 “dei aos próprios do sr. Agostinho Ribro. pa. Seguir ao fogido
 640” (em 1808)
 “dro. q’ pa. Luiz seguir aos negros fogidos 1680”
 (esses negros pertenciam a José Pinheiro Pinto. Ano de 1807)
 “de meya La. de polvora q’ deo ao Capam. de mato 1600”
 “despesa q’ fiz com a fogida do Combuta pg 5000
 pa. o mano pagar”
 “Dro. q’ dei ao Capam. de Mato do Primo Capam. Anto.
 Carvo. Da Fonca. hé o Sege. en dro. 1920
 en pólvora 320
 a outro Capam. de Mato pa. seguir 4000
 Soma 6240”
 “a outro Capam. de Mato q’ foi buscar o negro 4000”

“Entrou o sr. Mel. Alv’s Vianna pa. feitor nesta casa a 21 de Março de 1803 ganhando sincoenta mil reis pr. cada hum anno

Pinheiro”

Lê-se noutra página do mesmo livro manuscrito:

“Tomou conta dos escravos Mel. Alv’z viana en 12 de 7bro. de 1804 q’ entrou por feitor e o Matias entrou em 12 de Fevro. Do mesmo anno e Largou em 12 de 7bro. de 1804”

E o último registro aponta um italiano como feitor, ajustado por metade do salário atribuído ao Viana:

“Entrou pa. feitor o Italianno Franco. Antonio a 26 de Julho de 1810 ganhando pr. Anno a vinte sinco mil réis”

[...]

Em 1800: “hobras q’ meu Sobro. Mel. Mathias tem me feito
 1 tronco de pé e pescoço 4000”
 Em 1806: “P. 1 tronco de prender 4000”

Grupo 2 de documentos – O caso da escrava Ana Maria da vila de Rio de Contas.

Agora veremos um processo crime registrado em Rio de Contas, contra a escrava Ana Maria.

Ana Maria, escrava de Joaquim Manoel da Silva, filha do escravo Manoel e Adriana, casada com Manoel, escravo de seu senhor, nascida no Brasil, natural de Tamanduá.

– Perguntada onde se achava no tempo em que se diz ter cometido o crime.

– Nesta vila em casa de meu Senhor.

– Conhece as pessoas que contra você juraram?

– Sim.

– Tem algum motivo que atribua a sua prisão?

– Diz, suponho que foi porque na noite do dia 13 de junho do mês passado com dois filhos meus *deixando-se morrer em uma cisterna* que tem lá no fundo do quintal do meu senhor que *caindo no poço com os dois filhinhos* nos braços e que principiando a afogar-se *não se lembra como desagarrou-se deles* nem me lembro como me tiraram. Soube depois que foi Paulino escravo de Bento Mendes que me tirou de lá.

– Por que motivo havia matado seus filhos e tentado o mesmo consigo?

– Respondeu que foi pelo *continuado castigo que sofria de sua senhora*, e que nesse mesmo dia o tinha acabado de sofrer em ocasião em que sua senhora acabava de ter questão com seu senhor *prometendo-lhe ainda maior castigo para o dia seguinte* e que a ré quase *alucinada pelos tormentos de surras* procurou aliviar-se deles por *meio da morte* assim como seus filhos pela *rigoriedade de sua senhora*.²⁴⁷

247. AMRC. Processo-Crime de 5/7/1848, (grifos meus). Sem o número de folha por não ter sido localizado este documento desde o ano de 1997. Consta apenas a queixa-crime contra a senhora em uma única folha isolada.

Ainda consta no processo o depoimento de duas testemunhas:

José Ferreira dos Anjos, 55 anos, morador nos Remédios, carcereiro. Diz que soube da morte das *escravinhas Lucinda e Ludugera* na noite de 13 de junho, apareceram duas crianças mortas na cisterna do quintal de Joaquim foi chamado para ver o acontecimento. *Uma de cinco e outra de um mez.*

[...] Antonio Placido Dantas, disse que Paulino estando ele em *caza de venda* de seu senhor tarde da noite ouviu batidas na porta pedindo para socorrer uma escrava que caíra no poço.²⁴⁸

Na sentença, Ana Maria foi condenada, “Julgo procedente o sumário presente declaro a ré incurso no Artigo 192 do código penal (já referido) por ter matado seus dois filhos”.

O Código Criminal do Império do Brasil, no artigo 192 prevê penas no grau máximo: morte; médio: galés perpétuas; mínimo: 20 anos de prisão com trabalhos forçados.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003, p. 178-179.

Questões:

- Que tipo de fonte temos no grupo 1 de documentos?
- De acordo com as fontes do grupo 1, os escravos do Brejo do Campo Seco estavam submetidos a quais tipos de vigilância e violência?
- Qual tipo de resistência à escravidão podemos perceber ser realizada pelos escravos da Fazenda Campo Seco?
- Qual tipo de fonte compõe o grupo 2 de documentos? Sob que circunstâncias esse tipo de documento era/é produzido?
- Existiam várias formas de se fazer resistência à escravidão. O que levou Ana Maria a optar por um ato tão extremo?
- Elabore um dicionário ilustrado contendo formas de resistência à escravidão. Fique à vontade para consultar sites da internet ou livros que tratem do conteúdo, mas não esqueça de listar as referências.

O que se espera: Com essa atividade, esperamos que os alunos percebam o quanto a escravidão foi violenta mesmo aqui no sertão da Bahia e que conheçam algumas formas desenvolvidas pelos escravizados para enfrentar o sistema escravista. É importante também que sejam levados a refletir a respeito do sistema judiciário funcionar como instância que não só permite, mas também valida e enfatiza a submissão do cativo a violência dos senhores de escravos.

3º momento: Análise da construção da narrativa histórica.

Recorte histórico: A separação de famílias escravas por conta de herança ou venda dos cativos.

Objetivo: perceber como a narrativa histórica é construída com base em documentos; conhecer e compreender como um trabalho historiográfico é produzido e, assim, ter contato com os componentes que sintetizam os pressupostos da literacia histórica³⁸.

Exploração metodológica de fontes primárias e secundárias:

Nesta aula, em que o intuito é mostrar como a narrativa histórica é construída com base nas evidências, o professor pode começar a aula conversando com os alunos sobre a escrita da história e do quanto ela está indubitavelmente ligada à questão dos documentos históricos. É importante frisar também que a história não se firma em generalizações de acontecimentos, pois o que pode ter ocorrido com alguns sujeitos em uma localidade, pode não ter ocorrido em outros lugares ou épocas. Antes de distribuir o material, é importante explicar para os alunos sobre o tráfico interprovincial e o quanto ele, junto com a seca que abala a região, comprometeu a estabilidade do escravizados do Alto Sertão quanto a sua permanência no local. Caso perceba certa dificuldade dos alunos com a leitura do texto, o professor pode intervir e realizar uma primeira leitura em conjunto com toda a sala, de forma a sanar dúvidas.

Material de estudos para os alunos:

Vamos ler alguns trechos de um artigo científico publicado pela historiadora Napoliana Pereira Santana em que ela analisa como as famílias dos escravizados eram afetadas pela divisão de heranças que ocorriam momentos depois da morte dos proprietários.

³⁸ Aqui retomamos as duas características indicadas por Peter Lee para demonstração da literacia histórica: o conhecimento histórico do passado e a compreensão acerca da construção do conhecimento histórico. (LEE, 2008).

Vidas partilhadas: estabilidade familiar escrava no alto sertão da Bahia (segunda metade do século XIX)

O inventário de Francisco Joaquim de Souza Spínola é datado de 12 de janeiro de 1884. Trata-se de um rico proprietário de terras e cativos do alto sertão da Bahia, residente na comarca de Caetité. A avaliação dos seus bens resultaram no “montão [...] deste casal em vinte contos seiscentos e sete mil réis” (20:607\$000), e pouco mais de 54% desta cifra correspondia ao valor dos vinte e um cativos arrolados, todos adultos, o que totalizava 11:140\$000. Constam ainda na lista três crianças ingênuas* – Marcolino, Augusta e Rosa – filhas da escrava Durçulina. [...]

Diante da partilha de bens do senhor Francisco Joaquim de Souza Spínola, como ficaram as relações familiares e sociais dos seus cativos? Mais especificamente, como a partilha abalou a estabilidade daquelas relações? Para buscar responder a tais questões, utilizo como fontes documentais o inventário do referido senhor, a lista de matrícula de escravos (anexa ao mesmo inventário) e os registros de batismos de alguns dos seus escravos. Esses documentos facultaram acompanhar as famílias escravas desde 1846, data dos registros de batismos, até o ano de 1884, data do inventário. Assim, busco verificar o impacto da divisão da herança na vida social e familiar escrava.

O assento transcrito informa que no dia 14 de novembro de 1846, em ato de desobriga na fazenda Alegre, localizada na freguesia de Santo Antônio do Urubu de Cima, foi batizado o pequeno Cyrillo, de nove meses, filho natural da preta Silvana, cativa pertencente a Francisco Joaquim de Souza Spínola. Seus padrinhos foram Lino e Theresa, escravos de diferentes senhores, o que revela laços de afetividade e consideração da escrava Silvana com companheiros de outras propriedades.

[...] Para além do seu aspecto religioso, os registros de batismos apontam valiosos indícios da vida familiar e social de escravos sertanejos. O nascimento de crianças na posse escrava do senhor Francisco Joaquim de Souza Spínola indica a presença de famílias escravas trabalhando em suas propriedades. O cruzamento de informações dos registros paroquiais com a relação de matrícula de escravos, anexa ao inventário daquele senhor, permitiu identificar que sua posse escrava (composta de 36 escravos), naquele ano de 1872, era formada exclusivamente por seis núcleos familiares. A família de Cyrillo era uma das mais extensas (ver lustração 1). Já a cativa Silveria apresentou um número de sete filhos (ver ilustração 2).

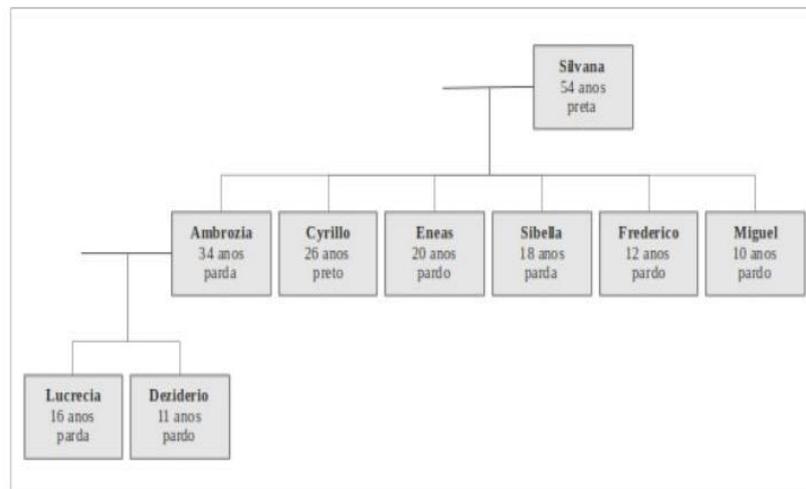


Ilustração 1: Família da cativa Silvana, 1872¹¹

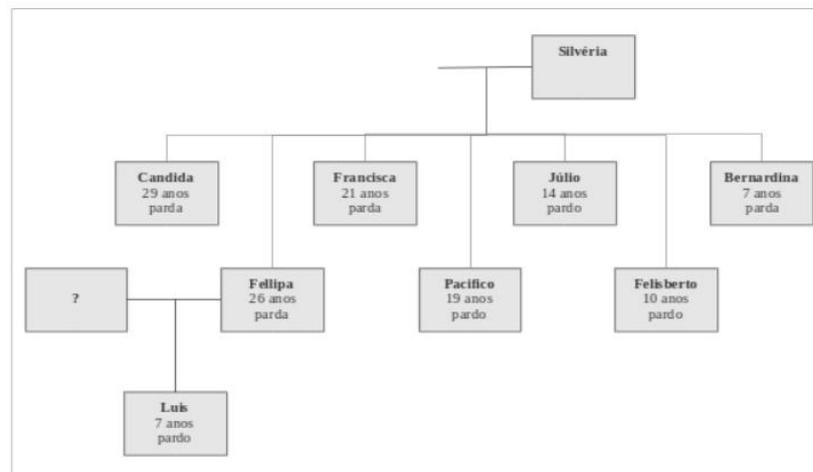


Ilustração 2: Família da cativa Silvéria, 1872¹³

Número e a idade dos filhos dessas mulheres cativas apontam para vínculos familiares que haviam se estabelecido já fazia vários anos e cuja duração revela a estabilidade daquelas uniões. As famílias de Silvana e Silveria foram formadas no interior da unidade escravista de Francisco Joaquim de Souza Spínola, haja vista que os assentos de batismos demonstram que as referidas escravas já pertenciam ao dito proprietário quando geraram os seus primeiros filhos. Os membros dessas famílias permaneceram unidos por um longo período de suas vidas, trabalhando lado a lado por três gerações, com uma estabilidade acima dos trinta anos. O convívio cotidiano entre parentes fortaleceu seus laços consanguíneos com as trocas de afetos e respeito entre mães, avós, irmãos, tios e sobrinhos, e isso foi fundamental para a vida de cada um deles.

[...] Mas é preciso compreender que, apesar dos fortes laços consanguíneos e fraternos que uniram aquelas famílias, ainda assim tratava-se de uma estabilidade precária

em face das relações escravistas. [...]

O impacto da herança na vida familiar

A partilha de bens de Francisco Joaquim de Souza Spínola ocorreu no ano de 1884 e trouxe impactos na vida familiar daqueles cativos. Com base nas descrições dos bens inventariados, percebemos que constava o número de vinte e um cativos do total de trinta e seis arrolados na matrícula de 1872. Assim, deixamos de acompanhar a trajetória de quinze escravos.

Como veremos, todas as famílias sofreram o ônus da separação de pelo menos um de seus membros. Alguns provavelmente faleceram, como o africano Cypriano e as crioulas Silveria e Constança, devido à idade já bastante avançada. Outros podem ter conquistado a liberdade, enquanto uma outra parcela foi provavelmente vendida para as “matas de café”, haja vista a ação de traficantes de escravos naquela região.

[...] Nota-se que, no momento da divisão dos escravos, os herdeiros levaram em considerações lógicas mercadológicas, como a preferência pelo sexo masculino e a idade produtiva. Tanto assim que as famílias foram todas fragmentadas. Os três principais herdeiros — Gaudencio, Pedro e Manoel — cada um ficou com a posse de uma mulher escrava e com demais escravos do sexo masculino. Quanto à idade dos cativos, houve uma divisão proporcional em relação àqueles que se encontravam pleno vigor físico (entre 20 e 30 anos) e aqueles que possuíam idades um pouco mais avançadas (entre 30 e 40 anos). E as escravas mais velhas foram alforriadas. Infelizmente os dados consultados não possibilitaram entrever se escravos e herdeiros mantinham relações anteriores às partilhas, ou avaliar o nível dessas possíveis relações e suas influências na divisão daquela posse escrava.

Grande parte da família de Silvana, conforme Quadro 1, permaneceu unida até a partilha de 1884, com exceção da sua filha Sibella e sua neta Lucrecia, que não foram arroladas entre os bens daquele proprietário. Assim, não dispomos de informações suficientes sobre o rumo dado a suas vidas. Se não alcançaram a liberdade, a possibilidade de terem sido vendidas é grande, dada a idade em que apresentavam na década de 1870, período em que o tráfico interno de escravos fora mais intenso. Outros membros dessa família foram partilhados na herança. Os irmãos Enéas e Miguel foram herdados pelo filho do falecido, Gaudencio Spínola. Os demais irmãos, Cyrillo e Frederico, e seu sobrinho Deziderio tiveram cada qual um novo proprietário. As matriarcas Silvana e Ambrozia foram alforriadas.

Nome dos escravos	Idades	Destinos
Silvana (matriarca)	66 anos	Alforriada
Ambrozia (filha)	46 anos	Alforriada
Cyrillo (filho)	38 anos	Herdeiro Manoel Antonio Pereira
Eneas (filho)	32 anos	Herdeiro Gaudencio Spínola
Sibella (filha)	30 anos	Não aparece arrolada na partilha
Frederico (filho)	24 anos	Herdeiro Paulino José Pereira
Miguel (filho)	22 anos	Herdeiro Gaudencio Spínola
Lucrécia (neta, filha de Ambrozia)	28 anos	Não aparece arrolada na partilha
Deziderio (neto, filho de Ambrozia)	23 anos	Herdeiro Pedro Gomes Leitão

Quadro 1: Família de Silvana, 1884 – Destino na herança³⁹

Nome dos escravos	Idades	Destinos
Silveria (matriarca)	-	Provavelmente falecida
Candida (filha)	41 anos	Herdeiro Gaudencio Spínola
Fellipa (filha)	38 anos	Não aparece arrolada na partilha
Francisca (filha)	33 anos	Não aparece arrolada na partilha
Pacífico (filho)	31 anos	Herdeiro Pedro Gomes Leitão
Julio (filho)	26 anos	Herdeiro Gaudencio Spínola
Felisberto (filho)	22 anos	Herdeiro Pedro Gomes Leitão
Bernardina (filha)	19 anos	Não aparece arrolada na partilha
Luis (neto, filho de Fellipa)	19 anos	Não aparece arrolado na partilha

Quadro 2: Família de Silveria, 1884 – Destino na herança⁴⁰

[...] Como visto, no momento da divisão dos bens, os herdeiros não levaram em consideração os laços familiares de escravos, uma vez que cada um deles preferiu herdar escravos do sexo masculino, em pleno vigor físico e boa aptidão para o trabalho, resultando em núcleos familiares fragmentados. Essa postura senhorial revela o quanto seus interesses podiam divergir das expectativas nutridas pelos escravos. E, claro, num mundo marcadamente desigual e hostil, prevaleceu a vontade daqueles que detinham o poder socioeconômico. Assim, escravos tiveram que forjar meios para driblar as intempéries de suas vidas.

[...] O caso das partilhas de bens do senhor Francisco Joaquim de Souza Spínola evidenciou as vicissitudes enfrentadas pelas famílias escravas no alto sertão da Bahia. Mesmo depois de anos de convivência, com trocas múltiplas de experiências e sentimentos, aquelas famílias viveram momentos de grandes ameaças que marcariam profundamente suas vidas: o tráfico interprovincial seguido das partilhas de bens. Ambos convergiram na separação forçada de parentes e amigos. Como apontado, aqueles escravos e escravas que

foram legados a diferentes herdeiros, provavelmente, conseguiram manter seus laços de afetividade. Mas os que tiveram como destino a venda não dispuseram da mesma sorte. Certamente, a dor e o sofrimento demarcaram o novo percurso de suas vidas, assim como o de seus familiares e amigos.

Em suma, não pretendo apresentar conclusões generalizadas a respeito do impacto da morte do senhor sobre a vida familiar e social de escravos, nem afirmar que toda partilha de bens significou separação de famílias escravas. Inclusive, pesquisas apontam para outras conclusões, como no estudo de Cristiany Rocha que ao analisar três inventários de senhores de Campinas oitocentista apontou que “houve mais famílias beneficiadas pelas alforrias e pelos legados, do que prejudicadas pela separação”. Isso revela as especificidades presentes nas relações escravistas estabelecidas em diferentes contextos do Brasil. Buscou-se aqui, sobretudo, apresentar algumas experiências de escravos do alto sertão da Bahia, no que concerne a estabilidade de suas relações familiares e as dificuldades enfrentadas ao longo de suas vidas, principalmente, com as constantes ameaças de separação de seus membros, seja por meio da venda, seja pela partilha de bens entre herdeiros.

*Crianças ingênuas eram filhas de escravas nascidas após a promulgação da Lei 2040 de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre. [...].

SANTANA, Napoliana Pereira. *Vidas partilhadas: estabilidade familiar escrava no alto sertão da Bahia (segunda metade do século XIX)*. Revista de História (Salvador), v. 4, p. 63-80, 2012.

Questões:

- Quais os documentos históricos utilizados por Napoliana Santana para escrever sobre as famílias escravas do Alto Sertão da Bahia?
- Que outros tipos de documentos poderiam ter sido consultados para a construção da narrativa histórica a respeito de laços familiares e de amizade entre os escravizados?
- Identifique os documentos utilizados pela autora do texto para demarcar o ano inicial e o ano final da análise das relações familiares e qual a finalidade da produção deste tipo de documentos na época estudada.
- Explique o motivo pelo qual, ao concluir seu artigo, a historiadora não ter firmado a posição de que toda partilha de bens teria significado a separação das famílias escravas.
- Tendo em mente o tráfico interprovincial, explique a seguinte passagem: “*Mas os*

que tiveram como destino a venda não dispuseram da mesma sorte”.

- Escolham uma das duas famílias escravas analisadas (a da escrava Silvana ou a da escrava Silveria) e produzam um mapa mental sobre os destinos da família, com base nos documentos analisados e expostos pela historiadora.

O que se espera: Com esta atividade, esperamos que os alunos observem os caminhos que um pesquisador trilha para a produção da narrativa histórica e do quanto que é importante que os historiadores utilizem da documentação para não cair em generalizações sobre acontecimentos históricos. É importante que os alunos percebam que, por mais que muitos escravizados se apoiavam e fortaleciam em suas famílias, nem sempre os laços familiares significavam estabilidade frente aos interesses econômicos dos senhores de escravos.

4º momento: Reforço do conceito evidência.

Recorte histórico: alforrias.

Objetivo: analisar as possibilidades de conquista da alforria; refletir sobre as dinâmicas sociais envolvidas na busca pela alforria e o quanto a posse deste documento estava longe de significar a liberdade efetiva.

Exploração metodológica de fontes primárias e secundárias: Entregar aos alunos os documentos que tratam sobre as alforrias e solicitar que analisem as fontes com cuidado e atenção para responder as questões propostas.

Material de estudos para os alunos:

A busca pela liberdade era algo constante na vida dos escravos. As cartas de alforria poderiam ser conseguidas de diferentes modos. Vamos analisar alguns dados e documentos a este respeito.

*Começaremos com um trecho do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* de Lycurgo Santos Filho para conhecermos um pouco do como era tratada a questão da compra da alforria na Fazenda do Campo Seco.*

Sobre alforria de escravos, encontram-se no "Livro" os seguintes dados:

Em 1810: Deve mestre Martinho José da Costa, um dos construtores do Sobrado do Brejo:

"da alforria da cabrinha 50000"

Em 1811-12: Houve no Brejo do Campo Sêco uma espécie de subscrição para a compra e libertação de um moleque pertencente a Pinheiro Pinto e pelo qual êste pediu a quantia de 100\$000.

Cotizaram-se alguns parentes do fazendeiro, o mestre Martinho e a comadre Luzia, mulher de um dos construtores do Sobrado e que foi a que entregou a maior parcela. Pinheiro assim lançou o dinheiro que ia recebendo:

"dro. q' recebo da come. Lusia pa. comprar o moleque pa. a Sua Liberdade. he o Sege.	28840
mais em dro.	5000
do mano Joaqm.	6000

recebi do meo Compe. Mel. Lourenço.	4000
mais em dro.	1280
dro. q' vou receber em taxa	6000
dro. do Compe. Je. Pinhro.	4000
q' deo o sr. Britto	4000
q' deo Franco. De Britto	4000
receby em dro.	4000
receby em dro. oje 5 de Janro.	12000
receby em dro. 14 de Abril	4000
receby pr. mão do Martinho	<u>640</u>

83760

100000

resta 016240

receby em dro. 5440

resta pg 10800"

Em 1815: "dinhiro. Da Liberdade do Jacinto80\$000"

Ainda sôbre êsse ponto, lê-se no "Livro" que em 1798 Pinheiro Pinto emprestou à "comadre Francisca" um dinheiro para pagamento de alforria de uma filha da negra:

"Deveme a come. Francisca do	
da alforria da fa. que paguey por ella	17\$400
Rce. Por mão de Anninhas	resta 6\$000
	2\$100
	resta 4\$000
	pg"

Em 1809 uma escrava do fazendeiro, a "cabra Inês", tratou de obter a sua liberdade. Entregou ao senhor dinheiro, ouro, prata e mais "efeitos", ou sejam, valores negociáveis, prometidos à mesma Inês por agregados e negros e mulatos libertos da região. Pinheiro anotou, então, no "Livro de Razão":

"dro. q' recebo de ma. cabra Ines pa. a conta de sua	
Liberde.	1400
mais em dro.	1040
em ouro	300
em prata	800
dro. efeitos q' trouxe das Almas	<u>3340</u>
	Soma pg 6880

efeitos q' dao a da. ma. escrava Ines São os seges.	
o compe. Mel de Souza	1 garrote
Bernardo José e Joaqm. José	2 alqes. de fra.
Ma. Joaqua.	1 coarta
Ma. Filiciana	1 coarta
Teadoşio	1 coarta
João Anto.	1 coarta
Sutereo	1 coarta
João do Roxa	1 coarta

José do Bapta.	1 coarta
Baiza	1 coarta
Auta	1 coarta
Angelea	1 coarta

êstes efeitos
 não recebi
 nada estão
 em na
 mão de qm.
 os prometeo”

Pobre e infeliz Inês! Faltaram todos com a palavra empenhada e nem um só entregou os “efeitos” (garrote, alqueire e quartas de farinha de mandioca), que permaneceram “na mão de quem os prometeu”, segundo a expressão de Pinheiro. Em 1814 continuava a coitada como escrava, ajuntando ainda alguns mil réis para a sonhada libertação:

“receby de ma. cabra Ines pa. goardar	2000
Vem detrás	<u>6880</u>
	pg 8880”

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956, p. 119-121.

Abaixo, temos algumas cartas de liberdade de escravos da Comarca de Rio de Contas pesquisadas pela historiadora Maria de Fátima Novaes Pires. Veja o que ela diz sobre a pesquisa e logo abaixo, trechos de algumas cartas.

Para o período de 1870-1888 pesquisei um total de 352 cartas, sendo 226 do período de 1870-1879 e 126 do período de 1880-1888, totalizando 407 escravos alforriados, juntamente com as escrituras públicas de compra e venda de escravos (268 registros, com 385 escravos vendidos entre os anos 1860-1888), que correspondem aos livros de notas do Tabelionato (números 42 a 52), perfazendo oito livros sob guarda do Arquivo Público Municipal de Rio de Contas — APMRC.

“Florêncio Preto de 25 anos de idade solteiro [lavrador] de José Moreira Barbosa ... Pagou pela sua liberdade não só a quantia de 150\$000 reis em dinheiro e também certas criações e alguns trezininhos que ele possui, de minha muito livre vontade”.

“Constantina de Manoel Alves de Castro Coelho ... tendo prometido a minha escrava que dando-me 700\$000 a libertaria, e como até esta data só tenho recebido 500\$000 para este fim, com condição de inteirar ella a quantia acima dita, lhe concedo liberdade”.

“Theresa, crioula, 60 anos mais ou menos, que a houve por dote do finado meo sogro ... a qual forro e assim forra fica de hora em diante sem condição, visto os bons serviços que me tem prestado e deixado produções para mim e meos herdeiros.

João Fernandes de Souza”.

“menor Felicidade, parda, de idade de 5 anos pouco mais ou menos ... de cuja mãe n’esta mesma data recebi 400\$000 pela compra da liberdade da sua filha”

“Ana, de cor parda de 43 anos, casada com meu escravo João natural de Rio de Contas, filiação desconhecida capaz de trabalho de lavoura ... pelo amor que minha mulher e filhos lhe tem, portanto poderá a escrava de hoje em diante gosar da liberdade como se de ventre livre nascesse.

Manoel Joaquim Ribeiro de Novais”

Inventário de Manoel Alves de Castro Carneiro

Ficção sem valor Rufino, vaqueiro, 50 anos, por estar phthizico, que ficará gozando de plena liberdade pelos bons serviços, Ângela velha e doente de 70 anos, Emerencianna de 60 anos, cega, Francisca de 80 anos, David de 73 anos, e Simplicio de 80 anos, decrepto, os quais ficarão em poder de qualquer dos herdeiros para os alimentar, e proibi-los de mendigar.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Cartas de alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativoiro”*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006, p. 141-174.

Questões:

- De que maneira as fontes históricas expostas confirmam as relações familiares e de amizade como estudado na aula anterior?
- Com a leitura de trecho do livro de Lycurgo Santos Filho e de trechos das cartas de alforrias e do inventário transcritos por Fátima Pires a que conclusão podemos chegar sobre as possibilidades existentes para que um escravizado conseguisse sua alforria?
- Quais as justificativas utilizadas pelos proprietários para explicar a libertação de alguns de seus escravos sem a devida compensação financeira?

- Apenas bondade pode justificar a doação da liberdade pelos senhores de escravos?
- Observe que muitos escravos já idosos recebiam a liberdade. Até que ponto essa liberdade poderia ser realmente benéfica para o alforriado?

O que se espera: Com esta atividade esperamos que os alunos reflitam sobre a busca constante pela liberdade e as possibilidades de chegar a ela. Durante a análise das fontes, esperamos também que os estudantes problematizem a respeito do “ganho da alforria” enquanto mecanismo de controle e/ou relações sociais de cunho mais pessoal.

Outras atividades a respeito da escravidão ainda podem ser desenvolvidas não só partindo da obra de Lycurgo Santos Filho como dos demais historiadores citados. É possível, por exemplo, utilizando as anotações de Exupério Pinheiro Canguçu para o recenseamento demográfico analisar a situação da escravidão na fazenda do Campo Seco as vésperas da abolição e, aliado com os trabalhos de Fátima Pires, ampliar os estudos para a situação dos libertos após 1888.

Por ser um tema com muitas ramificações, fica a sugestão de que todos os trabalhos realizados pelos estudantes sejam reunidos para a produção de um memorial. Desta forma, eles podem refletir sobre a própria trajetória no estudo da escravidão no Alto Sertão, desde as primeiras reflexões até a elaboração de uma conclusão para a finalização do memorial. Vale lembrar que não podemos perder de vista a importância da narrativa no desenvolvimento do letramento histórico ou, seguindo a Matriz da Aula Histórica, na atribuição de sentido.

3.3 Outras possibilidades de práticas de letramento com o uso do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* em sala de aula: apontamentos.

Dado o volume de temas e fontes analisadas e disponibilizadas por Lycurgo Santos Filho e por outros historiadores que se dedicaram a estudar o Alto Sertão da Bahia, é impossível apresentarmos aqui todas as possibilidades de trabalho nas salas de aula da Educação Básica. Assim, partindo desta premissa, vamos apresentar, sem grande desenvolvimento, alguns outros diálogos possíveis de serem realizados com o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* e que podem ser trabalhadas de forma a potencializar nos alunos a atitude de pensar historicamente por meio do letramento histórico.

3.3.1 Luta entre famílias: O rapto de Pórcia de Castro por Leolino Canguçu

Talvez um dos casos mais significativos sobre o processo de construção da narrativa histórica articulando diferentes fontes nos é mostrado por Lycurgo Santos Filho na sua elaboração do capítulo X – luta entre famílias. O Autor analisa as várias versões sobre o rapto de Pórcia de Castro por Leolino Canguçu, irmão de Exupério Canguçu – último senhor do Brejo. Lycurgo apresenta livros escritos por romancistas que foram inspirados no conflito (*ABC de Castro Alves* por Jorge Amado e *Sinhazinha* por Afrânio Peixoto), faz uma comparação com o que foi escrito por Pedro Calmon no livro *História de Castro Alves* e finaliza fazendo uma análise da documentação do Sobrado do Brejo.

Em sala de aula os alunos podem ser levados a seguir a trajetória de Lycurgo sobre a luta entre as famílias no sertão, ampliando o conhecimento sobre a questão ao ter contato com novas versões romanceadas ou historiográficas sobre o ocorrido³⁹. Discutir sobre as diferenças entre literatura e história e incentivar os alunos a produzirem versões nos mais diferentes formatos textuais – história em quadrinhos, paródias, peça teatral, etc. – também são algumas sugestões que deixamos para ser trabalhado sobre o conteúdo.

3.3.2 – A tipologia das fontes históricas

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC estabelece como competência “EF06HI02 - Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas” (BNCC, 2017). No geral, nas turmas de 6º ano, para a qual é definida a referida competência, os professores realizam um trabalho utilizando fontes da história de vida dos próprios alunos até como forma de conhecer aquele estudante que terminou de ingressar nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Esta é uma atividade válida, mas aqui sugerimos também a utilização do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* para ampliar o estudo sobre a produção do saber histórico, bem como, para ter um contato inicial com a obra que poderá ser utilizada em vários momentos.

³⁹ Uma versão romanceada sobre o conflito é o cordel “*O rapto de Pórcia de Castro, a Helena sertaneja, por Leolino Canguçu*”, escrito recentemente pelo brumadense José Valter Pires. A respeito da historiografia temos a dissertação de mestrado de Luzia Campos de Souza defendida em 2014 na UFBA, cujo título é “*Conflito de família e banditismo rural na primeira metade do século XIX: canguçus e ‘peitos-largos’ contra Castros e Mouras nos sertões da Bahia*”.

Uma atividade de letramento com os alunos do sexto ano, que estão tendo a disciplina histórica ministrada pela primeira vez por um professor historiador, pode ser realizada com os estudantes procurando identificar no livro os tipos de fontes utilizadas por Lycurgo Santos Filho para a escrita da história dos habitantes do Brejo do Campo Seco. Levando em consideração que é na introdução dos estudos históricos que os alunos são levados a refletir sobre quem são os sujeitos estudados pela história é válido apresentar a família e outros sujeitos abordados no livro para que os alunos, ao analisar historicamente pessoas que viveram no mesmo local onde hoje eles moram, tenham consciência da historicidade de suas próprias vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propomos a desenvolver um trabalho sobre letramento histórico tomando como base as fontes históricas contidas em um livro publicado a mais de meio século, já imaginávamos que seria algo árduo e complexo, principalmente se levarmos em consideração a faixa etária dos estudantes envolvidos com a proposta. Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do percurso, acreditamos que o resultado é positivo.

Na primeira seção buscamos acompanhar a trajetória dos estudos sobre o letramento de forma de geral em uma tentativa de refletir sobre seu surgimento como algo que transcende os estudos e percepções sobre a alfabetização e, deste modo, de necessária investigação e reflexão dos atores envolvidos com a dinâmica escolar, independentemente de qual componente curricular o professor seja docente. Em seguida, optamos por enfatizar o letramento histórico e as disputas em torno de tal conceito.

Neste sentido, analisamos as proposições de autores com uma percepção do letramento mais ligada ao eixo da linguagem, como Helenice Rocha, Maria Lima e Patrícia Bastos de Azevedo; bem como àqueles autores filiados a Educação Histórica como Isabel Barca, Peter Lee e Maria Auxiliadora Schmidt. Percebemos então que o diálogo entre esses grupos a respeito do letramento histórico é algo possível e, assim, optamos por criar nossa proposta de letramento utilizando como referencial teórico e metodológico a Matriz da Aula Histórica da professora Maria Auxiliadora Schmidt, visto que ela trabalha em busca de uma cognição histórica baseada na ciência de referência, mas sem perder de vista todas as dimensões da vida prática dos estudantes.

Na segunda seção optamos por apresentar o livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo* e seu autor, o médico e historiador Lycurgo Santos Filho. Longe de emitir juízo de valor, nossa intenção foi mostrar as potencialidades da obra principalmente no que se refere a grande quantidade de documentos históricos presente em todo o texto e seus anexos. Em seguida tentamos mostrar alguns diálogos entre o livro e as pesquisas de historiadores e outros profissionais que se debruçaram sobre o Alto Sertão da Bahia. Felizmente, a cada dia mais pesquisadores se lançam na tarefa de pesquisar o sertão baiano, mas, devido a curta duração de um mestrado, não tivemos tempo hábil para apresentar todas elas.

Na terceira e última seção, desenvolvemos nossas propostas de letramento histórico tendo como ponto base a obra de Lycurgo Santos Filho e o trabalho de outros historiadores.

Apesar desta pesquisa ter surgido por uma dificuldade percebida em alunos do sexto ano do Ensino Fundamental com a leitura de textos, ao longo dos estudos chegamos a conclusão que, sendo o letramento algo muito mais amplo que a alfabetização, não precisaríamos focar nossas atividades apenas em estudantes com dificuldade em leitura e escrita, visto que o letramento histórico acontece com o desenvolvimento do que Peter Lee chama de Estrutura Histórica Utilizável.

Assim, desenvolvemos duas propostas centrais - o caso do Familiar do Santo Ofício e sobre a escravidão no Alto Sertão da Bahia – e deixamos também algumas outras sugestões. Entretanto, as potencialidades do uso do livro *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*, bem como dos trabalhos dos historiadores e linguistas citados ao longo deste texto vão muito além do que conseguimos demonstrar. Cabe ao professor, partindo das carências de orientação e interesses de seus alunos, adaptar as propostas de aprendizagem ou criar outras propostas de letramento conforme a sua demanda. Nosso desejo é que este trabalho seja útil aos professores da Educação Básica no uso das propostas e na reflexão sobre o letramento histórico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais (org). *Preservando a memória documental da Chapada Diamantina: catálogo seletivo de fontes*. APMRC; IPAC: Rio de Contas, 2016.

ARRUDA, Sérgio Luiz Saboya. *Lycurgo de Castro Santos Filho, um destacado historiador da medicina brasileira*. IN: Boletim da FCM. Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Vol 4. Nº 1. FCM/Unicamp: 2008. Pág 1. Disponível em: https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/boletim_julho-final.pdf Acesso em: 14/02/2022.

ASHBY, Rosalyn. *O conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções de alunos*. In: BARCA, Isabel (org.). *Educação histórica e museus*. Braga: Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, 2003. p. 37-57.

AZEVEDO, Cláudia Fernandes. *Interação verbal com fontes: letramento(s) no ensino de história*. (dissertação). São Gonçalo, RJ: ProfHistória, 2016.

AZEVEDO, Patrícia Bastos de. *História ensinada: produção de sentido em práticas de letramento*. (tese) UFRJ: Rio de Janeiro, 2011.

_____. *História ensinada: práticas de letramento e produção de sentido*. In: *Educação: Teoria e Prática/ Rio Claro/ Vol. 23, n.44/ p. 05-17/ Set-Dez. 2013*. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/6315> Acesso em: 02/07/2021.

BARCA, Isabel. *Introdução*. In: BARCA, Isabel (org.). *Educação histórica e museus*. Braga: Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho, 2003. p. 5-6.

_____. *Literacia e consciência histórica*. *Educar em Revista*, [S.l.], p. p. 93-112, mar. 2006. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5545>>. Acesso em: 05/11/2021.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes Históricas*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BNCC - Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Educação é a Base*. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAIMI, Flávia Eloisa. *Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?* IN: Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.129-150, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963/4751> Acesso em: 12/10/2021.

CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais; LACERDA, Mariana Fagundes de Oliveira (org). CE-DOHS - *Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão*. URL: <http://www.uefs.br/cedohs> Acesso em: 15/04/2021.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. *Arquivo Histórico Municipal Memória de Brumado*. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-da-bahia/arquivo-historico-municipal-memoria-de-brumado> Acesso em: 05/08/2021.

CURITIBA. *Diretrizes Curriculares Para Educação Municipal De Curitiba*. Prefeitura Municipal de Curitiba. Secretaria Municipal da Educação, 2006.

FERREIRA, Marieta. *O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.2.abr.-jun., p.611-636.

FONSECA, Selva G. *É possível alfabetizar sem “História”? Ou... como ensinar História alfabetizando?* In: FONSECA, S.G. (Org.) *Ensino fundamental: conteúdos, metodologias e práticas*. Campinas: Átomo & Alínea, 2009, 241-265.

GEVAERD, Rosi Terezinha Ferrarini. *Metodologia da Aula Histórica: inovação no currículo e nas práticas pedagógicas*. IN: Revista REUNINA, vol.1, nº1. Pag.: 113-127

GRAFF, Harvey J. *O mito do alfabetismo*. Teoria & Educação. Porto Alegre, 1990.

_____. *Em busca do letramento: as origens sociais e intelectuais dos estudos sobre letramento*. Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 16, n. 1 (40), p. 233-252, jan./abr. 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional*. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p 5-27.

IHGB. *Lycurgo Santos Filho – perfil*. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/lcsfilho.html> Acesso em: 12/08/2021.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

JESUS, Adilson Silva de; OLIVEIRA, Mariana Fagundes de. *Fontes para o estudo de práticas de escrita na Bahia setecentista e oitocentista: o caso do “Livro do Gado” da Fazenda Campo Seco*. IN: Caderno do CNLF, Vol. XVI, Nº 04, t. 2, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2012. p.1945-1954.

KLEIMAN, A. *É preciso ensinar letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* Campinas: Cefiel/IEL/Unicamo, 2005.

KÜHN, Pedro. *As redes da distinção - familiares da Inquisição na América Portuguesa do século XVIII*. In: VÁRIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43, jan/jun 2010. p.177-195. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-877520100001000010> Acesso em: 04/09/2022.

JESUS, Larissa Cheyenne Nepomuceno de; LIMA, Rui Marcos Moura. *Queixa-Crime contra a Família Canguçu: documentos judiciais e a presença/ausência do feminino em autos judiciais*. In: XIII Encontro Estadual de História. História e mídias: narrativas em disputas. Anais Eletrônico do XIII Encontro Estadual de História. Pernambuco: ANPUH, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1602114067_ARQUIVO_95a8df3d89a95f42cfde6a5c8f50e97f.pdf Acesso em: 01/07/21.

LACERDA, Mariane Fagundes de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Oliveira Novais. *Edição filológica e digital do Livro do Gado e do Livro de Razão do arquivo do Sobrado do Brejo (Bahia setecentista e oitocentista)*. IN: LaborHistórico online), Rio de Janeiro, 2 (1), Jan. | Jun. 2016. Págs.: 151-163. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/4814/3522> Acesso em: 23-01-2022.

LEE, Peter. *Em direção a um conceito de literacia histórica*. Educar em Revista (Curitiba) n. Especial, 2006, p. 131-150.

_____. *Educação Histórica, Consciência Histórica e Literacia Histórica*. In: BARCA, Isabel (Org.). Estudos de consciência na Europa, América, Ásia e África: Actas das Sétimas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: CIEd: Universidade do Minho, 2008. p.11-32.

_____. *“Por que aprender História”?* IN: Educar em Revista. Dossiê: História, epistemologia e ensino: desafios de um diálogo em tempos de incertezas. (Curitiba) N 42. out/dez, 2011.

_____. *Literacia histórica e história transformativa*. Educar em Revista. (Curitiba). Brasil, n. 60, p. 107-146. Abr/Jun, 2016. P. 107-146.

LIMA, Maria. *Relações entre língua escrita e consciência histórica em produções escritas de crianças e adolescentes*. (tese). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

_____. *Consciência histórica e a educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos*. IN: MAGALHÃES, Marcelo et. al (orgs.). Ensino de História. Usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 53-78.

MIGUEL, Antonieta. *Vida material e cotidiano: a imperial vila da Victória na segunda metade do século XIX*. (dissertação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020.

MOITINHO, Helena Rosa; PINA, Maria Cristina Dantas. *História local como estratégia para ressignificar o ensino de História*. IN: Anais do X Encontro Estadual de História ANPUH Bahia – Combates pela História. Vitória da Conquista: ANPUH/BA, 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.bahia.anpuh.org/resources/anais/19/anpuh-ba->

eeh2020/1603414206_ARQUIVO_5d320e3af9e3cfed1c141f0b977bb357.pdf Acesso em: 03-05-2021.

MONTEIRO, Ana Maria. *Transposição didática [verbete]*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (coordenação). Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 220- 225.

MORAIS, Thaíse Ludimilla Faria; REIS, Welma Avelina Rocha. *As ditaduras no Cone Sul: da BNCC ao livro didático*. In: XIX Semana de História da UFG, 2020, Goiânia. ANAIS ELETRÔNICOS DA XIX SEMANA DE HISTÓRIA: HISTÓRIA EM TEMPOS DE CRISE: ANTICIENTIFICISMOS, NEGACIONISMOS, REVISIONISMOS, 2020. v. Único. Pág. 1657-1669. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1-IB97H5B6Z9wNI5M74KhksdUgQTpq-VH> Acesso em:24/07/2022.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e Local – fragmentação e recomposição da História na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.

_____. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil (Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2005.

_____. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio: um estudo de história regional e local*. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. *Escravidão, pecuária, policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

_____. *Uma obra rara*. IN: SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo*. Edição Fac-similar. Salvador: UEFS: Fundação Pedro Calmon, 2012.

NEVES, Erivaldo; MIGUEL, Antonieta. *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbio coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.

NEVES, Joana. *Reflexões sobre o ensino de história: discussão de algumas proposições de Jacques Le Goff*. HISTÓRIA & Ensino, Londrina, v. 9, p. 157-170, out. 2003.

NEVES, Iara Conceição Bittencourt et al. (Org.). *Ler e escrever: compromisso de todas as áreas*. 9ª. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

ORTIZ, Ivanice Teixeira da Silva. *Entre meu filho e minha “cria”: laços familiares no Alto Sertão da Bahia escravista, Caetité 1930 – 1860*. IN: CAMPOS, Adriana Pereira; et all (org). Anais do Seminário Internacional Brasil no Século XIX. SEO: Vitória/ES, julho de 2015. p. 1- 20. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Luana/IvaniceTeixeiraSilvaOrtiz.pdf> Acesso em:18/05/2022.

_____. *Meus filhos e minhas “crias”: escravos “de leite e de pé” no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetité, Alto Sertão, 1830-1871)*. (tese). Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

PEREIRA, Nilton M.; SEFFNER, Fernando. *O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7961> Acesso em: 07/12/2020.

PIRES, José Valter. *O rapto de Pórcia de Castro, a Helena sertaneja, por Leolino Canguçu*. Editora Luzeiro, São Paulo, 2014.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *O crime na cor: escravos e forros no alto sertão da Bahia (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. *Cartas de alforria: “para não ter o desgosto de ficar em cativo”*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006. p. 141-174. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000200007> Acesso em: 15/08/22.

_____. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos sertões de cima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. *Sertões da Bahia nos tempos da escravidão*. Afro-Ásia, Salvador, n. 49, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21326> Acesso em: 6/03/2022.

QUIOSSA, Amanda Sangy. *Leitura e escrita: processos que permeiam a história ensinada*. IN: Revista Virtú – ICH / UFJF. Nona edição. Juiz de Fora: UFJF, 2009. Não paginado. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/LEITURA-E-ESCRITA-PROCESSOS-QUE-PERMEIAM-A-HIST%c3%93RIA-ENSINADA.pdf> Acesso em: 07-10-2020.

RIBAS, Cris Elena Taborda; Et all. *Fundamentos da Educação histórica*. IN: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN. Ana Claudia. (orgs). *O que é Educação Histórica*. Coleção Educação Histórica, vol. 1. Curitiba: WA Editores, 2008.

RIBEIRO, Marcos Profeta. *Mulheres sertanistas: transmissão e sedimentação cultural do trabalho feminino na formação das primeiras fazendas de gado dos sertões baianos (1704-1838)*. (tese). Universidade de São Paulo, 2019.

ROCHA, Helenice. *O Lugar da Linguagem no Ensino de História*. (tese). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. *Letramento(s) histórico(s): Uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História*. IN: Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol.13, n.2, jul.-dez., 2020. p. 275 – 301.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. 1ª reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

_____. *Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão*. IN: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (orgs). Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: Ed. UFPR, 2010b.

SANTANA, Napoliana Pereira. *Vidas partilhadas: estabilidade familiar escrava no alto sertão da Bahia (segunda metade do século XIX)*. Revista de História (Salvador), v. 4, 2012. p. 63-80. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/28205/16728>. Acesso em: 10/06/2022.

_____. *Família e microeconomia escrava no sertão do São Francisco (Urubu-BA, 1840-1880)*. (dissertação). Universidade do Estado da Bahia, 2012.

SANTOS, Elaine Brandão. *O livro do gado do brejo do campo seco (Bahia): edição semidiplomática e a descrição de índices grafo-fonéticos*. (dissertação). Universidade Estadual de Feira de Santana, 2019.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil Antigo - aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. (Reedição fac-similar comemorativa aos 135 anos de emancipação política de Brumado – 2012).

_____. *Os livros e papéis do Brejo do Campo Seco (Bahia)*. IN: Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1974. p. 1302 – 1312.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. *Literacia Histórica: um desafio para a educação histórica no século XXI*. IN: História & Ensino, Londrina, v. 15, p. 09-22 ago. 2009.

_____. *Didática reconstrutivista da história*. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. *Por que Educação Histórica? – Apresentação*. IN: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; URBAN, Ana Claudia. (orgs). *O que é Educação Histórica*. Coleção Educação Histórica, vol. 1. Curitiba: WA Editores, 2008.

SILVA, Cristiani Bereta da. *Conhecimento histórico escolar (verbetes)*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. (coordenação). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 50 – 54.

SILVA, Marco Antônio. *A formação leitora no livro didático de História* (dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais: 2019.

_____. *Letramento no ensino de história*. IN: Cadernos de História. V.12, nº17. Páginas 113-130. Outubro de 2011.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. *Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 – 2010.

SOARES, Magda. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista Brasileira de Educação [online]. 2004, n. 25, pp. 5-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>>. Acesso em: 09/08/2021.

_____. *Letramento: um tema em três gêneros*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia colonial. (1692-1804)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.

_____. *Capilaridade social e poder local: traços da presença da Familiatura do Santo Ofício da Inquisição portuguesa no sertão da Bahia colonial*. IN: SOUZA, Grayce Mayre Bonfim; MANSO, Maria de Deus Beite (orgs). *Difusão da fé por entre povos e lugares: instituições, religião e religiosidades no Império Português (Séculos XVI-XIX)*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

STREET, Brian. *Perspectivas interculturais sobre o letramento*. Trad. Marcos Bagno. *Filologia linguística do português*, n. 8, p. 465-488, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59767/62876> Acesso em: 10/09/2020.

TERRA, M. T. *letramento & letramentos: uma perspectiva sociocultural dos usos da escrita*. D.E.L.T.A., 2013.

VAINFAS, Ronaldo. *Familiares do Santo Ofício* (verbete). In: VAINFAS, Ronaldo (direção). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.